


RELATÓRIO & CONTAS 2019

 **ÁGUAS DO
TEJO ATLÂNTICO**
Grupo Águas de Portugal



ILLUSTRARQ

RELATÓRIO & CONTAS 2019



ÍNDICE

Mensagem do Presidente	4
------------------------------	---

A EMPRESA

Quem somos	8
Missão, Visão e Valores	8
Descrição, Atividade e Presença	8
Cadeia de Valor	9
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	10
Síntese de Indicadores	12
Reconhecimento/ Prémios/Certificações	13
Destaques do ano/principais acontecimentos	14

O NEGÓCIO

Linhas estratégicas	18
Enquadramento	20
A Envolvente	20
O Setor	25
A Regulação	27
O Negócio	29
Introdução	29
Saneamento alta	29
Outros Negócios	31
Sustentabilidade	31
Enquadramento	31
Stakeholders / Partes Interessadas	32
Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco	33
Atividade Operacional	36
Capital humano	56
Financeira	59
Eventos posteriores ao fecho	74
Cumprimento das orientações legais	74
Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos	92
Perspetivas futuras	94
Considerações finais	96
Proposta de aplicação de resultados	97
Anexo ao relatório	98

AS CONTAS

Demonstrações financeiras do exercício de 2019	102
Certificação Legal de Contas	164
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	170



MENSAGEM

António A. Côrte-Real Frazão _ *Presidente do Conselho de Administração*

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros e Trabalhadores,

Ao longo deste triénio, a Águas do Tejo Atlântico tem vindo a acompanhar os novos desafios e tendência do setor da água, alinhando a sua atividade ao conceito da economia circular e aos efeitos das alterações climáticas, num claro compromisso com a sustentabilidade ambiental e social.

Esta realidade, aliada à nossa estratégia de inovação, traduz uma aposta forte na resiliência, na eficiência e numa gestão adequada dos recursos do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, gerido pela empresa, garantindo sempre elevados padrões de serviço aos nossos Clientes, com o contributo, profissionalismo e empenho de toda a equipa, sem exceção.

Acredito que só com esta atitude podemos conseguir, diariamente, promover o ambiente e o bem-estar de mais de dois milhões e quatrocentos mil habitantes dos municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de

Xira (23 municípios), para o desenvolvimento socioeconómico das regiões e para o equilíbrio ambiental dos ecossistemas que nelas coexistem, num quadro de equidade e estabilidade tarifária.

Ao assumir esta estratégia de inovação e sustentabilidade, reafirmamos a responsabilidade empresarial enquanto a maior empresa de saneamento de Portugal, destacando que, no ano de 2019, a Tejo Atlântico tratou 185 milhões de m³ de água residual, valorizando 162.5 mil toneladas de lamas. O consumo de energia foi de 87,4 GWh e a auto produção energética foi de 16,2 GWh, representando cerca de 19 % das necessidades.

Em 2019, a Tejo Atlântico deu continuidade ao processo de manutenção e alargamento da certificação e, nesse contexto, alargou a certificação em segurança e saúde no trabalho, pela

OSHAS 18001, a mais 27 subsistemas que representam 58% de infraestruturas da empresa, o que se reflete na melhoria das condições de segurança.

No âmbito da ISO 50001, foi também promovido o alargamento da certificação do sistema de gestão de energia a mais 9 instalações (Fábricas de Água de Alcântara, Frielas, Nazaré, Alverca, Atouguia da Baleia, Carregado, Vila Franca de Xira e Torres Vedras e Estação Elevatória 3 de Alcântara).

No que respeita a conclusão de obras, destaca-se a entrada em funcionamento do Emissário de A-do-Baço e do Emissário Casal das Boiças, a renovação do emissário da Castelhana e do emissário de Caparide, bem como a empreitada de Remodelação da ETAR da Maceira, em Torres Vedras.

No final do ano de 2019, das 57 medidas previstas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE), 41 encontram-se efetuadas e disponíveis para funcionamento, 9 medidas estão em execução, 2 em contratação e 5 em estudo.

Relativamente aos recursos humanos, a sua valorização constitui uma prioridade elevada das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional

Na relação e envolvimento com os *stakeholders* por forma a adotar boas práticas, o projeto VIRA foi também uma “marca” relevante de 2019. Com o desenvolvimento do conceito VIRA, cerveja produzida com água+ (água residual tratada), pretende-se “VIRAr” mentalidade e práticas e chamar a atenção da sociedade para a lógica da economia circular, nomeadamente, da capacidade da Tejo Atlântico em tratar a água residual ao nível das maiores exigências de utilização.

A colaboração dos municípios, através dos seus representantes e técnicos, foi fundamental para o trabalho desenvolvido pela Tejo Atlântico, pelo que em nome da empresa reitero os nossos agradecimentos.

Agradeço também aos meus colegas vogais do Conselho de Administração pela cooperação, grande esforço e excelente trabalho desenvolvido, em particular também aos vogais não executivos pela disponibilidade, apoio, colaboração e grande conhecimento que demonstraram ao longo de todo o ano, extensivo aos outros Órgão Sociais da Empresa.

Concluo reforçando o meu apreço a toda a equipa Tejo Atlântico pelo seu empenho e profissionalismo, sem a qual não teríamos atingido estes resultados que a todos deve orgulhar e que contribui de forma muito positiva para a sustentabilidade da Empresa, das Pessoas e das Regiões servidas pela Águas do Tejo Atlântico.

A EMPRESA



ILLUSTRARQ

QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada sociedade ou Tejo Atlântico) é uma empresa do setor empresarial do Estado que integra o Grupo Águas de Portugal (AdP).

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Ser reconhecida, nacional e internacionalmente, como uma empresa de referência no setor da água em Portugal, pela qualidade do serviço prestado, inovação, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor, num quadro de respeito pelas exigências legais aplicáveis e outros compromissos voluntariamente assumidos pela empresa, trabalhando diariamente para:

- Executar o investimento necessário no prosseguimento da sua missão, implementando abordagens para a otimização global da gestão dos sistemas de saneamento e orientando a conceção para a melhoria do desempenho energético;
- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;
- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, da reutilização da água residual tratada e da procura de novas soluções para as lamas do processo, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial e adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho cada vez mais seguro e saudável, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção e da minimização dos respetivos riscos;
- Fornecer um serviço cada vez melhor, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência do desempenho e modelo de gestão.
- Conferir responsabilidade e motivação dos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, fomentando o trabalho em equipa, transversal à empresa e promovendo a formação contínua.

DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A Tejo Atlântico foi constituída em 24 de Março de 2017, pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, tendo-lhe sido atribuída a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste.

O referido sistema multimunicipal, gerido e explorado pela sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., integra os antigos Sistemas Multimunicipais existentes à data da sua fusão no sistema multimunicipal de abastecimento de Águas e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo:

- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho e gerido pela SANEST, S.A.;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro e gerido pela SIMTEJO, S.A.;
- Parte de saneamento do Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro e gerido pela Águas do Oeste, S.A. (AdO).

A constituição da Tejo Atlântico decorre da cisão do anterior Sistema Multimunicipal de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e da sociedade que o geria, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., criada pelo Dec. Lei nº94/2015, de 29/05/2015 e cuja gestão foi delegada na Empresa Publica de Águas Livres (EPAL), nos termos deste último diploma.

O Sistema integra como utilizadores de saneamento de águas residuais vinte e três municípios, a saber:

Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, diploma de constituição da Águas do Tejo Atlântico, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., entrou em vigor no dia 3 de abril de 2017, tendo a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., por gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, assegurado a exploração e gestão do sistema por conta da Águas do Tejo Atlântico até ao dia 30 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 61.º em conjugação com o respetivo contrato de concessão.

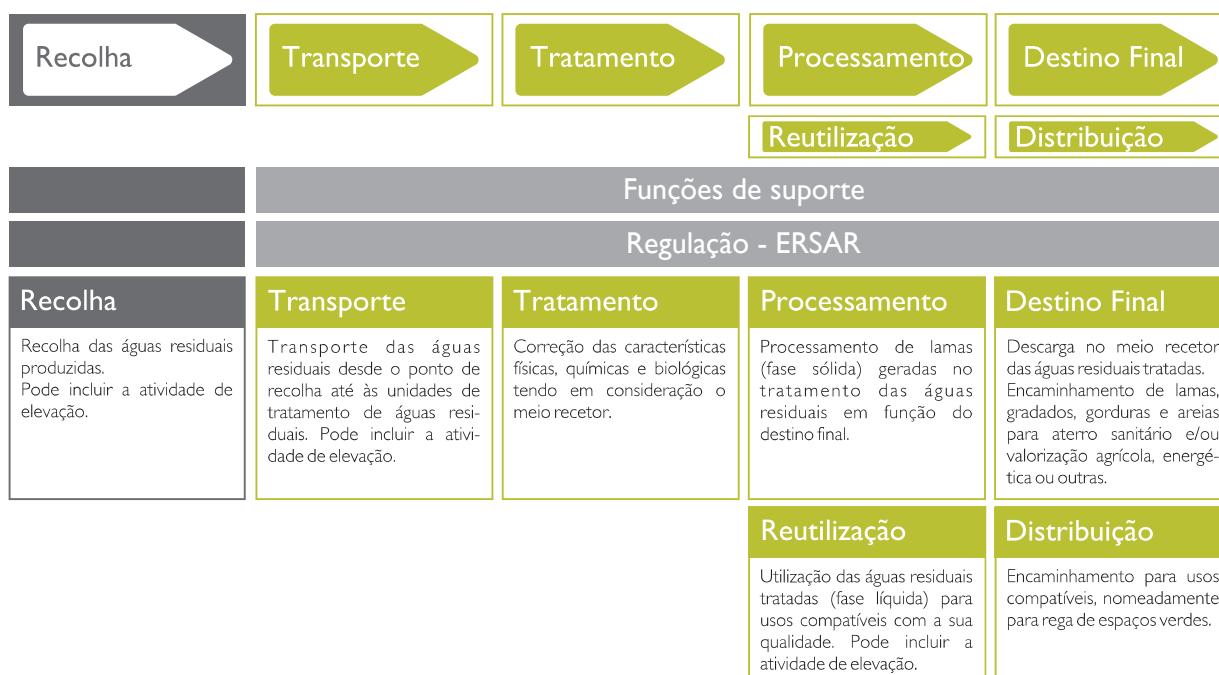


CADEIA DE VALOR

A empresa atua numa extensa cadeia de valor que agrega um conjunto interdependente de competências, que contribuem para a criação de valor do capital acionista, no cumprimento de elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, com especificação das atividades de operação desenvolvidas.

Operação - Saneamento



ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A Tejo Atlântico é uma sociedade anónima de capitais públicos com um Capital Social de 1 13 527 680 euros, integralmente realizado.

Nos termos legais vigentes, o Município de Lisboa exerceu o direito de preferência na aquisição das ações que haviam sido alienadas à Tejo Atlântico, em 2017, pelo Município de Cascais (3.586.998 ações de categoria A, e 350.000 da categoria B, ao valor nominal de 1 euro cada ação), passando a deter uma participação de 18,38 % do capital social.

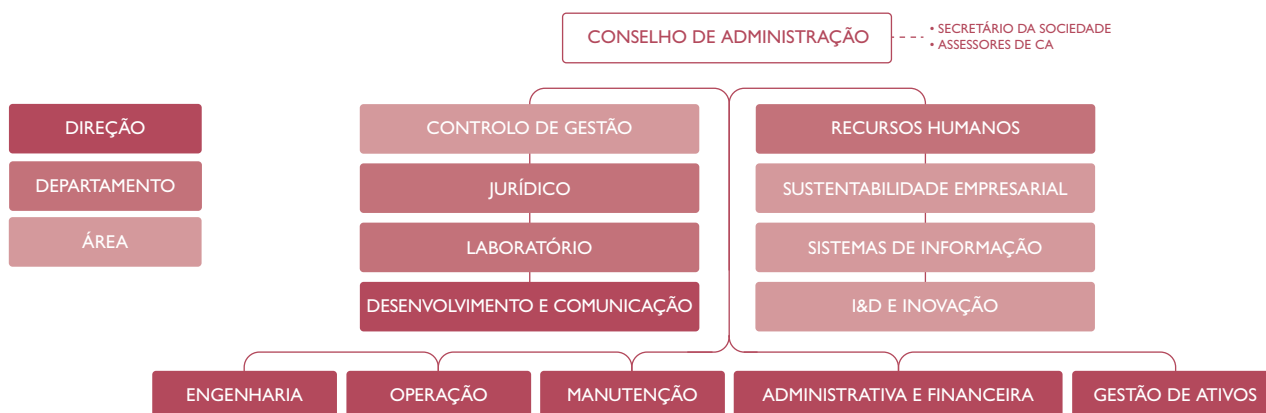
Com esta aquisição em 2018, o capital social registou uma redução das ações próprias de 6.458.431 para 2.521.433 ações.

No final do exercício o Capital da sociedade estava repartido com a seguinte distribuição:

Acionistas	N.º de Ações Subscritas por Categoria		Nº Total de Ações Subscritas	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
	Categoria A	Categoria B			
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912 €	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921 €	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856 €	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003 €	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431 €	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542 €	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735 €	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998 €	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253 €	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244 €	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618 €	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708 €	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165 €	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724 €	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237 €	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004 €	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768 €	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998 €	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438 €	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623 €	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638 €	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433 €	2,22%
Total	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680 €	100,00%

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o desenvolvimento da sua atividade a Tejo Atlântico organizou internamente os seus recursos em diversos órgãos funcionais que, no final de 2019, tinham a seguinte representação:



ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Presidente da Câmara Municipal da Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Vice-presidente | Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária | Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | Eng.º António Alberto Corte-Real Frazão

Vogal Executivo | Dr.ª Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira

Vogal Executivo | Eng.º Hugo Filipe Xambre Bento Pereira

Vogal Não Executivo | Eng.º Nuno Rafael da Conceição Brôco

Vogal Não Executivo | Eng.º José Manuel da Costa Baptista Alves

Vogal Não Executivo | Dr. Armando Jorge Paulino Domingos

CONSELHO FISCAL

Presidente | Dr. Armando José de Sousa Resende

Vogal Efetivo | Dra. Catarina Alexandra Carvalho Fins

Vogal Efetivo | Dr. Carlos Manuel Antunes Bernardes

Vogal Suplente | Dra. Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

SROC | PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

ROC Efetivo | Dr. João Rui Fernandes Ramos

ROC Suplente | Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Dra. Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo | Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva*

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2019, a Tejo Atlântico não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem dispunha de qualquer sucursal.

* Renunciou a 22 de julho de 2019

SÍNTESE DE INDICADORES

Indicadores financeiros	unidade	2017	2018	2019
Volume de negócios	Eur	79 109 645	82 263 817	83 215 483
Resultado operacional	Eur	17 585 235	14 376 642	12 782 199
EBITDA Ajustado ¹	Eur	38 469 427	43 634 046	41 458 094
Resultado líquido	Eur	6 879 777	5 508 013	4 277 855
Resultado líquido sem DRG	Eur	8 948 611	15 567 612	13 989 628
Opex (CMVMC + FSE + Pessoal)	Eur	39 949 722	38 485 534	41 477 091
PRC (OPEX / Volume de negócios)	%	49%	47%	50%
Endividamento bruto	Eur	239 289 507	231 237 185	222 183 687
Endividamento líquido	Eur	160 130 063	139 929 223	126 569 301
Dívida bruta de clientes	Eur	26 597 372	17 919 176	12 249 313
Dívida líquida de clientes	Eur	23 062 964	17 893 652	12 231 159
Infraestruturas operacionais brutas (DUI bruto)	Eur	841 361 814	855 968 128	877 628 097
Infraestruturas operacionais líquidas (DUI líquido)	Eur	455 083 197	452 759 031	447 216 089
Investimento do ano ²	Eur	3 187 081	9 169 513	16 228 643
Ativo total	Eur	666 995 896	650 659 877	629 056 568
Passivo total	Eur	553 046 870	533 429 816	513 153 076
Capital próprio	Eur	113 949 026	117 230 061	115 903 492

¹ Resultado Operacional+Amortizações+Perdas por Imparidade-Subsídios ao Investimento-Desvio Recuperação de Gastos.

² Investimento total realizado sem dedução de abates, que no ano ascenderam a 558 041€.

Indicadores de atividade	unidade	2017	2018	2019
Efluente faturado ¹	m ³	183 073 212	182 875 117	182 222 441
Efluente tratado	m ³	183 205 051	194 236 891	185 062 475
Efluente recolhido	m ³	185 477 703	198 161 690	189 084 133
Municípios servidos	nº	23	23	23
Municípios abrangidos	nº	23	23	23
População servida	Mhab	2,3	2,3	2,3
Número de colaboradores no final do ano	nº	355	363	369

¹ Efluente tratado, efluente transportado e água reutilizável. Inclui 181 655 388 m³ de caudais mínimos.

Infraestruturas	unidade	2017	2018	2019
Número de ETAR	nº	103	103	103
Número de Estações Elevatórias	nº	269	268	268
Emissários Submarinos	nº	5	5	5
Rede de coletores	Km	1 092	1 093	1 100

RECONHECIMENTO/ PRÉMIOS/ CERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2019 a Tejo Atlântico recebeu vários prémios associados à sua atividade e à sua estratégia sustentável:

- No ENEG 2019, recebeu o prémio “Tubos de Ouro” na categoria “Melhor Ação de Comunicação e Educação Ambiental” à Tejo Atlântico, com o “Projeto VIRA – Mudança de mentalidades”. Esta categoria foi a mais participada de sempre na organização dos “Tubos de Ouro” contando com 23 candidaturas de 11 entidades gestoras;
- Também no ENEG 2019, recebeu uma menção honrosa pela “Melhor Estratégia de Adaptação às Climáticas/ Economia Circular” com a candidatura “Fábricas de Água / água+”;
- A Tejo Atlântico foi reconhecida com o “Selo de qualidade para o uso eficiente da água” pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- A Tejo Atlântico foi premiada com o selo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade que reflete o reconhecimento das boas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade.
É uma iniciativa da Associação Portuguesa de Ética Empresarial que distingue a implementação de políticas e modelos de boa governação em organizações dos setores público e privado, com ou sem fins lucrativos, com boas práticas em responsabilidade social e sustentabilidade e que no caso da nossa empresa, evidencia e valoriza o trabalho realizado até à data e que promove a reputação junto dos diversos *stakeholders*;
- A Tejo Atlântico conquistou uma menção honrosa no projeto RES URBIS premiado no PT Global *Water Awards* 2019;
- A Tejo Atlântico integra a equipa (coordenada pelo LNEC), que venceu a categoria I+D+i do PT Global *Water Awards* 2019, com o projeto LIFE IMPETUS;
- A Tejo Atlântico recebeu o prémio PEPE período 2018-2019, prémio este que valoriza o grau de execução do Plano no Grupo AdP, que premeia as empresas com melhor desempenho;
- Obteve a certificação energética da frota com a classificação – classe B;
- No que se refere às certificações, a Tejo Atlântico manteve as ISO 9001, ISO 14001, OSHAS 18001 e alargou o âmbito na ISO 50001, o que demonstra o compromisso da empresa nas boas práticas e nos mais elevados índices de exigência em ambiente, qualidade, saúde e segurança no trabalho e de eficiência energética.

DESTAQUES DO ANO

E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O volume tratado de águas residuais nas Fábricas de Água da Tejo Atlântico foi, em 2019, cerca de 185 milhões de metros cúbicos, com um cumprimento da licença de descarga em 99,6%. A qualidade da água balnear e das linhas de água da região beneficiou do bom trabalho das Fábricas de Água, permitindo que se tenham mantidas hasteadas nas praias 35 bandeiras azuis, e assegurado a possibilidade de novas candidaturas para o ano de 2020.

Efetuararam-se inúmeras ações de correção ao nível da manutenção de equipamentos e de construção civil, permitindo pouco a pouco atenuar o défice de manutenção ocorrido durante os anos de crise económica.

Durante o ano de 2019, as ações desenvolvidas permitiram o alargamento do âmbito no que respeita à segurança e saúde no trabalho, pela OSHAS 18001 a mais 27 subsistemas, 58% de infraestruturas, e que envolveu um esforço significativo na melhoria das condições de segurança das infraestruturas.

Foi também promovido o alargamento da certificação do sistema de gestão de energia a mais 9 instalações (Fábricas de Água de, Alcântara, Frielas, Nazaré, Alverca, Atouguia da Baleia, Carregado, Vila Franca de Xira e Torres Vedras e Estação Elevatória 3 de Alcântara), estando agora no âmbito da certificação, as instalações mais representativas em termos de consumo (80 % do consumo de energia da Tejo Atlântico), com reconhecimento prémio PEPE pelo cumprimento das metas de eficiência energética.

No ano, consolidaram-se conhecimentos e práticas de contratação pública na Tejo Atlântico face às alterações introduzidas pela revisão do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Dando continuidade ao trabalho de 2018, a Tejo Atlântico, em 2019, densificou normativos internos que materializam boas práticas de contratação pública reforçando a sua cultura organizacional consentânea com os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado.

Em 2019 teve continuidade o desenvolvimento e a consolidação de Regras e Boas Práticas de *Corporate Governance*,

No ano de 2019 deu-se continuidade à redução do número de processos de contencioso, dando relevo à conclusão de 4 processos que envolviam os Municípios de Torres Vedras e Sintra e que se desenrolavam desde 2010.

No que respeita a conclusão de obras, destaca-se a entrada em funcionamento do Emissário de A-do-Baço e do Emissário Casal das Boiças, a renovação do emissário da Castelhana e do emissário de Caparide, bem como a empreitada de Remodelação da ETAR da Maceira, em Torres Vedras, cuja execução é objeto de comparticipação comunitária pelo Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), no âmbito da operacionalização da Estratégia Portugal 2020.

A Fábrica de Água de Alcântara foi palco do terceiro encontro "O Caminho da Inovação", dedicado à temática da inovação no setor da água, organizado pela Águas do Tejo Atlântico. Além dos painéis de apresentações e debate, o evento recebeu cerca de 50 entidades, desde municípios, entidades gestoras, institutos e empresas tecnológicas, que aceitaram o desafio e trouxeram para exposição os seus mais recentes projetos por forma a partilhar com todos os cerca de 600 participantes.

O Lançamento do Projeto VIRA foi também uma ação incontornável em 2019. Com o desenvolvimento da VIRA, cerveja produzida com água+ (água residual tratada), pretende-se "VIRAr" mentalidade e práticas e chamar a atenção da sociedade para a lógica da economia circular; nomeadamente, da capacidade da Tejo Atlântico em tratar a água residual ao nível das maiores exigências de utilização.

Foram desenvolvidos, o plano estratégico de gestão de lamas da Tejo Atlântico, o plano estratégico para a reutilização de água+ na área do Município de Lisboa e iniciaram-se os estudos para

o plano estratégico para reutilização de água+ nos Municípios da Amadora, Loures e Odivelas.

Foi criada a estratégia e a marca BioLamas+, que tem origem nas lamas do processo de tratamento nas Fábricas de Água, com potencial de utilização como fertilizante natural na agricultura (no seguimento do conceito lançado em 2018 “água+”);

O ano de 2019 também foi um ano de afirmação da água+, marca registada em 2018 e que vem percorrendo o seu caminho com o objetivo de generalizar o seu uso na lavagem de ruas, rega de espaços verdes, edifícios industriais, entre outros.

Foi ainda apresentada a marca iSea, uma plataforma operacional de apoio à decisão de ocorrência de descargas de águas residuais não tratadas na zona costeira entre Carcavelos e a Guia.

Foram adjudicados diversos estudos para a erradicação de descargas e para controlo de caudais pluviais nas áreas dos municípios servidos pelo sistema multimunicipal.

Ao longo de 2019 foi consolidada a utilização de viaturas elétricas em toda a empresa, permitindo uma redução das emissões de CO₂ e de consumo energético.

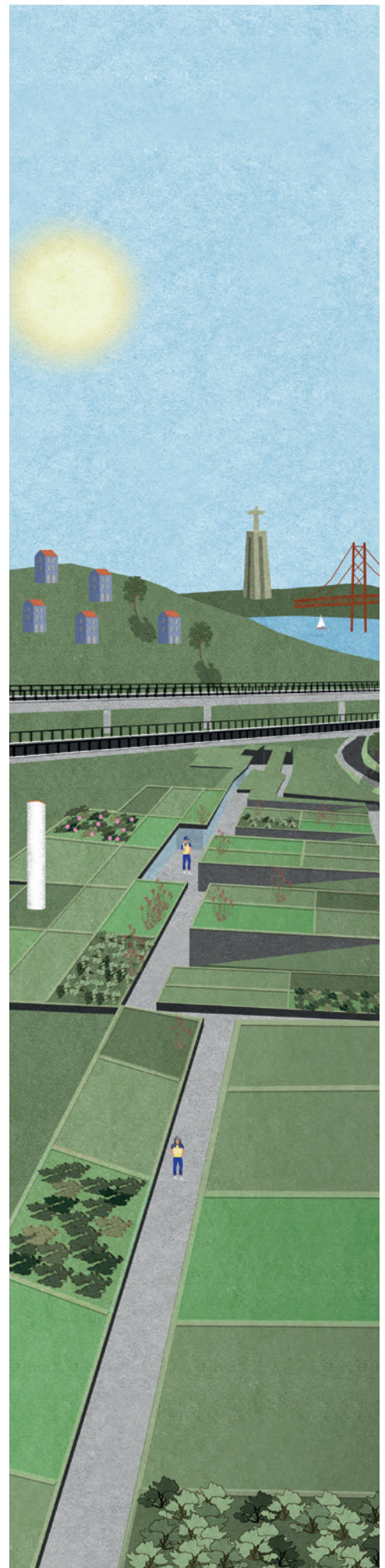
Por força de acontecimentos envolventes no nosso País, foram aprovadas e implementadas as Regras Base do Plano de Contingência de Abastecimento de Combustível da Tejo Atlântico.

Em 2019 foi possível incrementar o processo de reconhecimento das Pessoas através da implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho que permitiu avaliar 341 trabalhadores. Com o início deste processo foi possível que cerca de 23% dos trabalhadores tivessem progressão salarial com efeitos a 1 de abril de 2019, por mérito e reconhecimento de toda a empresa.

A nível de desenvolvimento dos Recursos Humanos foi possível incrementar em cerca de 70% as horas de formação prestadas aos trabalhadores da Tejo Atlântico, comparativamente com o ano anterior.

No início de 2019 foi disponibilizado novo fardamento, com a introdução de novas peças, mais versáteis, inovadoras, confortáveis e representando um alto nível de segurança em todo o sistema, o qual se complementa com um sistema de higienização e limpeza de todas as peças disponibilizadas.

Com a autorização obtida aquando da aprovação do Orçamento de 2018 para a admissão de 10 novos trabalhadores, foi concretizado ao longo do ano de 2019 o recrutamento externo de 7 novos trabalhadores, permitindo colmatar as necessidades mais prementes, para diferentes Unidades Orgânicas e promover uma maior eficiência na gestão eficaz dos recursos, para além da substituição dos trabalhadores que saíram da empresa ao longo do ano.



O NEGÓCIO



LINHAS ESTRATÉGICAS

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E MISSÃO

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

A sociedade tem por missão explorar e gerir o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e a preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, o equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, a equidade no acesso aos serviços básicos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo AdP.

As orientações estratégicas são definidas nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido Regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente, enquanto ministério setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a Águas do Tejo Atlântico, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
 - Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais.
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;

-
- Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
 - Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
 - Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
 - Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.
 - Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

ENQUADRAMENTO

A ENVOLVENTE

CONTEXTO MACROECONÓMICO¹

GLOBAL

O crescimento mundial em 2019 está estimado em aproximadamente 2,4% (ligeiramente inferior ao ano 2018 – 3%), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2020 e 2021 situam-se em 2,5% e 2,6%, respetivamente, as quais refletem uma continuada redução na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes.

A incerteza sobre o impacto do *Brexit* e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

ZONA DO EURO

Após um fraco crescimento no segundo e terceiro trimestres de 2019, o crescimento real do PIB deverá permanecer moderado no curto prazo. Os indicadores económicos declinaram, refletindo principalmente a fraqueza contínua no comércio global em ambiente de incertezas globais contínuas (relacionadas com o aumento do protecionismo, desaceleração na China e um *Brexit* sem acordo). No entanto, os indicadores mais recentes sobre a indústria mostra alguma estabilização, enquanto o sentimento no setor da construção e a confiança do consumidor demonstrou mais resiliência e a situação do mercado de trabalho permanece favorável. A moderação do crescimento real do PIB, de 1,2% em 2019 para 1,4% em 2022, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ascendeu a 1,2% e deverá aumentar gradualmente até 1,6% em 2022.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2019 são os seguintes:

¹ Fonte: FMI *World Economic Outlook*; European Commission *Economic Outlook*; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

	Estimativa 2019	Ano 2018
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	2,3%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,3%	1,2%
Taxa de desemprego	6,3%	7%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,76%	1,84%

Segundo as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 1,6% em 2022) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-2021. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2020-2022, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa um crescimento da taxa de inflação até 1,4% entre 2020 e 2022.

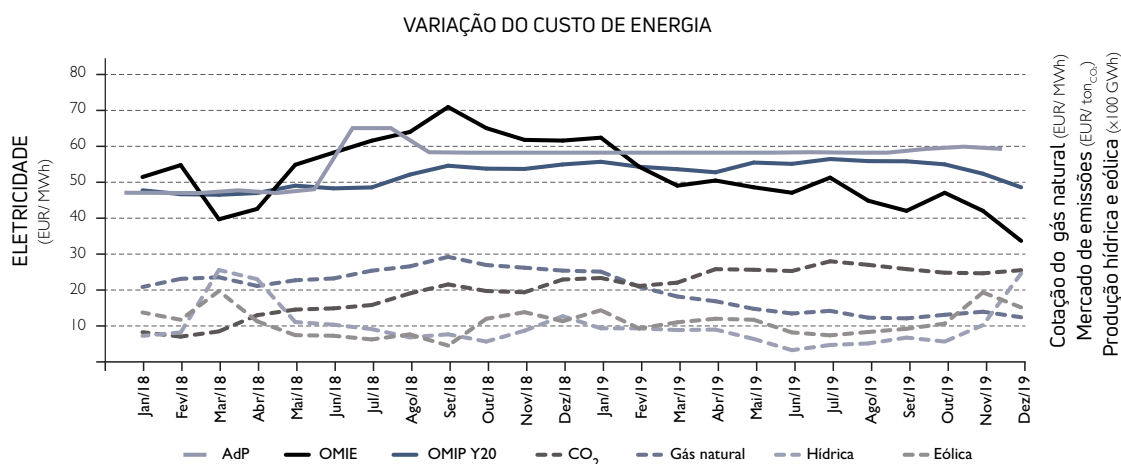
No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2022 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, em 0,4%, em 2019; 0,3%, em 2020; 0,4% em 2021; e 0,6% em 2022. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

A ENERGIA NO GRUPO ADP – PREÇOS E CONSUMOS

No ano de 2019 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 47,87 €/MWh (foi de 57,45 €/MWh em 2018). Esta descida face a 2018 resulta de vários fatores combinados, de onde se destacam o efeito da descida continuada do preço do gás natural e da descida das cotações do mercado de emissões de CO₂, ambas com principal incidência a partir da segunda metade do ano.

Recorda-se que o valor médio registado em 2018 correspondia ao valor mais elevado desde 2008, e que aquela subida resultou do efeito combinado do aumento das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017 apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, foi em 2019 cerca de 8% inferior à verificada em 2018, apenas teve impacto nos mercados nos últimos 2 meses do ano, onde a produção média mensal foi 76% superior à média de 2018.



Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2019/ 2018
Portugal	-17%
Alemanha	-15%
França	-21%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2020, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2019/ 2018
Portugal	+9%
Alemanha	+14%
França	+11%

No ano de 2019, o consumo nacional foi de 50.345 GWh, inferior em 0,2% face a 2018. O consumo foi satisfeito em 49% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 52% verificados em 2018. A produção térmica, entre 2018 e 2019, apresentou um crescimento de 15% no gás natural e de 3% na cogeração, enquanto a produção com base em carvão reduziu-se em 54%. O saldo com o exterior foi importador em 7% do consumo, ao contrário do verificado em 2018 que teve um saldo exportador de 5%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2019 foi 1,3°C superior a 2018, o que terá ajudado a reduzir as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica baixou de 1,05 em 2018 para 0,81 em 2019, com impacto na produção hídrica que se reduziu em 25% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do deficit tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Sem embargo, em 2019 manteve-se a dinâmica de descida das TAR - 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR - correspondente a -12,0% face a 2018, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP.

Contudo, importa referir que esta redução não se irá manter em 2020, uma vez que as TAR voltaram a ser fixadas com um incremento médio de +1,2% para todos os níveis de tensão, quantificando-se num crescimento médio de +1,5% face a 2019, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP (sendo as TAR cerca de metade do preço da energia final, o seu efeito será de aproximadamente +0,7% no crescimento médio do custo global).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2019 foi cerca de 102,86 €/MWh (foi de 105,36 €/MWh em 2018), correspondendo a uma redução média de -2,4% face a 2018, representando o custo de aquisição de energia 61% (versus 55% em 2018). Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,55 €/MWh e 58,27 €/MWh, para 2019 e 2018, respetivamente (+7,3%).

Refira-se que os valores apresentados têm por base valores reais de consumo até novembro - alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) -, com extrapolação até ao final de 2019.

Os custos totais da energia elétrica em 2019, para além de refletirem a descida das TAR incluem também a redução excepcional da potência contratada que, conseguida em 2018, teve aplicação plena no decurso do exercício de 2019.

Para o ano de 2020 (contratado até 31 de dezembro de 2020, com exceção da BTN que foi contratada até 31 de dezembro de 2021), o valor médio deverá situar-se em torno dos 103,60 €/MWh (versus 102,86 €/MWh em 2019), o que representa um aumento de +0,7% face ao ano anterior; influenciado pela subida das TAR fixadas para 2020.

O valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,30 €/MWh, que comparando com o valor de 62,55 €/MWh em 2019, representa um decréscimo médio de -0,4%.

Os valores estimados para 2020 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que eventuais alterações no perfil terá efeitos no preço médio da energia, por empresa e no Grupo.

Registo ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, ainda preliminares, o consumo de energia em 2019 deverá aumentar em 1,6% face ao verificado em 2018 (728,7 GWh), que associado ao ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP (+0,5%), deverá induzir um ligeiro ajustamento do consumo específico face ao registado em 2018 (0,6580 kWh/m³).

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados preliminares de 2019 permitem perspetivar uma produção de mais de 33 GWh/ano (+8,6%), em linha com o aumento de produção registada em 2018 (30,4 GWh/ano). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,5% do seu consumo total de energia. Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 15.644 toneladas, representando uma redução de -4,4% face a 2018.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2019, os 127 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP (com 1.430 viaturas) percorreram mais de 2 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 173 mil litros de combustíveis de origem fóssil, que representa uma redução de 582,7 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,5% (-85,1 tep), e o consumo elétrico foi de 293 MWh. Importa referir que, em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada foi de 326 toneladas, representando uma redução de -70,3%.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Tal como verificado anteriormente, continua a não ser possível prever a variação do preço da energia elétrica para os próximos anos – o mercado de aquisição de energia para os próximos anos tem vindo a apresentar uma descida importante em função da produção registada a partir da energia eólica, mantém-se as incertezas e as fortes dependências dos preços em função da variação da economia mundial e das origens de produção no setor.

Acrescem os efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias, terão sobre o preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e o condicionam, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, I de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85% e 90% até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45% e 55% até 2030, e entre 65% e 75% até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, dos quais se destacam:

- a) Descarbonizar a produção de eletricidade, eliminando a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis;
- b) Concretizar a transição energética, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
- c) Descentralizar e democratizar a produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético;
- e) Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões;
- f) Promover a transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade;
- i) Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono;
- m) Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono e promovendo uma maior tributação sobre o uso dos recursos, reciclando as receitas para a descarbonização e transição justa;
- n) Redirecionar os fluxos financeiros para a promoção da neutralidade carbónica, fomentando designadamente o desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável e um maior envolvimento do sistema financeiro, bem como a respetiva monitorização;
- r) Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

Nesse sentido merece destaque o projeto relativo ao desenvolvimento de Estudo de Implementação de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a considerar não deve ser apenas a energia elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos não passam apenas pela produção própria de energia elétrica, tendo, igualmente e em primeiro lugar, a ambição de redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção devem ser baseadas num *mix*, considerando essencialmente sistemas baseados em solar fotovoltaica, solar térmica, eólica, hídrica e cogeração a biogás, procurando maximizar produção;
- Deve-se maximizar o escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética;
- Devem ser previstas soluções de *storage* de energia, retirando partido de infraestruturas existentes do Grupo AdP, alterando a filosofia de exploração das mesmas, tal como sucede com os atuais reservatórios dos sistemas de abastecimento;
- Devem ser dimensionadas e orçamentadas as intervenções, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma provisional, considerando, como prioritários, os projetos com TIR mais elevada e com maior nível de autoconsumo;
- Devem ser calculados os valores de redução de emissões de CO₂ que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal;
- Deve ser aproveitada a oportunidade para aprofundar matérias como a coesão territorial, uma vez que o Grupo AdP tem, desde sempre, essa estratégia no seu ADN, como é também uma das suas missões.

Este importante projeto de desenvolvimento, que teve início em janeiro de 2020, constituirá uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE

medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da *United Nations Global Compact* - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

O SETOR

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL²

A água tangencia todos os aspetos do desenvolvimento e está ligada à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, uma série de desafios — lacunas no acesso a água e saneamento, a rápida urbanização e o crescimento populacional, a poluição, os impactos climáticos e padrões de crescimento que fazem uso mais intensivo da água — tornam a insegurança hídrica numa das maiores ameaças ao progresso económico, ao alívio da pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Para que exista segurança hídrica à escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos na agricultura. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos extremos climáticos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

A falta de acesso a (melhores) serviços de abastecimento e saneamento impõe grandes custos à sociedade, designadamente nas regiões mais pobres. Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Pouquíssimas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

Apesar do reconhecimento da importância da água para o desenvolvimento, segundo o Banco Mundial, um grande número de países indicaram não ter financiamento suficiente para atingir as metas nacionais estabelecidas relativamente ao acesso a água potável. As incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

Ajudar os países a alcançar maior inclusão e sustentabilidade no setor da água, pressupõe investimentos nas instituições que promoverão a construção e/ou a melhoria das infraestruturas existentes, apostando na acessibilidade universal ao serviço e na gestão eficiente dos recursos.

Com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, tem sido promovidas várias iniciativas e estabelecidas parcerias a nível global:

- *World Bank Water Global Practise*, que constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no setor da Água) baseado na: **i)** sustentabilidade dos recursos hídricos, **ii)** acessibilidade e **iii)** resiliência dos sistemas;
- *Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP)*, através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- *2030 Water Resources Group (2030 WRG)* destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL³

A crescente disponibilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais urbanas em todo o território nacional, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis constitui um importante fator de desenvolvimento do país do ponto de vista da saúde pública, qualidade e segurança para a vida das famílias portuguesas, bem como da sustentabilidade ambiental. O setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Nos últimos anos tem-se verificado uma evolução significativa no setor e a maior parte da população portuguesa tem acesso um bom serviço de água e saneamento.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

PANORAMA NACIONAL

Abastecimento de água

- 9,6 milhões de habitantes servidos
- 96% de alojamentos servidos
- 192 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,4985€/m³
- Indicador água segura em Portugal Continental (alta): 99,70%

Saneamento de águas residuais

- 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 85% de alojamentos servidos
- 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
- 84% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,7 milhões de m³ de águas residuais tratadas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,5296€/m³

Dados RASARP 2018 - ERSAR

Constituindo o instrumento estratégico para o setor no sentido de promover junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, contínua em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014-2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face. Em novembro de 2019 realizou-se a sexta reunião da Comissão Permanente da Seca, onde foi avaliado o ponto de situação meteorológico, hidrológico e regadio público, bem como das medidas que têm vindo a ser implementadas à evolução da seca. Foi acordada a constituição de dois grupos de trabalho para elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, integrando os organismos da administração e os setores mais representativos em cada região.

O GRUPO ADP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias, que culminou com a publicação do Decreto-Lei n.º 160/2019 de 24 de outubro que procede à escolha das entidades gestoras e aprova as condições e os termos especiais dos contratos de concessão de atribuição da gestão de infraestruturas hidráulicas.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know how* no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se em julho de 2019 a assinatura do contrato de parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. A Águas do Alto Minho iniciou a sua atividade operacional em 1 de janeiro de 2020.

Através do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Energias foi designada como a entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais que terá como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, foi publicado o Decreto-Lei 119/2019 de 21 de agosto que define a estratégia e os objetivos nacionais quanto à água para reutilização. Durante o ano de 2020 o Grupo AdP levará a cabo um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do *User Board* do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Águas de Portugal (AdP) reafirma o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal estar, pela primeira vez, representada no *board* da *Water Europe*, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

A REGULAÇÃO

ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que compõem o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos “alta” (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e “baixa” (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor da água.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente no que diz respeito à regulação ambiental.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, parceria e gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicável, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

O Grupo AdP manteve em 2019 a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Durante o ano de 2019, o Grupo AdP continuou a manter a sua participação no âmbito das consultas públicas promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira.

Destaca-se, a este propósito a participação na consulta pública relativa à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e respetivo Documento Complementar n.º 1, em março de 2019, cujo procedimento se iniciou em 14 de dezembro de 2018 pela ERSAR.

Este importante regulamento constituirá uma ferramenta muito relevante para o setor das águas, em matéria de regulação económica e na sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, bem como em matéria de equidade tarifária e eficiência de preços.

Em 2019, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso. Instrumentos muito relevantes no quadro de definição dos regulamentos tarifário e de qualidade de serviço.

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DA TEJO ATLÂNTICO

A Entidade Gestora Águas do Tejo Atlântico, pertencente ao universo do Grupo AdP, que é um sistema multimunicipal, exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em "alta".

As tarifas e os rendimentos tarifários em "alta" praticados pela Tejo Atlântico são fixados pela ERSAR, sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Tejo Atlântico as tarifas e os rendimentos tarifários encontram-se estabelecidas para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas e dos rendimentos tarifários com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2019, a tarifa e os rendimentos tarifários aplicados na faturação pela Tejo Atlântico, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR em 2018.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3 %, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a 10 anos.

Em 2019, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,75%.

O diploma constituinte da cisão do SMM, Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG, tendo sido determinado um período máximo de geração adicional de DRG até 10 anos e um período máximo de reintegração destes ativos (ou passivos) até 25 anos.

Durante o ano de 2019, a ERSAR procedeu à análise e aprovação integral do DRG apresentado pela Tejo Atlântico.

Em 31 de dezembro de 2019 estavam registados, nas contas da Tejo Atlântico, cerca de 13 milhões de euros de DRG de natureza superavitária, decorrente da atividade do SMM.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A Tejo Atlântico está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em novembro de 2019, foi divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2018.

O NEGÓCIO

INTRODUÇÃO

A Águas do Tejo Atlântico é uma empresa multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais, que resulta da cisão, em 2017, da empresa multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Lisboa e Vale do Tejo.

O sistema multimunicipal compreende a exploração e a gestão dos serviços de saneamento de águas residuais de vinte e três Municípios; Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, provenientes dos extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste, que foram agregados no sistema multimunicipal da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em 2015. A população residente abrangida pelo sistema em 2019 foi de 2,3 milhões de habitantes.

SANEAMENTO ALTA

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.

No esquema apresentam-se os grandes números associados à dimensão da Empresa no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos da sua atividade de exploração em 2019:



A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando-se abranger cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

OUTROS NEGÓCIOS

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Tejo Atlântico, a sociedade pode ainda desenvolver outras atividades de negócio:

- Ao abrigo do Decreto – Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os Municípios;
- Nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto – Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas.

SUSTENTABILIDADE

ENQUADRAMENTO

É com um compromisso para com as gerações atuais e futuras que o Grupo AdP desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, o Grupo AdP integra a Sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão e como potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

Continuámos a dar passos largos no combate às alterações climáticas, apostámos na inovação e na economia circular, e continuámos empenhados nas políticas sociais sempre alinhados com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A destacar este ano o forte contributo do Grupo AdP na ajuda humanitária a Moçambique no âmbito das calamidades provocadas pelos Ciclones IDAI e Kenneth. Respondemos na primeira hora com a missão de apoiar as autoridades Moçambicanas no restabelecimento do fornecimento de água potável às populações das zonas afetadas. Também numa iniciativa conjunta com a EDP, SIC Esperança e Grupo Lusíadas e com o apoio de todos os colaboradores do Grupo enviámos 5000 mochilas Esperança com bens essenciais que permitiu apoiar cerca de 25000 Moçambicanos. No final do ano reunimos ainda 1000 mochilas com material escolar.

A Tejo Atlântico, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

Entre os aspetos relevantes em 2019, destaca-se o reconhecimento das boas práticas da Tejo Atlântico reconhecidas com o selo da Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE 2017/2020

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade.

SIMBIOSE COM AMBIENTE

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação & Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS E CLIENTES

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

SIMBIOSE COM OS COLABORADORES

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente *know-how* do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

SIMBIOSE COM A COMUNIDADE

Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

STAKEHOLDERS / PARTES INTERESSADAS

A Tejo Atlântico está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade da Tejo Atlântico (e do Grupo AdP) passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

A Tejo Atlântico (e o Grupo AdP) identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Através dos diversos serviços, a empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos.

Os diversos serviços atuam como interlocutores entre a comissão executiva e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsáveis pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da Tejo Atlântico neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Tejo Atlântico cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E CONTROLO DO RISCO

“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” COSO 2013

A Tejo Atlântico e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Tejo Atlântico se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, a AdP SGSP aprovou no decurso de 2019 o projeto de definição e implementação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo. Para tal, de entre os vários modelos de controlo interno existentes, selecionou o CUBO do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), como o modelo a implementar, por considerar ser o mais adaptável à estrutura das empresas por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Avaliação dos Riscos

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

Atividades de Controlo

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar: **i)** as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade; **ii)** o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Informação e comunicação

- Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa;
- Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCI ao longo do tempo.
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No desenvolvimento do projeto, com base nas orientações estratégicas e as contas significativas, a AdP SGPS identificou os 35 processos considerados como críticos no grupo AdP e priorizou 13 processos para os quais, foi efetuado o respetivo mapeamento, a identificação dos eventos de risco e riscos associados e dos controlos implementados para a sua mitigação, em duas empresas piloto.

Paralelamente foram desenvolvidos, encontrando-se em fase de conclusão, o relatório de definição das métricas a utilizar na avaliação anual do SCI, bem como o Manual de Controlo Interno do Grupo, no qual se incluem as Matrizes de Controlos e Riscos dos processos mapeados.

No seguimento encontra-se prevista a implementação da metodologia de controlo interno aprovada na Tejo Atlântico, bem como a implementação do Manual de Controlo Interno, o qual compreenderá o necessário ajustado à realidade dos riscos e controlos estabelecidos na empresa. Será promovida sensibilização e formação sobre a matéria, e dada continuidade ao mapeamento dos restantes processos identificados como críticos.

Finalizada a implementação do modelo, as métricas de avaliação estabelecidas, conjugadas com as auditorias de controlo interno efetuadas anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da Tejo Atlântico e concluir se o SCI é eficaz.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na Tejo Atlântico, permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.



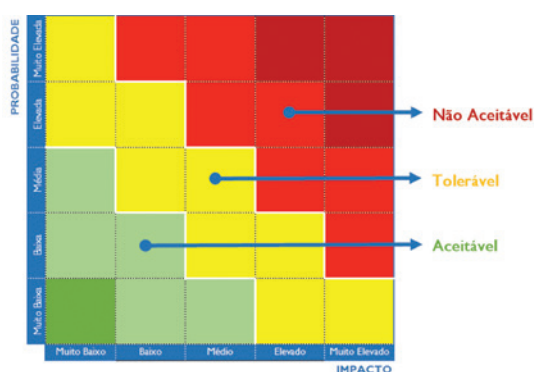
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Tendo a criação da empresa ocorrido no decurso de 2017 e considerando que a realização de uma adequada avaliação do risco pressupõe, a existência de maturidade na implementação dos processos de negócio, um adequado nível de conhecimento destes, dos riscos associados e dos controlos implementados, conjugado com a implementação do modelo de Controlo Interno no Grupo AdP, foi definido não proceder à avaliação do risco em 2019.

ATIVIDADE OPERACIONAL

RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES

Em termos operacionais a Tejo Atlântico é constituída por 14 Centros Operacionais (CO), divididos em duas zonas geográficas de acordo com o sistema multimunicipal, a zona sul (TA Sul), e a zona norte (TA Norte).

No final de 2019, o conjunto de infraestruturas operadas pela Tejo Atlântico incluía 103 Fábricas de Água em funcionamento (74 na TA Norte e 29 na TA Sul), 268 estações elevatórias (178 na TA Norte e 90 na TA Sul), 882,6 km de emissários e interceptores (492,26 km na TA Norte e 390,37km na TA Sul) e, 217,7 km de condutas elevatórias (153,14 km na TA Norte e 64,53 km na TA Sul).

Quadro 1-Descrição do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Fábricas de Água (Quant.)	Estações Elevatórias (Quant.)	Emissários e Intercetores (km)	Condutas Elevatórias (km)	Capacidade total das FA (m³)	População equivalente de dimensionamento (e.p.)
SUL	ALC	1	11	21,309	5,095	66 230 345	756 000
SUL	ALV	1	7	13,959	6,226	10 109 770	153 878
SUL	BEI	1	8	16,565	3,296	24 913 440	213 500
SUL	CES	1	9	182,111	18,456	126 144 000	920 000
SUL	CHE	1	5	2,896	2,639	19 162 500	205 000
SUL	FRI	2	6	79,265	4,393	31 841 140	715 000
SUL	MAF	15	34	52,539	13,881	8 332 585	136 177
SUL	SJT	1	0	5,794	0,000	5 840 000	130 000
SUL	VFX	6	10	15,929	10,549	8 196 003	108 251
NORTE	VFX II	4	7	19,870	6,496	2 214 820	40 979
NORTE	ANZ	6	11	38,195	8,993	9 370 750	143 603
NORTE	ARS	34	29	100,169	21,194	1 908 585	97 371
NORTE	BCO	12	31	81,002	30,802	2 089 990	49 840
NORTE	LPE	10	24	92,815	15,668	5 162 560	83 600
NORTE	TVD	8	76	160,213	69,982	8 435 786	169 476
Total		103	268	882,631	217,670	327 737 454	3 881 696

NOTA: ALC- Alcântara; ALV- Alverca; BEI- Beirolas; CES – Costa do Estoril; CHE- Chelas; FRI – Frielas; MAF- Mafra; SJT- São João da Talha; VFX-Vila Franca de Xira; ANZ- Alcobaça/Nazaré; ARS- Alenquer/Arruda dos Vinhos/Azambuja/Rio Maior/Sobral Monte Agraço; BCO-Bombarral/Cadaval/Óbidos; LPE- Lourinhã/Peniche; TVD – Torres Vedras.

No ano de 2019, entraram em funcionamento dois emissários com uma extensão de 6,929 km.

Quadro 2-Descrição das novas infraestruturas

Direção Regional	Centro operacional	Subsistema	Município	Infraestrutura	Emissários e Intercetores (Km)
SUL	FRI	Bucelas	Arruda dos Vinhos	Emissário de A-do-Baço	5,058
NORTE	ARS	Alcoentre	Azambuja	Emissário Casal das Boiças	1,871
Total					6,929

Quadro 3-Principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

Direção Regional	Centro operacional	Volume tratado m ³ /ano	Energia Consumida kWh/ano	Energia Produzida kWh/ano	Lamas Ton/ano	Água+ m ³ /ano
SUL	ALC	48 570 795	20 924 896	-	52 651,4	552 579
SUL	ALV	6 106 585	4 340 323	-	6 919,1	136 797
SUL	BEI	14 109 180	6 272 072	1 250 296	10 770,4	84 575
SUL	CES	52 739 879	14 671 584	10 060 096	24 164,4	240 838
SUL	CHE	12 240 070	5 624 340	1 573 080	9 001,9	735 055
SUL	FRI	20 763 026	10 181 368	1 686 428	13 811,0	584 223
SUL	MAF	4 617 483	4 124 523	-	8 315,3	99 970
SUL	SJT	3 736 049	3 483 154	1 157 600	4 434,9	-
SUL	VFX	3 075 208	1 764 564	469 948	2 324,3	15 323
NORTE	VFX II	1 438 146	1 274 053	-	2 188,1	-
NORTE	ANZ	3 695 111	2 902 601	-	7 279,7	42 475
NORTE	ARS	4 092 849	2 838 871	-	3 040,6	76 460
NORTE	BCO	2 170 048	2 205 433	-	2 785,9	10 131
NORTE	LPE	2 856 174	2 170 217	-	3 439,9	6 938
NORTE	TVD	4 851 872	4 612 527	-	11 423,8	100 040
Total		185 062 475	87 390 526	16 197 448	162 551	2 685 403

O volume tratado de águas residuais foi de 185 milhões de metros cúbicos, atingindo os 56% da capacidade total de todos os subsistemas, com um cumprimento da licença de descarga em 99,6%.

No processo de tratamento das Fábricas de Água foram geradas 162 551 toneladas de lamas, que devidamente acondicionadas, foram aplicadas como fertilizantes orgânicos na agricultura.

O volume de água+ produzida para uso interno e uso externo foi 2,7 milhões de metros cúbicos, que corresponde a cerca de 1,6% do volume total de águas residuais tratadas.

A energia necessária para o transporte em alta e para o tratamento de águas residuais foi de 87 390 526 kWh.

A energia produzida a partir do Biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 16 197 448 kWh, o que corresponde a uma taxa de cobertura global de 39% do consumo de energia elétrica nas Fábricas de Água, considerando a energia consumida nas instalações de tratamento em que é produzida.

Nos quadros 4 e 5 apresenta-se a evolução anual dos principais dados e indicadores operacionais.

Quadro 4-Comparação dos principais dados operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2017	2018	2019	Δ 19/18
Água residual tratada	m ³	183 205 051	194 236 891	185 062 475	-5%
Água residual não tratada	m ³	989 842	1 620 629	1 651 592	2%
Consumo de energia total	kWh	87 756 198	92 206 887	87 390 526	-5%
Consumo de energia FA	kWh	74 322 492	77 841 785	74 359 269	-4%
Consumo de energia EE	kWh	13 433 706	14 749 479	13 031 257	-12%
Consumo de reagentes	Ton	9 967	9 823	10 354	5%
Consumo de Água Potável	m ³	136 132	131 842	165 885	26%
Consumo de Água+	m ³	2 670 769	2 765 963	2 364 806	-15%
Valorização de Lamas	Ton	156 176	164 692	162 551	-1%
Produção de areias e gradados	Ton	8 324	7 072	5 796	-18%
Produção de Água+	m ³	3 156 320	3 149 923	2 685 403	-15%
Produção de Energia	kWh	9 731 201	17 727 719	16 197 448	-9%
Qualidade das águas residuais	%	98,3	96,6	99,6	3,0 p.p.

Quadro 5-Comparação dos principais indicadores operacionais do Sistema Tejo Atlântico

	Unidade	2017	2018	2019	Δ 19/18
Energia total/ Volume tratado	kWh/m ³	0,479	0,475	0,472	-1%
Energia FA/ Volume tratado	kWh/m ³	0,073	0,076	0,070	-7%
Reagentes/ Volume tratado	g/m ³	54,404	50,572	55,949	11%
Água Potável/ Volume tratado	m ³ /m ³	0,001	0,001	0,001	32%
Água+/ Volume tratado	m ³ /m ³	0,015	0,014	0,013	-10%
Lamas/Volume tratado	kg/m ³	0,852	0,848	0,878	4%
Areia e gradados/ Volume tratado	kg/m ³	0,045	0,036	0,031	-14%

Durante o ano de 2019 a atividade operacional foi influenciada pela falta de mão de obra para dar a resposta adequada à operação das infraestruturas, tendo havido a necessidade de recorrer a trabalho temporário com pouca ou nenhuma experiência na área. A escassez de candidatos para trabalho temporário é explicada pelo mercado estar mais competitivo, oferecendo valores superiores aos valores oferecidos pela Tejo Atlântico, o que configura numa dificuldade significativa da contratação de mão de obra.

A mobilidade das equipas também condicionou o tempo de resposta da equipa de operação às ocorrências registadas.

O estado de conservação das infraestruturas, as avarias sucessivas, as dificuldades de contratação e as descargas industriais em algumas fábricas da água, condicionaram o cumprimento das licenças de descarga.

No início do ano de 2019, entrou em funcionamento a base de dados de operação para toda a Tejo Atlântico, substituindo as anteriores bases de dados oriundas das ex-empresas.

No final de 2019 ficou concluído e implementado o NAVIA Tejo Atlântico, que consistiu na implementação de um único sistema em toda a empresa para desmaterialização do papel na atividade operacional.

A implementação da base de dados e do NAVIA da Tejo Atlântico tiveram um papel fundamental em tornar UNA toda a área do sistema multimunicipal, uniformizando processos e instrumentos operacionais.

ÁGUA RESIDUAL

Em 2019, o volume tratado de águas residuais foi de 185 062 475 metros cúbicos, o que corresponde a uma média diária de 507 020 m³/dia e representa uma redução de 5% face ao valor de 2018.

O volume de água residual tratada na TA Norte foi de 19 104 200 m³ e na TA Sul de 165 958 275 m³, que corresponde a 10% e 90 % do volume total de água residual tratada.

Na Figura 1 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual tratada durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

O volume de água residual não tratada corresponde à água residual rejeitada por interrupção do serviço devido a avarias, falhas de energia, entupimentos e colapsos. Em 2019, o volume de água residual não tratada foi de 1 651 592 m³, que corresponde a 0,9% do volume de água residual tratada, na Tejo Atlântico.

O volume de água residual não tratada na TA Norte foi de 188 064 m³ e na TA Sul de 1 463 528 m³, que corresponde a 0,9% e 0,8 % do volume total de água residual tratada, respetivamente.

Na Figura 2 é apresentada a evolução mensal do volume de água residual não tratada durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

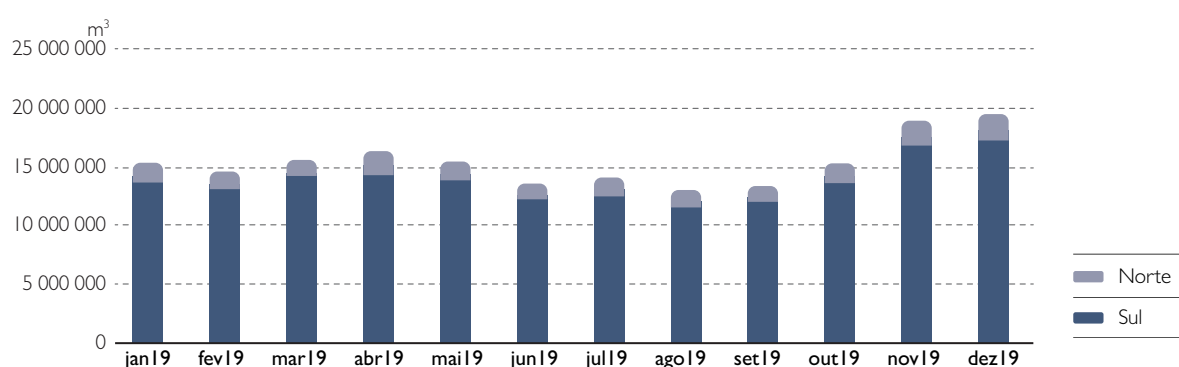


Fig.1- Evolução mensal do volume de água residual tratada (m³)

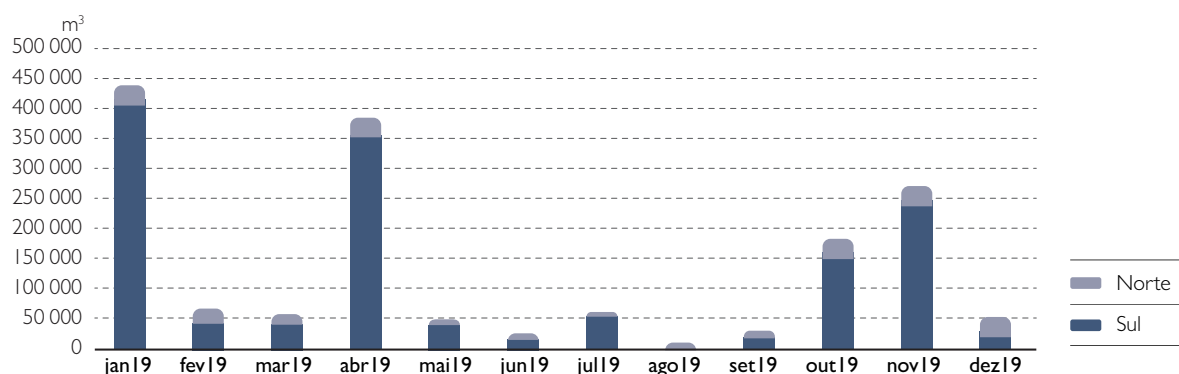


Fig.2- Evolução mensal do volume de água residual não tratada (m³)

PRINCIPAIS DADOS OPERACIONAIS

ENERGIA

Em 2019, a energia total consumida foi 87 390 526 kWh que corresponde a uma média diária de 239 426 kWh, e representa uma redução de 5% face ao valor de 2018.

A energia necessária para o tratamento de águas residuais foi de 74 359 269 kWh (85%) e a energia para o transporte e elevação foi de 13 031 257 kWh (15%).

A energia total consumida na TA Norte foi de 1 6 003 702 kWh e na TA Sul de 71 386 824 kWh, que corresponde a 18% e 82% da energia total consumida.

Na Figura 3 é apresentada a evolução mensal da energia consumida durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

Em 2019, a energia produzida a partir do Biogás gerado no processo de tratamento de lamas por digestão anaeróbia foi de 16 197 448 kWh, que corresponde a uma produção média diária de 44 377 kWh/dia e representa uma redução de 9% face ao valor de 2018.

Destaca-se o acréscimo de produção, face a 2018, nas FA de Beirolas e Vila Franca de Xira. O decréscimo na FA de Frielas é devido a avaria dos grupos de cogeração.

Na Figura 4 é apresentada a evolução mensal da energia produzida durante o ano de 2019, distribuída por Fábrica de Água.

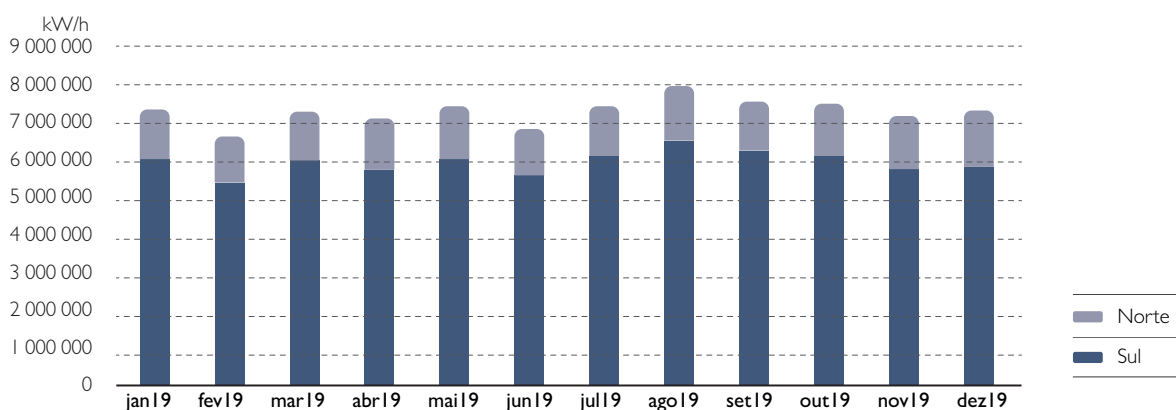


Fig.3 - Evolução mensal do volume da energia consumida (kWh)

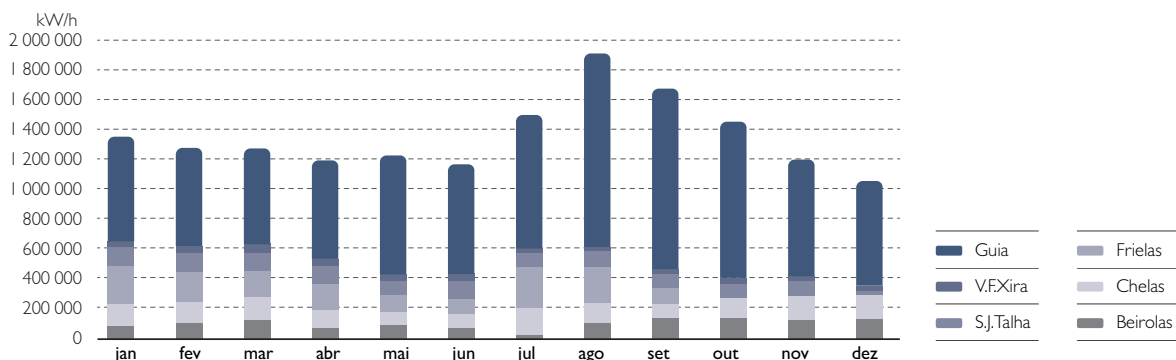


Fig.4 - Evolução mensal do volume da energia produzida por FA (kWh)

REAGENTES

Em 2019, o consumo de reagentes foi de 10 354 Ton, que corresponde a um consumo médio diário de 28 Ton/dia, e representa um aumento de 5% face ao valor de 2018.

O consumo de reagentes na TA Norte foi de 354 Ton e na TA Sul de 10 000 Ton, que corresponde a 3% e 97 % do consumo de reagentes.

Na Figura 5 é apresentada a evolução mensal do consumo de reagentes durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

ÁGUA

Em 2019, o consumo de água potável foi de 165 885 m³, que corresponde a um consumo médio diário de 454,48 m³/dia, e representa um aumento de 26% face ao ano anterior.

O consumo de água potável na TA Norte foi de 42 628 m³ e na TA Sul de 123 256 m³, que corresponde a 26% e 74 % do consumo de água potável.

O acréscimo no mês de dezembro foi devido à necessidade de realizar uma intervenção de manutenção nos tanques de arejamento dedicados à produção de água+ na FA da Guia.

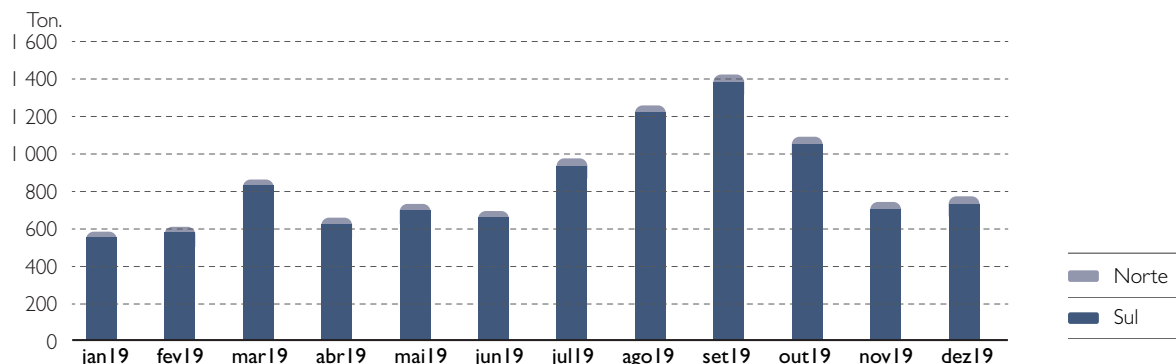


Fig.5 – Evolução mensal do consumo de reagentes (Ton)

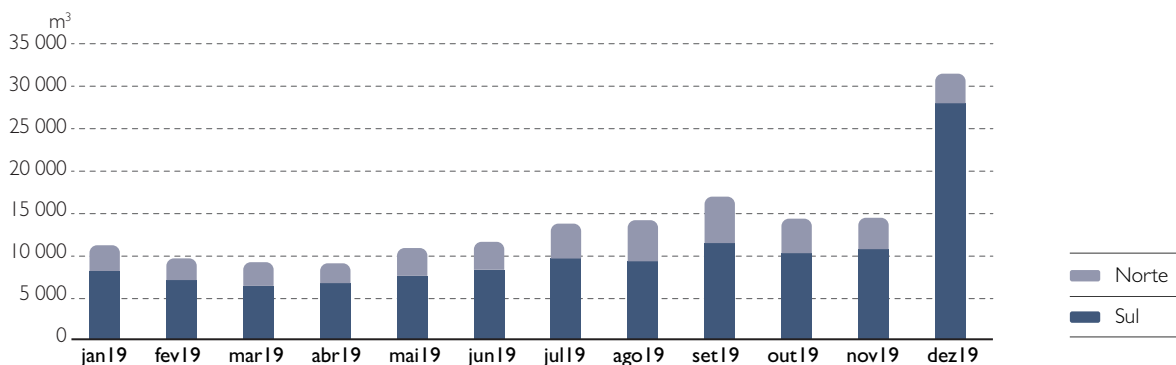


Fig.6 – Evolução mensal do consumo de água potável (m³)

LAMAS

Em 2019, a valorização de lamas foi de 162 551 Ton, que corresponde a uma média diária de 445 Ton/dia, e representa uma redução de 1% face ao valor de 2018.

A valorização de lamas na TA Norte foi de 30 158 Ton e na TA Sul de 132 393 Ton, que corresponde a 19% e 81% da valorização de lamas.

Na Figura 7 é apresentada a evolução mensal da valorização de lamas durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

AREIAS E GRADADOS

Em 2019, a extração de areias e gradados das águas residuais foi de 5 796 Ton, que corresponde a uma remoção média diária de 16 Ton/dia, e representa uma redução de 18% face ao valor de 2018.

A extração de areias e gradados na TA Norte foi de 1 498 Ton e na TA Sul de 4 298 Ton, que corresponde a 26% e 74 % da produção de areias e gradados. Na Figura 8 é apresentada a evolução mensal da extração de areias e gradados durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

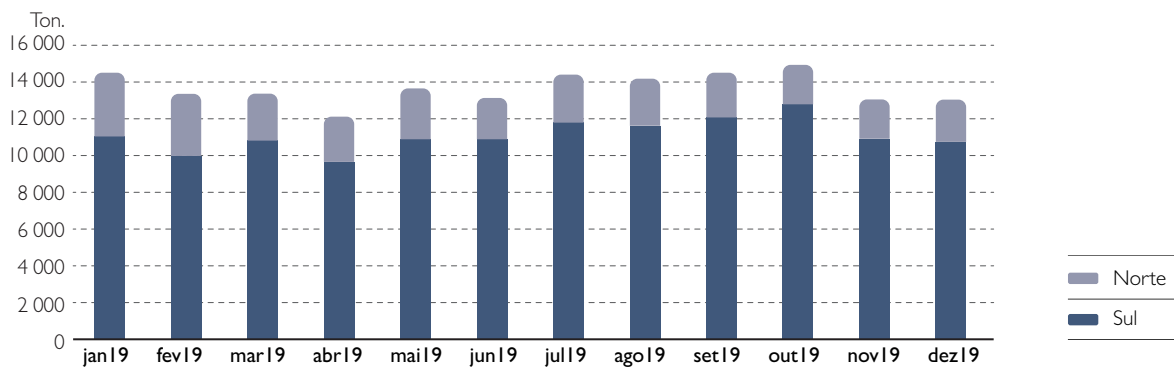


Fig.7 – Evolução mensal da valorização de lamas (Ton)

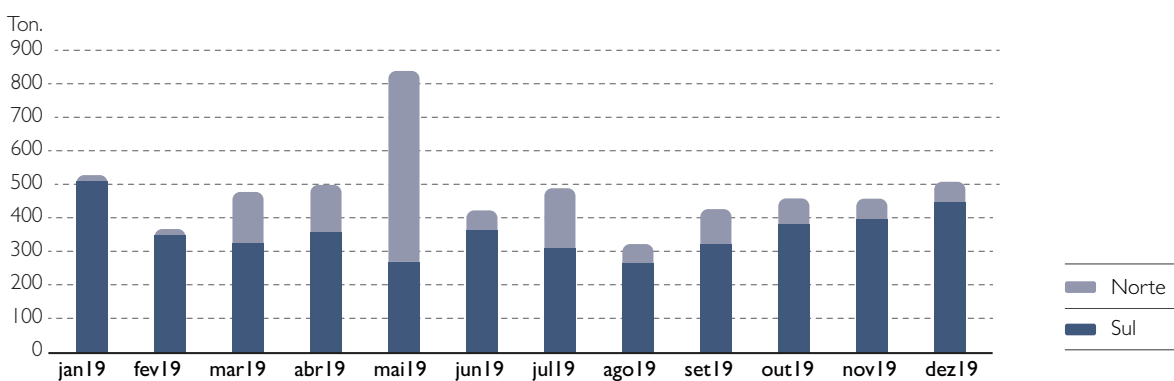


Fig.8 – Evolução mensal da produção de areias e gradados (Ton)

ÁGUA+

Em 2019, a produção de água+ foi de 2 685 403 m³, que corresponde a uma produção média diária de 7 357,27 m³/dia, e representa uma redução de 15% face a 2018.

A produção de água+ na TA Norte foi de 236 044 m³ e na TA Sul de 2 449 359 m³, que corresponde a 9% e a 91% respetivamente.

Na Figura 9 é apresentada a evolução mensal da produção de água+ durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

Em 2019, a utilização interna de água+ foi de 2 364 806 m³, que corresponde a uma utilização média diária de 6 478,92 m³/dia, e representa uma redução de 15% face ao valor de 2018.

A utilização interna de água+ na TA Norte foi de 236 044 m³ e na TA Sul de 2 128 762 m³, que corresponde a 10% e 90 % da utilização interna de água+.

Na Figura 10 é apresentada a evolução mensal da utilização de água+ durante o ano de 2019, distribuído pela TA Norte e TA Sul.

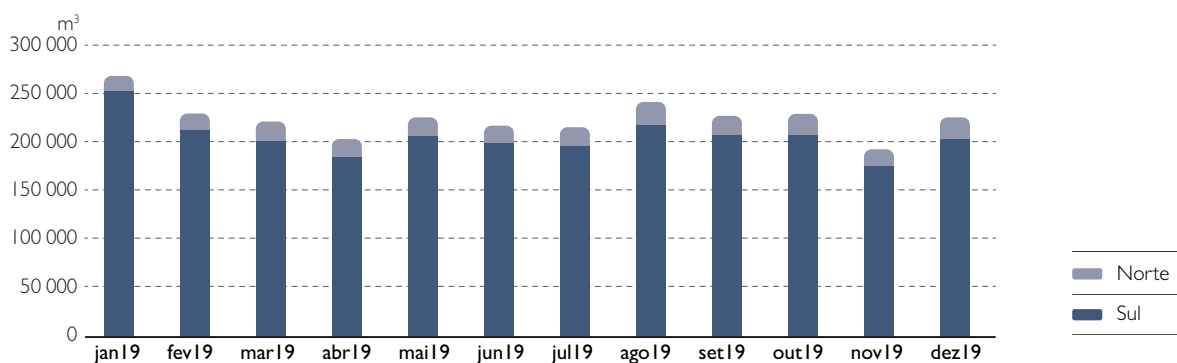


Fig.9 – Evolução mensal da produção de água+ (m³)

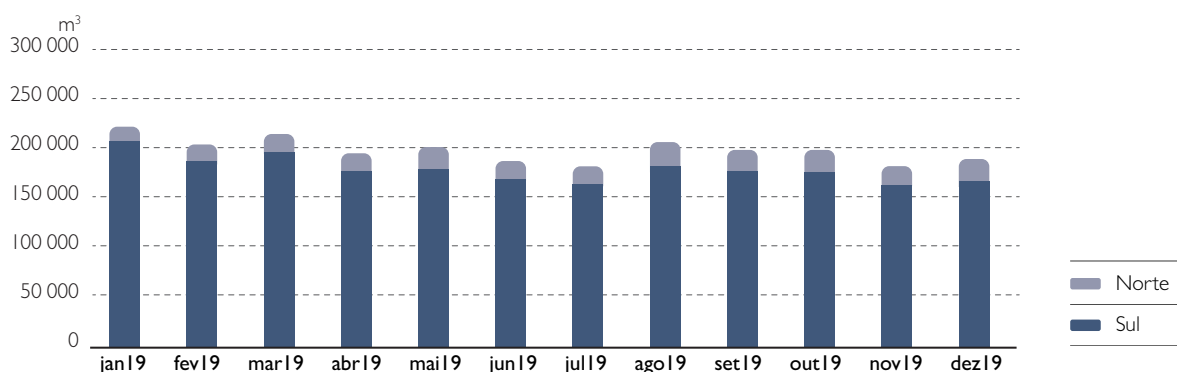


Fig.10 - Evolução mensal da utilização de água+ (m³)

O consumo de água potável na empresa face ao consumo total de água (água potável e água+), é de cerca de 5,8%.

CONTROLO ANALÍTICO

Na atividade do Laboratório (LAB), destaca-se em 2019:

- A transição para a nova edição da norma ISO IEC 17025:2017, transposta para a versão Portuguesa através do referencial NP EN ISO IEC 17025:2018;
- A integração do autocontrolo operacional e de reporte legal da FA da Guia no Laboratório, com efeitos a fevereiro de 2019;
- A Integração da unidade Laboratorial de Santa Cruz, na qual é assegurado o controlo de processo de 69 FA da TA Norte com efeitos a novembro de 2019.

Com a integração de toda a atividade analítica, concretiza-se o objetivo de assegurar a gestão de todo o controlo analítico interno de suporte aos processos de tratamento a partir do Laboratório, promovendo-se uma otimização das competências de cada uma das instalações e dos meios que lhes estão afetos.

Durante todo o ano de 2019, procedeu-se à revisão do sistema de gestão da Qualidade do Laboratório, com vista à sua adaptação às exigências do novo referencial normativo.

Realizaram-se as auditorias internas e externas de acreditação com resultados claramente positivos, estando ainda a decorrer o processo de transição para a nova versão da norma ISO 17025, cujo prazo termina em agosto de 2020.

No âmbito de novos desenvolvimentos assinala-se para o projeto “WISE LAB”:

- A consolidação dos ensaios de implementação do robot CBO5 e testes à pequena escala, tendo sido finalizadas e testadas as ações de conceção final e comissionamento do software associado ao seu desenvolvimento, estando neste momento a serem realizados os ensaios em paralelo com o método atual com vista à sua acreditação;

- Arranque do novo sistema de titulação automática para determinação de TAC/AGV, com sistema de amostragem acoplado, dos testes de avaliação para implementação dos ensaios à pequena escala para os parâmetros Azoto total, CQO e Sulfatos, e da implementação da metodologia para a pesquisa e quantificação de *Legionella Pneumophila* pelo método miniaturizado *Legiolertt*;
- No que concerne à realização de trabalhos específicos destaca-se a revisão geral do sistema de codificação de pontos de colheita para todas as FA e o arranque da revisão do manual de colheitas da Tejo Atlântico, bem como a preparação de uma ação de formação interna neste âmbito.

Deu-se continuidade à representação de LAB nas comissões técnicas/sectoriais da Relacre:

- GT8- Microbiologia;
- GT5 – Metrologia Química, CTR04 – Metrologia;
- Comissão Sectorial de Águas (como elemento de co-coordenação).

ATIVIDADE ANALÍTICA INTERNA

Em termos internos, o controlo analítico abrange 30 Fábricas de Água (FA) da TA Sul e 69 FA da TA Norte. O controlo legal e operacional do sistema de saneamento de Lisboa Sul é efetuado quase na totalidade nos Laboratórios de Beirolas e Frielas, sendo os restantes programas de controlo dos subsistemas de saneamento, efetuados com recurso à contratação de laboratórios acreditados para o efeito.

Em 2019 foram rececionadas, geridas e analisadas 28.221 amostras, tendo sido garantidos no total 83.131 ensaios, dos quais 81.510 ensaios foram realizados internamente. Para os ensaios internos, a distribuição e peso relativo por unidade laboratorial (Beirolas, Frielas e Santa Cruz) e por área técnica apresentada está apresentada na Figura 11.

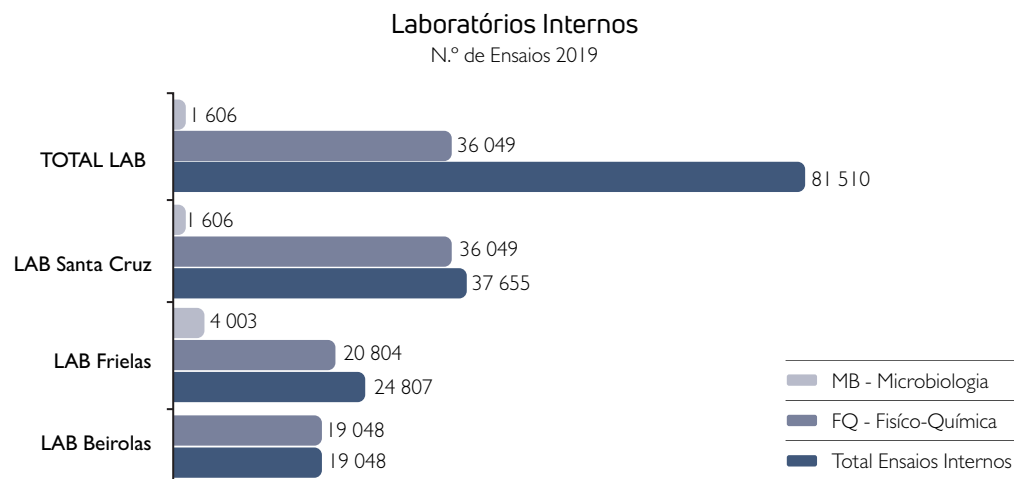


Fig. 11 – Número de ensaios internos anuais de FQ e MB por laboratório

Salienta-se que o número de ensaios internos de autocontrolo nas unidades acreditadas registou um acréscimo de 8% em relação ao ano transato. A percentagem de aumento mais expressiva foi para a FA da Guia com a % de incremento de ensaios a representar 66% do total de ensaios para este CO em 2019.

ATIVIDADE ANALÍTICA COM RECURSO A CONTRATAÇÃO EXTERNA

No que concerne ao controlo analítico assegurado a partir das unidades acreditadas assinala-se que, o recurso a contratação externa para ensaios na matriz água e lamas, representou 3,5% do total de trabalho analítico e sofreu uma redução de 31% em relação ao período homólogo do ano transato.

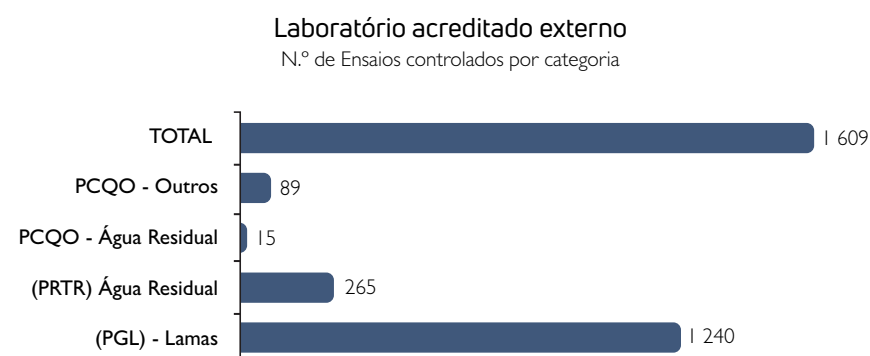


Fig.12 - Número de ensaios anuais contratados externamente por categoria (TA Sul)

Os quantitativos analíticos associados ao controlo legal das instalações TA Norte bem como o controlo associado à monitorização dos meios recetores, foram efetuados em laboratório externo acreditado, que assegurou a realização de cerca de 15.500 ensaios em 2019, cujo número de análises e respetivo peso relativo se encontra dividido na tabela seguinte.

Planos de Controlo Analítico	N.º Análises/ Plano	Peso relativo por Plano (%)
Afluentes Brutos	3 504	23%
Descargas das FA	6 851	44%
Lamas	1 741	11%
Monitorização dos meios recetores	2 668	17%
Águas residuais não urbanas	660	4%

Foi também assegurada a componente analítica em diversos estudos e projetos de inovação, salientando-se o encerramento do Projeto *Life Impetus* a 5 de dezembro.

CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS



Tendo por base os investimentos previstos no Contrato de Concessão deu-se continuidade à elaboração do Plano Anual de Investimentos e à análise e controlo da execução física e financeira das atividades previstas.

Atualmente, parte significativa das infraestruturas operacionais da Tejo Atlântico já atingiram o horizonte de vida útil técnica e consequentemente apresentam significativo grau de deterioração no que respeita à componente de equipamentos, instalações

elétricas e de construção civil, neste contexto deu-se continuidade à realização de estudos e preparação de processos de concurso de empreitadas para investimento de reabilitação/ substituição/ renovação necessários, sendo de destacar os seguintes:

- Adjudicação da Empreitada de Remodelação do Sistema de Arejamento e do Espessamento de Lamas da Fabrica de Água de S. João da Talha;
- Adjudicação da Empreitada de Beneficiação do Aproveitamento Energético de Biogás das Fabricas de Água de Beirolos, Frielas e S. João da Talha, esta empreitada prevê a aquisição de novos cogeneradores e melhoria nos processos de cogeração com o objetivo de aumentar a produção de energia a partir de biogás da Tejo Atlântico;
- Empreitada de fornecimento e Instalação de grupos de bombagem para substituição de grupos existentes (PEPE);
- Preparação dos Procedimentos de Concurso para Conceção/Construção da Reabilitação da Fabrica de Água de Arruda dos Vinhos;
- Empreitada de instalação de sistemas de *by-pass* em torres de desodorização (PEPE);
- Empreitada de Redução de consumos de Energia Adaptação da Iluminação das Fábricas de Água de Alcântara e Guia (PEPE);
- Empreitada de instalação de variadores de velocidade em diversos consumidores de energia (PEPE);
- Preparação de concurso para Empreitada de Beneficiação da Fabrica de Água de S. João da Talha;
- Preparação de concurso para Empreitada de Conceção/Construção da beneficiação da FA de Chelas – fase I;
- Preparação de concurso para Empreitada de Beneficiação da Fábrica da Água de Silveira/Santa Cruz (inclui medida prevista no PEPE);
- Preparação de concurso para Empreitada de Beneficiação do arejamento da Fábrica da Água de Beirolos (medida prevista no PEPE);
- Preparação de concurso para a Empreitada do Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico;
- Preparação de concurso para Empreitada de conceção-construção do sistema de tratamento complementar para a reciclagem de ar da FA de Beirolos;
- Desenvolvimento de processo de concurso de Conceção para elaboração de Projeto de Execução das Lagoas de Afinação da ETAR de Frielas na Várzea de Loures e seu Enquadramento e Valorização Ecológica e Paisagística;
- Preparação de concurso para Empreitada de fornecimento e instalação de centrais fotovoltaicas nas FA de Alcântara e de Beirolos;
- Preparação de processo de concurso para a Empreitada de Conceção/Construção das Instalações de Secagem Solar de Frielas (Lote 1) e de Torres Vedras (Lote 2);
- Preparação de processo de concurso para a Empreitada de Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico;
- Estudo Turbina hidráulica para produção de energia para a Fábrica de Água de Alcântara;
- Gestão do Sistema de Consumidores Intensivos de Energia e auditorias no âmbito do Decreto-Lei n.º 68-A;
- Gestão do sistema de Certificação da Fábrica de Água da Guia pela ISO 50001 e certificação de 9 novas instalações.

No que respeita às atividades do Plano de Investimentos contribuíram, principalmente, para o investimento realizado em 2019 as seguintes empreitadas:

- Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolos - Fase I;
- Remodelação dos Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos;
- Reabilitação do Emissário de Caparide, na Zona de Sintra;
- Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira-Fase II;
- Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal;
- Remodelação ETAR de Maceira;
- Construção da Estação Elevatória da Carvoeira-Fase II;
- Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolos;
- Reabilitação do Filtro de Areia n.º 2 ETAR Chelas;
- Reparações de Construção Civil em Infraestruturas existentes;
- Execução do Intercetor de Casais de Boiças;
- Construção da Estação Elevatória do Bairro Atral-Cipan;
- Reparações Gerais no Subsistema de Alcântara;
- Pavimentações na Área de Concessão da Águas do Tejo Atlântico;
- Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão;
- Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca;
- Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da ETAR de Alcântara;
- Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara;



- Reparações de Construção Civil nos Multiflo da ETAR de Alcântara (obra abrigado garantia);
- Conceção-construção da Remodelação do Sistema de Extração de Lamas das Pontes dos Decantadores Secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 – PEPE;
- Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes;
- Foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias e fiscalizações associadas.

Salienta-se durante o ano de 2019 a conclusão das seguintes empreitadas:

- Remodelação dos Intercetores de Camarate, Apelação e Unhos;
- Reabilitação do emissário de Caparide, na Zona de Sintra;
- Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas;
- Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal;
- Remodelação ETAR de Maceira;
- Execução do Emissário de A-do-Baço;
- Construção da Estação Elevatória da Carvoeira-Fase II;
- Reparações Gerais no Subsistema de Alcântara;
- Execução de Reparações Gerais de Construção Civil – 2017/ 2018;
- Execução do Intercetor de Casais de Boiças;
- Fornecimento e Instalação de Equipamentos de Medição de Caudal para o Sistema de Medição e Telemetria de Caudais da Costa do Estoril - Lote 1 e Lote 2;
- Reabilitação do Filtro de Areia n.º 2 ETAR Chelas;
- Fornecimento e Montagem de Iluminação LED nas Fábricas da Água de Alcântara e Guia – PEPE;
- Fornecimento e Instalação de Grupos de Bombagem para Substituição de Grupos Existentes – PEPE;



Continuou a verificar-se durante o ano de 2019 o incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção, evidenciado designadamente pelos seguintes procedimentos de empreitada que não receberam quaisquer propostas:

- Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I (já relançado);
- Conceção Construção da Remodelação da ETAR de Arruda dos Vinhos (em preparação para relançamento);
- Conceção-Construção da Beneficiação do Sistema de Climatização dos Edifícios Administrativo e de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara (em revisão);
- Reparação e Substituição de Equipamentos nas FA de Ericeira, Encarnação e Torres Vedras (já relançado);
- Construção de *By-Pass* ao Poço de Grossos (FA Alcântara) e Reabilitação do Circuito Hidráulico (Falésia – Costa do Estoril) (em preparação para relançamento);

Estes constrangimentos obrigaram a Empresa a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a rever os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas.

No contexto de envolvimento e parcerias com os Municípios salientam-se os seguintes investimentos previstos no Contrato de Concessão e que serão realizados pelos respetivos Municípios, ao abrigo de acordo:

- Alcântara - ligação a Amadora / Benfica - Fase I e Fase II - Bacia de Antipoluição (9,1 milhões de euros; em fase de concurso);
- Emissário Quinta das Pretas - Fase II e Fase III (660 mil euros; em curso).

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Em termos de atividade de manutenção são de destacar os seguintes aspetos relevantes:

- Receção de 6080 Pedidos de Trabalho, cerca de 16,7/dia, menos 12,8% face a 2018;
- Execução de 10562 Ordens de Trabalho (menos 14,6% face a 2018).

Conforme previsto, procedeu-se à reorganização da Orgânica da Manutenção operacionalizando-se o Departamento de Automação e Instrumentação e a reformulação do Departamento de Manutenção Eletromecânica de forma a potenciar o desenvolvimento da componente de Manutenção Preventiva.

A Prestação de Serviços externa de manutenção das Zonas Sul e Norte manteve o desempenho anteriormente verificado ou seja, com a qualidade pouco satisfatória, com equipas sujeitas a mudanças regulares e de modo geral incompletas.

Consolidou-se a utilização da ferramenta Aquaman como base estrutural da atividade de Manutenção assegurando-se o registo de todos os trabalhos de Manutenção corretiva ou preventiva, havendo contudo que adaptar as metodologias às reais necessidades da Empresa.

Tal como previsto, procedeu-se à organização e codificação dos principais armazéns afetos à manutenção, os armazéns de Alcântara (Sul) e Gaeiras (Norte). No caso do armazém de Alcântara concluiu-se a codificação, inventariação e carregamento SAP de todos os materiais.

De forma sucinta e macroscópica, a dimensão e tipologia dos principais trabalhos, executados no ano de 2019, em termos de Manutenção de Construção Civil. Estiveram em curso 4 empreitadas e 3 prestações de serviços. Com estas contratações procedeu-se à beneficiação de instalações e infraestruturas por forma a repor ou melhorar a condição física e funcional das mesmas. Estas empreitadas e prestações de serviço procederam igualmente à reposição e melhoria de condições de segurança quer nas vertentes *security* como *safety*.

- Empreitada de Reparações de Construção Civil em Infraestruturas Existentes

Executou 398 ordens de trabalho (OT's) , e processou para posterior execução um adicional de 163 ordens de trabalho.

Relativamente à tipologia dos trabalhos refira-se que:

- 44% das OT's serviram maioritariamente para reabilitar pontualmente coletores e condutas, nomeadamente por reparação de caixas de visita, substituição de troços de redes, de tampas, bem como a reposição ou criação de acessos às infraestruturas. Em 2 trabalhos foi necessário proceder à substituição de troços com dezenas de metros;
- 15% dos trabalhos compreenderam trabalhos de manutenção ligeira de redes de água potável ou água+, pequeno diâmetro, quer no interior como no exterior de edifícios;
- 41% compreendem trabalhos de beneficiação de edifícios nomeadamente por substituição pontual ou integral de impermeabilizações de coberturas, beneficiação e ou substituição de caixilharias e tratamento de fachadas.

- Empreitada de Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da área de concessão:

- Na vertente de *security*, esta empreitada esteve principalmente focada na criação ou reposição do confinamento de recintos, por exemplo por substituição de vedações e por instalação de portões;
- Na vertente *safety*, melhorou a condição física e instalou novos componentes que procuram essencialmente evitar o risco de queda em altura ou melhorar a condição de trabalho de operação. Como exemplos temos a intervenção em poços de Estações Elevatórias (EE's), ou órgãos com substituição e reforço de passadiços, aplicação de gradis, de escadas e patamares de acesso, bem como fornecimento de acessórios de apoio à descida entre outros pequenos trabalhos.

Esta empreitada totalizou 257 trabalhos, e teve maior intervenção nos subsistemas da zona Norte.

- Empreitada de Reparações Gerais no Subsistema de Alcântara

Esta empreitada procedeu à melhoria da condição física e funcional de alguns componentes das EE's 1, 2, 4, 5, 6 e 23, do Subsistema de Alcântara, nomeadamente a beneficiação de tubagens de compressão, melhoria do seccionamento de EE's, reparação de plataformas elevatórias de serralharias. Procedeu igualmente à melhoria das condições de acesso destas instalações.

- Empreitada de Melhorias de Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas

Esta empreitada tem como principal objetivo a beneficiação pontual das redes de drenagem e edificações da Tejo Atlântico, em que:

- Em 2019 foram finalizadas 74 OT's;
- Atualmente a empreitada tem 316 OT's.

GESTÃO DE ATIVOS

Tendo por base os investimentos previstos no Contrato de Concessão e as restantes necessidades de investimento nas infraestruturas da Tejo Atlântico deu-se continuidade à elaboração do Plano Anual de Investimentos (Mapa de Empreitadas) e da restante informação de investimentos que é integrada no PAO anual (Plano de Atividades e Orçamento), bem como à análise e controlo da execução física e financeira mensal das atividades previstas no Plano de Investimentos.

Foram assegurados nos prazos legais os reportes externos relacionados com o ponto de situação das atividades previstas no Plano de Investimentos, designadamente o relatório semestral de avanço das obras enviado ao ERSAR e o Relatório de Progresso do Projeto AdP V para o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Foram concluídos e apresentados os resultados da aplicação de metodologia de priorização de investimentos previstos no Contrato de Concessão, baseada em avaliação de risco do Grupo Águas de Portugal.

De forma a priorizar no curto prazo os investimentos de reabilitação/substituição a realizar nas estações elevatórias e equipamentos dos tratamentos preliminares das FA da zona Norte foi realizada a análise das falhas e ocorrências e a informação das ordens de trabalho de manutenção nas referidas instalações. Com base numa metodologia de *benchmarking* foram identificados os equipamentos críticos e definidas as soluções tecnológicas que visam a minimização das intervenções de operação/manutenção. Deste modo, resultou um conjunto de investimentos prioritários de reabilitação/substituição a realizar em duas fases, tendo-se procedido à formalização ao ERSAR e ao Concedente do pedido de aprovação e autorização de investimento relativo à primeira fase, no montante de 1,8 milhões de euros.

Em parceria com o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) e mais especificamente com a licenciatura em Matemática Aplicada à Tecnologia e à Empresa foi realizada uma análise clusters dos dados de falhas e ocorrências nas estações elevatórias da Tejo Atlântico.

Tendo em vista a melhoria da estruturação da informação relacionada com o levantamento das necessidades de investimento identificadas pelas equipas do terreno, foram definidos os requisitos para etapa zero da plataforma de Gestão de Ativos, que será materializada no primeiro semestre de 2020 numa aplicação móvel disponível para todos os colaboradores da Empresa.

Foi dada continuidade em 2019 à elaboração do relatório de Custos e Eficiências nas infraestruturas, tendo por base a informação de custos registados em SAP e os dados operacionais disponibilizados na plataforma Aquasafe. O referido relatório centra-se na análise sumária dos principais custos operacionais (energia, lamas, manutenção, água, areias e gradados) e reagentes por infraestrutura, com comparação para períodos homólogos e a quantificação de eficiências tendo por base os custos específicos operacionais para as principais instalações.

Tendo por objetivo a definição e desenvolvimento do Sistema de Gestão de Ativos da Tejo Atlântico, e em particular a implementação da norma ISO 55001 – Sistema de Gestão de Ativos, foi desenvolvida uma *Gap Analysis* – Diagnóstico da situação atual em termos do grau de cumprimento dos requisitos da referida norma.

PLANO DE EFICIÊNCIA E DE PRODUÇÃO DE ENERGIA (PEPE)

Tendo em vista a redução de energia e o aumento de produção de energia a empresa comprometeu-se com o cumprimento do PEPE, Plano de Eficiência e de Produção de Energia do Grupo AdP, apresentando medidas que permitirão aumentar a produção de energia elétrica a partir do biogás em 3,5 GWh e reduzir o consumo de energia elétrica em 9,2 GWh, com um investimento estimado de 3,6 milhões de euros.

No final de 2019, das 57 medidas previstas no PEPE, 41 encontram-se efetuadas e disponíveis para funcionamento, 9 medidas estão em execução e 5 em fase de estudo.

REDES

O acompanhamento permanente do desempenho operacional da rede de drenagem da Tejo Atlântico tem procurado minimizar as entradas indesejadas de caudais pluviais, infiltração, maré e industriais, a erradicação de descargas bem como identificar e propor ações de melhoria.

Em 2019, através de campanhas de monitorização de condutividade e da identificação dos pontos de entrada de maré que ainda persistiam no subsistema de São João da Talha, foi possível a eliminação de todas as entradas significativas existentes, reduzindo desta forma as dificuldades no tratamento durante as marés altas e o custo de bombagem na elevação inicial.

Foram iniciados, em 2019, 3 bolsas de trabalhos para controlo de caudais e para erradicação de descargas na Tejo Atlântico. Estas ferramentas são de extrema importância para o controlo de caudais indevidos para a preservação das praias e ribeiras na área de Concessão. Em 2019 foi mantida uma estreita relação com os municípios de Alenquer, Cascais, Loures e Torres Vedras, os quais têm sido parceiros nestes projetos de controlo de caudais indevidos.

Foi finalizado o estudo de controlo de caudais da bacia afluente ao Intercetor Caneças-Ramada-Odivelas em 2019, estando previsto para 2020 a elaboração de projetos de execução e lançamento de empreitada.

Deu-se continuidade aos serviços de manutenção do sistema de medição de caudal para faturação, por forma a atingir a recuperação operacional deste sistema que se prevê para 2020.

No que diz respeito ao sistema de informação geográfica (SIG) finalizou-se o ajuste ao modelo de dados e deu-se continuidade ao carregamento de telas finais existentes. Foram também preparadas peças de procedimento para lançamento de concurso anual para levantamento topográfico e cadastral, incluindo limpeza e inspeção vídeo para 30 km de rede de coletores. Pretende-se com esta ferramenta o aumento da fiabilidade da informação carregada no sistema através do levantamento cadastral das infraestruturas, assim como, o conhecimento da condição infraestrutural com base num plano de inspeções periódicas de CCTV.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade, numa ótica de aumento da eficiência, continuando o caminho de consolidação interna da sustentabilidade empresarial visando o estabelecimento de estratégias a médio prazo e objetivos de melhoria contínua, com o foco na cultura organizacional.

Para a melhoria contínua contribuem fortemente as certificações dos sistemas de qualidade, ambiente, segurança e energia, numa lógica de transparência e credibilidade. A empresa foi sujeita a processos de auditoria aos seus sistemas de gestão da qualidade, do ambiente, e da segurança e saúde no trabalho, pelas normas NP EN ISO 9001, NP EN 14001, OSHAS 18001 e ao sistema de gestão de energia, pela norma NP EN 50001.

O sistema de responsabilidade empresarial tem como âmbito a “Recolha, tratamento e rejeição dos efluentes; construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários à consecução da sua atividade”, o qual está devidamente alinhado a missão e a visão da empresa e é aplicável a todas as instalações da empresa, no que respeita aos referenciais da Qualidade e Ambiente.

O ano de 2019 ficou marcado por:

- Alargamento do âmbito no que respeita à segurança e saúde no trabalho, pela OSHAS 18001 a mais 27 subsistemas, 58% de infraestruturas e todas as com trabalhadores afetos, e que envolveu um esforço e envolvimento significativos por parte dos colaboradores e na melhoria nos processos de identificação e avaliação de riscos e uma forte aposta na melhoria das condições de segurança.
- Alargamento da fronteira a mais 9 infraestruturas o que respeita à certificação no referencial da gestão de energia, estando agora no âmbito da certificação as instalações mais representativas em termos de consumo (80 % do consumo total de energia da Tejo Atlântico), incluindo as Fábrica de Água de Alcântara e da Guia, com reconhecimento prémio PEPE pelo cumprimento das metas de eficiência energética.
- Participação ativa dos representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde trabalho, com reuniões periódicas com participação da Gestão de Topo garantindo assim o comprometimento de ambas as partes.

A Tejo Atlântico com o objetivo de melhorar continuamente o seu sistema de responsabilidade empresarial desenvolveu um conjunto de iniciativas, destacando-se como campanhas relevantes realizadas:

- Campanha “Esta é a Pessoa mais Importante Para a Sua Segurança”, por ocasião do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, com distribuição a todos os colaboradores de um espelho alusivo.
- “EcoAtitude”, lançada pela Grupo Águas de Portugal, de sensibilização para a ecoeficiência, tendo como principais objetivos promover a mudança de comportamentos e apelar à adoção de hábitos de consumo mais eficientes e assim conseguir uma adequada gestão de resíduos.
- “5 Semanas, 5 R's - Reutilizar, Reciclar, Reduzir, Recusar e Repensar!”, campanha lançada para promover boas-práticas para o ambiente e incentivar a comportamentos mais ecológicos.
- “Prevenção e Compromisso”, workshop com objetivo de sensibilizar os colaboradores para a importância do comportamento no seu dia a dia de trabalho.
- “FÁBRICA DE IDEIAS”, com o objetivo dos colaboradores fabricarem também “Ideias” para aplicação no local de trabalho ou na empresa em geral, contribuindo para a melhoria continua e a eficiência empresarial.

Um dos princípios orientadores da Tejo Atlântico é a igualdade e o respeito pela diversidade. Em 2019, reforçou o seu compromisso com a aprovação do Plano para a Igualdade de Género 2019-2020, nas vertentes de igualdade de tratamento e de oportunidades e da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

A Tejo Atlântico acolheu este ano, em parceria com a *holding*, uma estagiária no projeto de empreendedorismo feminino *Girl Move*. A *Girl Move* é uma fundação cuja missão é a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino, em Moçambique, através da educação e da criação de redes humanas de entajuda e cooperação entre pares, intergeracional e internacional. O principal objetivo é capacitar estas jovens, através da educação e da cooperação, de forma a combater o abandono escolar precoce, casamentos e gravidezes prematuros e a violência de género, problemas que afetam a população jovem feminina moçambicana e que prejudicam o exercício dos direitos humanos básicos e a oportunidade de atingir em pleno o seu potencial humano.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL



COMUNICAÇÃO INTERNA

No que concerne à comunicação interna, a Tejo Atlântico tem reforçado o envolvimento de todos os colaboradores, promovendo ações de comunicação nos diversos suportes com enfoque na melhoria e na produção de conteúdos via portal, e-mail ou outros suportes estáticos.

A newsletter quinzenal NA FÁBRICA é uma ferramenta complementar aos canais anteriormente referidos, tendo como objetivo a proximidade com as pessoas.

Ainda no âmbito da comunicação interna, realizaram-se ao longo do ano, várias iniciativas em conjunto todas as unidades orgânicas da empresa de modo a divulgar as atividades em curso e envolver as pessoas no contributo de conteúdos de interesse global, reforçando por esta via as mensagens estratégicas da empresa e para o bem-estar geral.

Das iniciativas internas, destacamos os dois encontros de quadros realizados, momentos que têm por objetivo o envolvimento e o fortalecimento do espírito de grupo que serve de âncora para a partilha dos objetivos e resultados, envolvendo todo o universo da Tejo Atlântico.

No final do ano, todos os colaboradores receberam um cabaz solidário integrado e uma lembrança para os seus filhos (com idades até aos 12 anos inclusive), uma iniciativa integrada no Grupo AdP.

A Águas do Tejo Atlântico aderiu uma vez mais ao envio de postais de Natal eletrónicos, este ano com o mote "Com Um Pingo de Consciência", onde, por cada envio por parte dos colaboradores, 0,5€ reverteram para o programa de bolsas de estudo do Grupo AdP.

Internamente e no âmbito da solidariedade, criou um concurso para a decoração mais sustentável das árvores de Natal de cada Centro Operacional, registando bons exemplos de criatividade e reutilização.

A distribuição de fruta fresca a todos os colaboradores é também uma iniciativa de referência cujo balanço positivo reforça a opção desta iniciativa de saúde e bem-estar.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

Novamente, o Caminho da Inovação voltou a destacar-se nas ações de comunicação externa. A edição de 2019 registou novo crescimento em relação ao ano anterior, quer em número de participante, mais de 500, quer em número de entidades expositoras (50), mantendo a lógica de partilha e desenvolvimento de soluções inovadoras com aplicação no setor da água.

O lançamento do Projeto VIRA foi também uma ação incontornável ao nível da comunicação externa. Com o desenvolvimento da VIRA, cerveja produzida com água+ (água residual tratada), pretende-se “VIRAR” mentalidade e práticas e chamar a atenção da sociedade para a lógica da economia circular, nomeadamente, da capacidade da Tejo Atlântico em tratar a água residual ao nível das maiores exigências de utilização.

No âmbito da comunicação externa, foi lançada uma newsletter digital com periodicidade quinzenal “Na Fábrica”, uma alusão às 103 Fábricas de Água geridas pela Tejo Atlântico.

Nos meios de comunicação digital, prosseguiu-se o objetivo da gestão e produção adequada de conteúdos para cada um dos canais institucionais; Site, Facebook, LinkedIn, Instagram, Youtube, registando-se um aumento muito significativo de seguidores com maior destaque para o LinkedIn.

Nas campanhas realizadas nas redes sociais, evidencia-se a parceria com a Control com o tema “Tens a Certeza que Sabes Onde Te Vais Meter?”, tendo como objetivo sensibilizar as pessoas para o uso indevido das sanitas como caixote do lixo, usando a plataforma Instagram.

A Revista Tejo Atlântico continua o seu caminho afirmação, com a edição de três números por ano, disponível em formato digital no site e redes sociais e uma distribuição muito limitada da edição impressa.

A atualização da identificação das mais de 300 instalações e o processo de decoração da frota operacional são também registo de ações que no limite, resultam em bons veículos de promoção da marca Tejo Atlântico.

Em 2019, a Tejo Atlântico acompanhou vários eventos em articulação com os municípios, nomeadamente assinaturas de autos de consignação e inauguração de obras que visam melhorar as condições ambientais da região e das populações servidas.

No que se refere à comunicação social, a avaliação das notícias publicadas ao longo do ano tem uma perspetiva positiva e reflete uma perceção muito positiva da atuação e dos objetivos da Tejo Atlântico.

Quanto à participação em conferências, O ENEG 2019 e o PURA, foram dois dos vários momentos potenciadores da atividade da empresa ao nível da comunicação externa, interna e de educação ambiental que contaram com a partilha de vários casos e ações de comunicação, algumas delas premiadas.

Fruto da atividade da Tejo Atlântico, entre outros, foram atribuídas 35 Bandeiras Azuis na área de concessão, galardão que contribui para promover o resultado do trabalho realizado e potenciar, entre outros, a reserva de surf da Ericeira, as ondas da Nazaré e o campo de regatas da Guia, em Cascais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A sensibilização e educação ambiental são para a Tejo Atlântico um eixo central naquilo que é a criação de uma geração futura em que as boas práticas a nível ambiental são questões intrínsecas à entidade de cada pessoa. Assim, ao longo do ano, deu-se continuidade na realização de ações com quatro públicos fundamentais; os municípios, as escolas, as ONGA’s e o público em geral.

Em 2019 a Tejo Atlântico candidatou um projeto para um Centro de Educação Ambiental a instalar na Fábrica de Água de Beirolas. Intitulado “Fábrica – uma nova geração de recursos”, este projeto foi financiado em 70% pelo Fundo Ambiental, ao abrigo do programa “Re-Educa: educar para uma economia circular” e funcionará como equipamento multidisciplinar, dotado de suportes e materiais educativos diversos, com recurso a ferramentas digitais e físicas que irão permitir a formação, sensibilização e interação com os diversos stakeholders na área da educação ambiental.

O lançamento do Livro da Tejo Atlântico “A Incrível Viagem do Cocó” foi uma das ações de destaque de 2019. Este livro educativo para população juvenil é um suporte de formação em linha com os objetivos das boas práticas ambientais e é um suporte que vem sendo partilhado com os municípios, bibliotecas e outras instituições que queiram “adotá-lo”.

No que se refere à população escolar, destacam-se a dinamização de ações de formação, seminários e workshops, na sua maioria direcionados para os professores de alguns dos estabelecimentos de ensino dos vinte e três municípios servidos pelo sistema e que abrange mais de dois milhões de pessoas.

Nas atividades com as escolas ao longo do ano, a Tejo Atlântico realizou nas suas infraestruturas, cerca de 150 visitas de estudo às suas Fábricas de Água, contando com a presença de mais de 2.700 alunos.

Durante os meses de verão, a Tejo Atlântico, na sua maioria em parceria com os seus Municípios, promoveu ações de sensibilização em 13 praias da região, que permitiram que mais de um milhão de crianças, jovens e familiares, ficassem também eles a conhecer a empresa e o importante papel que esta tem na qualidade de vida e ambiental da região que habitam.

Também as atividades integradas no programa “Ciência Viva no Verão” permitiram a largas dezenas de famílias mostrar o que fazemos e como contribuimos para a preservação dos rios e ribeiras da região.

Um das iniciativas de sensibilização que envolveu a participação dos colaboradores foi a Limpeza das margens da Lagoa de Óbidos, numa parceria com a Liga para a Proteção da Natureza e outras ONGAs locais/ regionais.

Ao longo de todo o ano, por ocasião das comemorações de efemérides como o Dia Mundial da Água, do Ambiente, dos Oceanos e até do Saneamento, a Tejo Atlântico associou-se a alguns eventos dos seus municípios, para sensibilizar os diversos públicos envolvidos, envolvendo milhares de participantes nas atividades lúdico-pedagógicas que desenvolveu.

A ida dos pais à escola dos filhos para falar da sua profissão, promoveu internamente um projeto intitulado “Embaixadores da Água” e que assenta na disponibilização de suportes educativos de apoio aos pais nas apresentações efetuadas nas escolas.

Para apoiar as iniciativas que decorrem nas instalações da Tejo Atlântico, foi desenvolvido o projetos “Bolsa de Monitores”, recorrendo ao voluntariado de estudantes universitários com interesse nesta temática e que veem nesta iniciativa um oportunidade de contacto com a realidade empresarial.

Com as ONGAs, a Tejo Atlântico desenvolveu em parceria, vários projetos de educação ambiental, destacando atividades conjuntas do Projeto Rios, com a ASPEA, do *Coastwatch*, com o Geota, integradas no Projeto da AMI – No PLANet B, com a Associação de Defesa do Paul de Tornada, com a ABAE, no âmbito do programas Eco-Escolas, Eco-Freguesias e das atividades da Bandeira Azul, entre outras. Destaque ainda para a continuidade do projeto Peixes Nativos, em parceria com o ISPA, e o seu alargamento a novos Municípios aderentes.

As Fábricas de Águas estiveram abertas ao público por diversas vezes, tendo sempre em conta o perfil dos visitantes e os processos de cada instalação, contudo, públicos mais especializados também procuraram as diversas instalações para visitas de caráter técnico, muitas delas institucionais, envolvendo várias entidades nacionais e internacionais e nesse contexto, destacam-se a Visita aos Esgotos de Lisboa e ao Telhado Verde de Alcântara, esta última integrada em eventos como o *Open Day* da Trienal de Arquitetura de Lisboa e dos Jardins Abertos da Câmara Municipal de Lisboa.

FROTA

Em 2019 verificou-se a substituição de 30 viaturas de serviço (a diesel), em resultado do concurso público lançado no ano anterior. A substituição de 20 viaturas, ocorrida em 2018, por viaturas 100% elétricas, resultou comparativamente com as anteriores viaturas equipadas com motor térmico (gasolina ou diesel), numa variação nos consumos:

- A redução do consumo energético da frota elétrica foi de 15 tep (tonelada equivalente de petróleo) e corresponde a uma redução de cerca de 103 de barris de petróleo equivalente evitados (bep), que representa uma redução de 60,8%;
- A redução do consumo energético da frota elétrica, comparativamente com as viaturas substituídas (motores térmicos), situou-se em cerca de 242,7 MWh, que representa uma redução de 84,3%;
- A redução das emissões de CO₂ com a introdução da frota elétrica, comparativamente com as viaturas substituídas (motores térmicos), foi de 56,4 toneladas, que representa uma redução superior a 72%.

Viaturas com Motor Térmico Substituídas na Frota da Tejo Atlântico															
Tipologias	Nº Viaturas		Quilometragem					Consumo de combustível		Consumo de energia equivalente			Emissões de Gases com Efeito de Estufa		
			31/12/2019					Gasolina/ Diesel		Energia elétrica equivalente			Emissões de CO ₂		
	(nº)	(%)	(Km)	(l/100Km)	(l)	(tep)	(bpe)	(%)	(KWh/100Km)	(KWh)	(%)	(Kg/Km)	(Kg)	(ton)	
Viaturas ligeiras de passageiros (MI)	19	95%	344 035	8,15	28 056	23,95	164	96,8%	81,0	278 519	96,8%	0,218	75 000	75,0	
Viaturas ligeiras de mercadorias (NI)	1	5%	10 667	8,77	936	0,8	5	3,2%	87,1	9 292	3,2%	0,235	2 507	2,5	
	20	-	354 702	8,17	28 992	24,75	170		81,1	287 811		0,219	77 546	77,5	

Viaturas Elétricas Introduzidas na Frota da Tejo Atlântico															
Tipologias	Nº Viaturas		Quilometragem					Consumo de combustível		Consumo de energia			Emissões de Gases com Efeito de Estufa		
			31/12/2019					Gasolina/ Diesel		Energia elétrica			Emissões de CO ₂		
	(nº)	(%)	(Km)	(l/100Km)	(l)	(%)	(KWh/Km)	(Kwh)	(tep)	(bpe)	(%)	(Kg/Km)	(Kg)	(ton)	
Viaturas ligeiras de passageiros (MI)	19	95%	344 035	-	-	-	0,126	43 348	9,3	63,8	96,1%	0,059	20 374	20,4	
Viaturas ligeiras de mercadorias (NI)	1	5%	10 667	-	-	-	0,165	1 760	0,4	2,6	3,9%	0,078	827	0,8	
	20	-	354 702				0,127	45 108	9,7	66,4		0,060	21 201	21,2	

Variação no Consumo de Energia _ Viaturas Elétricas versus Viaturas com Motor Térmico															
Tipologias	Viaturas com Motor Térmico					Viaturas Elétricas			Variação do Consumo de Energia (elétrica e equivalente)						
	Consumo de combustível					Consumo de energia elétrica			em KWh		em tep		em bpe		
	(l)	(Kwh)	(tep)	(bep)	(Kwh)	(tep)	(bpe)	(Kwh)	(%)	(tep)	(%)	(bpe)	(%)		
Viaturas ligeiras de passageiros (MI)	28 056	278 519	23,95	164,1	43 348	9,3	63,8	-235 170	-84,4%	-14,6	-61,1%	-100,2	-61,1%		
Viaturas ligeiras de mercadorias (NI)	936	9 292	0,8	5,5	1 760	0,4	2,6	-7 532	-81,1%	-0,4	-52,6%	-2,9	-52,6%		
	28 992	287 811	24,75	169,5	45 108	9,7	66,4	-242 703	-84,3%	-15,1	-60,8%	-103,1	-60,8%		

Variação nas Emissões de GEE _ Viaturas Elétricas versus Viaturas com Motor Térmico										
Tipologias	Viaturas com Motor Térmico					Viaturas Elétricas		Variação das Emissões de CO ₂		
	Emissões de CO ₂					Emissões de CO ₂				
	(Kg/Km)	(ton)	(%)	(Kg/Km)	(ton)	(%)	(ton)	(%)		
Viaturas ligeiras de passageiros (MI)	0,218	75,0	96,8%	0,059	20,4	96,1%	-54,6	-72,8%		
Viaturas ligeiras de mercadorias (NI)	0,235	2,5	3,2%	0,078	0,8	3,9%	-1,7	-67,0%		
	0,219	77,5		0,060	21,2		-56,3	-72,7%		

No decorrer de 2019, a Tejo Atlântico foi alvo de auditoria para a obtenção da certificação energética da frota, que visa a análise das práticas adotadas pela Empresa na gestão de: viaturas, condutores, manutenção e consumos. A Tejo Atlântico obteve, no âmbito do projeto piloto desenvolvido pela ADENE, a Classe B, na certificação energética.

Certificado provisório emitido pela ADENE:



CAPITAL HUMANO

No final do ano de 2019 a Águas do Tejo Atlântico tinha 369 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma pelas várias unidades organizacionais da empresa. Verificou-se um aumento do quadro de pessoal em cerca de 1,63% face ao ano 2018.

Direção/ Departamento/ Área	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Dir. de Operação	214	60,28%	214	58,95%	216	58,54%
Dir. de Manutenção	46	12,96%	45	12,40%	47	12,74%
Dir. de Desenvolvimento e Comunicação	6	1,69%	5	1,38%	5	1,36%
Dir. de Engenharia	16	4,51%	19	5,23%	19	5,15%
Dir. de Gestão de Ativos	17	4,79%	19	5,23%	20	5,42%
Dir. Administrativa e Financeira	19	5,35%	20	5,51%	18	4,88%
Dep. Jurídico	2	0,56%	3	0,83%	3	0,81%
Dep. Laboratório	15	4,23%	14	3,86%	14	3,79%
Dep. Recursos Humanos	4	1,13%	4	1,10%	6	1,63%
Área de Controlo de Gestão	3	0,85%	3	0,83%	3	0,81%
Área de I&D e Inovação	1	0,28%	3	0,83%	3	0,81%
Área de Sistemas de Informação	3	0,85%	3	0,83%	4	1,08%
Área de Sustentabilidade Empresarial	5	1,41%	6	1,65%	7	1,90%
Assessores	1	0,28%	1	0,28%	1	0,27%
Secretariado	3	0,85%	4	1,10%	3	0,81%
Total	355	100%	363	100%	369	100%

Desses 369 trabalhadores apenas 0,81% não fazem parte dos quadros de pessoal da empresa, são trabalhadores cedidos por outras empresas do Grupo AdP.

Efetivos	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Quadro	350	98,59%	360	99,17%	366	99,19%
Cedências	5	1,41%	3	0,83%	3	0,81%
Total	355	100%	363	100%	369	100%

No ano 2019 a empresa reiniciou os processos de recrutamento externo, tendo em conta a impossibilidade de ocupação das vagas disponíveis através de recrutamento interno no Grupo AdP, no total foram recrutados externamente 19 trabalhadores para reforço do quadro de pessoal já existente.

Movimentos ocorridos	2017			2018			2019		
	Cedências	Outros	Total	Cedências	Outros	Total	Cedências	Outros	Total
Entradas	3	0	3	4	8	12	1	19	20
Saídas	2	1	3	2	10	12	0	14	14
Total	1	-1	0	2	-2	0	1	5	6

Quanto ao género não existem alterações significativas a registar relativamente aos anos anteriores.

	Ativos 2017	%	Ativos 2018	%	Ativos 2019	%
Mulheres	94	26,48%	101	27,82%	105	28,46%
Homens	261	73,52%	262	72,18%	264	71,54%
Total	355	100%	363	100%	369	100%

A idade média dos trabalhadores no final do ano 2019 subiu para os 46 anos.

Antiguidade	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
antiguidade < 2 anos	23	6,48%	16	4,41%	23	6,23%
antiguidade 2 a 5 anos	5	1,41%	20	5,51%	17	4,61%
antiguidade 6 a 10 anos	94	26,48%	79	21,76%	43	11,65%
antiguidade 11 a 20 anos	159	44,79%	172	47,38%	203	55,01%
antiguidade > 20 anos	74	20,85%	76	20,94%	83	22,49%
Total	355	100%	363	100%	369	100%

Quanto ao nível profissional não temos a registar alterações significativas, podemos ainda assim salientar que no final do ano 2019 53,12% dos seus trabalhadores são Profissionais Qualificados e 26,29% são Quadros Superiores.

Nível Profissional	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Dirigentes	19	5,35%	19	5,23%	19	5,15%
Quadros Superiores	78	21,97%	82	22,59%	97	26,29%
Quadros Médios	4	1,13%	4	1,10%	7	1,90%
Quadros intermédios (inc.contra-mestres e chefes de equipa)	6	1,69%	5	1,38%	5	1,36%
Profissionais altamente qualificados	5	1,41%	5	1,38%	6	1,63%
Profissionais qualificados	203	57,18%	206	56,75%	196	53,12%
Profissionais semiqualficados	13	3,66%	13	3,58%	12	3,25%
Profissionais não qualificados	27	7,61%	29	7,99%	27	7,32%
Total	355	100%	363	100%	369	100%

A valorização dos recursos humanos constitui uma prioridade das políticas da Empresa, assumindo a formação um papel nuclear na melhoria dos níveis de qualificação dos seus ativos, como forma de motivação e valorização do seu desempenho profissional. No que toca a habilitações verificámos que existe uma tendência crescente do número de trabalhadores com o Ensino Superior em detrimento dos trabalhadores com o Ensino Básico e Secundário.

Habilitações	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Ensino Básico	148	41,69%	147	40,50%	145	39,30%
Ensino Secundário	97	27,32%	96	26,45%	97	26,29%
Ensino Superior	110	30,99%	120	33,06%	127	34,42%
Total	355	100%	363	100%	369	100%

Em 2019 foi possível facultar formação profissional a 81% dos trabalhadores da empresa, o que face aos 54% de 2018, representa um crescimento expressivo do número de trabalhadores abrangidos.

Quanto às horas de formação, verificou-se um aumento de 13% do número de horas em relação ao ano anterior:

Formação Profissional	2017*	2018*	2019
N.º Horas Formação	3 289,02	5 366,30	6 078,36
N.º Ações Formação	32	74	77
Nº Formandos	181	196	299
Total Colaboradores	355	363	369

(*) Cálculos reformulados

Formação p/ Direção / Departamento / Área	2017			2018			2019		
	Trab.	Horas Form.	Form / Trab	Trab.	Horas Form.	Form / Trab	Trab.	Horas Form.	Form / Trab
Dir. de Operação	214	1 113,5	5,2	214	1 797,1	8,4	216	2 681,0	12,4
Dir. de Manutenção	46	521,0	11,3	45	611,3	13,6	47	101,2	2,2
Dir. de Desenvolvimento e Comunicação	6	243,5	40,6	5	162,8	32,6	5	387,8	77,6
Dir. de Engenharia	16	200,0	12,5	19	623,0	32,8	19	334,0	17,6
Dir. de Gestão de Ativos	17	360,0	21,2	19	660,8	34,8	20	732,0	36,6
Dir. Administrativa e Financeira	19	478,0	25,2	20	443,5	22,2	18	637,8	35,4
Dep. Jurídico	2	50,0	25,0	3	28,0	9,3	3	16,0	5,3
Dep. Laboratório	15	36,0	2,4	14	575,8	41,1	14	243,0	17,4
Dep. Recursos Humanos	4	24,0	6,0	4	169,0	42,3	6	266,0	44,3
Área de Controlo de Gestão	3	39,0	13,0	3	140,1	46,7	3	143,0	47,7
Área de I&D e Inovação	1	90,0	90,0	3	124,0	41,3	3	90,0	30,0
Área de Sistemas de Informação	3	0,0	0,0	3	0,0	0,0	4	34,0	8,5
Área de Sustentabilidade Empresarial	5	128,0	25,6	6	9,0	1,5	7	396,5	56,6
Assessores	1	6,0	6,0	1	18,0	18,0	1	0,0	0,0
Secretariado	3	0,0	0,0	4	4,0	1,0	3	16,0	5,3
Total	355	3 289,0		363	5 366,3		369	6 078,4	

Quanto ao absentismo não há alterações significativas a registar, haverá que salientar comparativamente, que no ano 2017 apenas foram contabilizados seis meses de ausências.

Absentismo	2017	2018	2019
Horas Absentismo	21 325	53 373	56 723
Taxa de Absentismo	6,86%	17,16%	2,58%

Cerca de 2,8% das ausências verificadas no ano 2019 foram devido a acidentes de trabalho, num total de 41 acidentes de trabalho, com uma média de 155 dias de incapacidade temporária absoluta por cada acidente. Apesar do número total de acidentes se ter mantido nos últimos anos, os dias perdidos por motivo de baixa por acidente de trabalho tem vindo a diminuir.

Acidentes de trabalho	2017*			2018*			2019		
	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º médio dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º médio dias baixa	N.º Sinistros	N.º dias baixa	N.º médio dias baixa
Sinistros encerrados	26	2 143	54	27	1 822	49	25	1 355	35
Sinistros encerrados sem baixa	14	0	0	10	0	0	14	0	0
Sinistros em curso (com recáida)	1	283	283	0	0	0	2	241	121
Total	41	2 426	59	37	1 822	49	41	1 596	39

Ano 2017 inclui AT desde a data de início da apólice na AdTA 01-05-2017

(*) Cálculos reformulados

Relativamente à frequência dos acidentes de trabalho apesar da taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho ter aumentado em 2019, a taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa diminuiu comparativamente com o ano 2018.

Indicadores de segurança	2017	2018*	2019
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	97,54	62,08	68,68
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	76,64	45,30	41,88

(*) Cálculos reformulados

Relativamente à Medicina do Trabalho podemos evidenciar que no ano 2019 continuámos a recuperação dos Exames Periódicos em défice nos anos anteriores, e procurámos abranger todos os trabalhadores que estavam expostos a maiores riscos biológicos. Na consulta de Medicina do Trabalho Periódica, foram realizados os exames complementares: análises clínicas (sangue e urina), ECG, Audiograma e Rastreo Visual.

Medicina do Trabalho	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Exames Admissão	0	0,00%	12	3,31%	16	5,44%
Exames Periódicos	33	45,83%	273	75,21%	200	68,03%
Exames Ocasionais	39	54,17%	78	21,49%	78	26,53%
Total de Exames	72	100%	363	100%	294	100%

No ano 2019 a empresa retomou a campanha de vacinação contra a gripe, tendo sido inoculadas 107 vacinas, a cerca de 29% dos trabalhadores.

Prevenção Gripe Sazonal	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Vacinas inoculadas	106	29,86%	114	31,40%	107	29,00%
Total vacinas inoculadas	106		114		107	

Para além da Medicina do Trabalho as consultas de Medicina Curativa, disponibilizadas pela empresa, consistem em consultas de clínica geral tendo por objetivo a resolução de problemas súbitos, prescrição de receitas e aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde e também tiveram um aumento substancial no ano 2019, cerca de 46,61% dos trabalhadores aderiram a este tipo de consultas.

Medicina Curativa	N.º Trab. 2017	%	N.º Trab. 2018	%	N.º Trab. 2019	%
Consultas	5	1,41%	117	32,23%	172	46,61%
Total de Trabalhadores	355		363		369	

FINANCEIRA

A análise financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Tejo Atlântico, no ano de 2019, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

De salientar, que o ano de 2017 foi o primeiro ano de atividade da Tejo Atlântico, tendo do ponto de vista contabilístico apresentado algumas especificidades e limitações. Tendo em conta que a Tejo Atlântico resulta da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo (Vale do Tejo), e que esta operação ocorreu operacionalmente em 1 de Julho de 2017, resulta daqui que os rendimentos e os gastos relativos ao primeiro semestre do ano de 2017 foram gerados na Vale do Tejo e transferidos (migrados) para a Tejo Atlântico. Este processo de migração teve duas origens: rendimentos e gastos diretos, ou seja diretamente associados à área geográfica, de atuação e implementação da Tejo Atlântico, e indiretos (ou de suporte) que foram alvo de rateio de acordo com o volume de negócios.

A Tejo Atlântico considera os desvios de recuperação de gastos (DRG) como uma componente das demonstrações financeiras da empresa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 94/2015. Aplica o disposto no IFRIC 12 – Serviços de construção, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

Em 2019 foi aplicado o IFRS 16, que estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que estas sejam contabilizadas de acordo com um modelo único.

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Volume de negócios ¹ (VN)	MEur	79,1	82,3	83,2	1,0	1%
Volume de Efluente Faturado	Mm ³	183,1	182,9	182,2	-0,7	0%
Tarifa Média Saneamento	Eur	0,4	0,4	0,5	0,0	2%
Desvio de recuperação de gastos do ano	MEur	-2,5	-14,1	-13,1	1,0	-7%
Resultado Líquido do Exercício	MEur	6,9	5,5	4,3	-1,2	-22%
Resultado líquido sem desvio	MEur	9,0	15,6	14,0	-1,6	-10%
OPEX (gastos operacionais)	MEur	40,0	38,5	41,5	3,0	8%
Resultado operacional	MEur	17,6	14,4	12,8	-1,6	-11%
EBITDA ² (ajustado)	MEur	38,5	43,6	41,5	-2,2	-5%
Rácio PRC (GO/VN) ³	%	50%	47%	50%	3 p.p.	7%
Gastos financeiros	MEur	-9,8	-8,2	-7,9	0,3	-3%
Resultado financeiro	MEur	-8,6	-7,1	-7,0	0,1	-1%
Endividamento	MEur	239,3	231,2	222,2	-9,1	-4%
Net Debt - Endividamento Líquido	MEur	160,1	139,9	126,6	-13,4	-10%
Net Debt to EBITDA	n.º	3,9	3,2	3,1	-0,2	-5%
Ativo Total	MEur	667,0	650,7	629,1	-21,6	-3%
Capital Próprio	MEur	114,0	117,2	115,9	-1,3	-1%
Passivo Total	MEur	553,0	533,4	513,2	-20,3	-4%
PMP ⁴	dias	-	58	48	-10,0	-17%
PMR ⁴	dias	-	61	51	-10,0	-16%

1 Vendas e Prestação de Serviços

2 RO + Amortizações + Provisões + Perdas por Imparidades e Reversões – DRG – Subsídio ao Investimento - Rébito/Gastos Construção (IFRIC12)

3 GO inclui CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4 Valor indisponível conforme explicitado no R&C 2017

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado líquido de 2019 ascendeu a 4,3 milhões de euros, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, apurada com base na variação média da taxa OT no ano, acrescida do prémio de risco (0,75%+3,00%).

O decréscimo que se tem verificado na Remuneração Acionista decorre da redução significativa da taxa das Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos (OT), cuja taxa média em 2017 foi de 3,06%, em 2018 de 1,84% e, em 2019 de 0,75%.

A formação do resultado foi a seguinte:

Resultado Líquido	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Rendimentos Totais	MEur	88,1	97,8	104,0	6,2	6%
Desvio de Recuperação de Gastos	MEur	-2,5	-14,1	-13,1	1,0	-7%
Gastos Totais	MEur	-76,6	-76,4	-85,2	-8,8	11%
Imposto (corrente e diferido)	MEur	-2,1	-1,8	-1,5	0,3	-15%
Resultado Líquido	MEur	6,9	5,5	4,3	-1,2	-22%

Os rendimentos totais em 2019 ascenderam a 104,0 milhões de euros, tendo aumentado 6% face a 2018. O contributo mais significativo para este incremento é do rédito da construção (IFRIC 12), cujo montante decorre do valor do investimento do ano. O volume de negócios no ano de 2019 ascendeu a 83,2 milhões de euros.

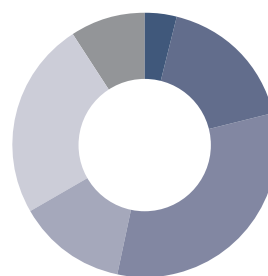
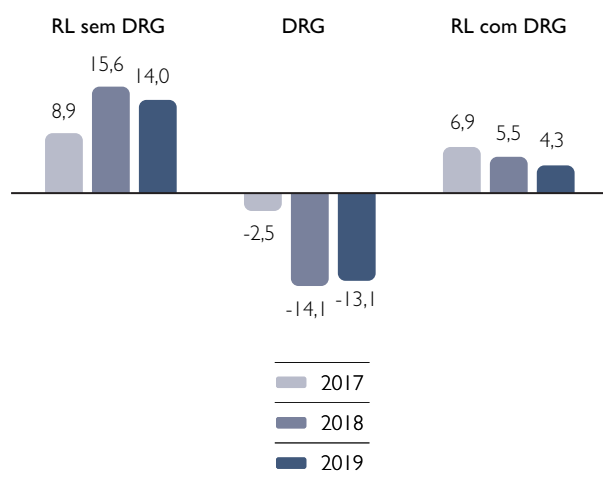
Rendimentos Totais	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Volume de negócios (VN)	MEur	79,1	82,3	83,2	1,0	1%
Subsídios ao Investimento	MEur	4,8	4,8	4,7	0,0	-1%
Rend. Construção Ativos Concessionados	MEur	3,0	9,1	14,7	5,5	60%
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	MEur	0,1	0,5	0,5	0,0	-6%
Juros e Rendimentos Similares	MEur	1,2	1,1	0,9	-0,2	-16%
Rendimentos Totais	MEur	88,1	97,8	104,0	6,3	6%

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais corresponde ao desvio de recuperação de gastos (DRG), acrescido do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos e dos gastos que o Regulador não aceitar.

Em 2019 o resultado líquido sem desvio atingiu os 14,0 milhões de euros e o DRG um superavit de 13,1 milhões de euros. Comparativamente a 2018, verifica-se um decréscimo essencialmente resultante do incremento de algumas naturezas de gastos.

RESULTADO LÍQUIDO

(milhões de EUR)



Custo das Vendas (CMVMC)	4%
Gastos de Construção de Ativos (IFRIC 12)	17%
Fornecimento e Serviços Externos	32%
Gastos com Pessoal	13%
Amortizações	24%
Gastos Financeiros	9%

Os gastos totais ascendem a 85,2 milhões de euros, os quais incluem 14,7 milhões de euros relativos a gastos de Construção de Ativos Concessionados e estão deduzidos das capitalizações de encargos de gastos com pessoal e de FSE, no valor de 1,1 milhões de euros, pelos serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é a que tem um maior peso nos gastos totais da empresa, com cerca de 32% do valor total, seguida das amortizações com 24%.

Nos quadros seguintes apresenta-se o detalhe de cada uma das rubricas que integram os gastos totais:

Gastos Totais	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
CMVMC	MEur	2,4	2,8	3,1	0,3	11%
Gastos Construção Ativos Concessionados	MEur	3,0	9,1	14,7	5,5	60%
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	26,4	25,6	27,5	1,9	8%
Gastos com Pessoal	MEur	11,1	10,1	10,8	0,8	7%
Amortizações	MEur	20,0	19,9	20,3	0,4	2%
Outros Gastos Operacionais	MEur	0,8	0,7	0,8	0,1	17%
Juros e Gastos Similares	MEur	9,8	8,2	7,9	-0,3	-3%
Gastos Totais	MEur	73,4	76,4	85,2	8,7	11%
Imparidades	MEur	3,2	0,0	0,0	0,0	-
Gastos Totais Ajustados	MEur	76,6	76,4	85,2	8,8	11%

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas refere-se essencialmente a reagentes, tendo ascendido a 3,1 milhões de euros em 2019, o que representa um aumento de 11% face a 2018.

O aumento dos gastos é explicado quer pelo aumento do consumo, quer pelo aumento dos preços unitários dos reagentes químicos. Na parte do consumo verificou-se a necessidade de dar cumprimento ao maior grau de exigência dos parâmetros legais estabelecidos pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, o que está diretamente associado à qualidade do efluente recebido para tratamento, que necessita de maior utilização de reagentes, bem como da utilização de reagentes específicos para garantir o cumprimento das descargas no meio receptor, em conformidade com as licenças de descarga.

No que respeita ao preço, o aumento do custo unitário deve-se a condicionalismos de mercado que levaram ao crescimento do nível de gastos.

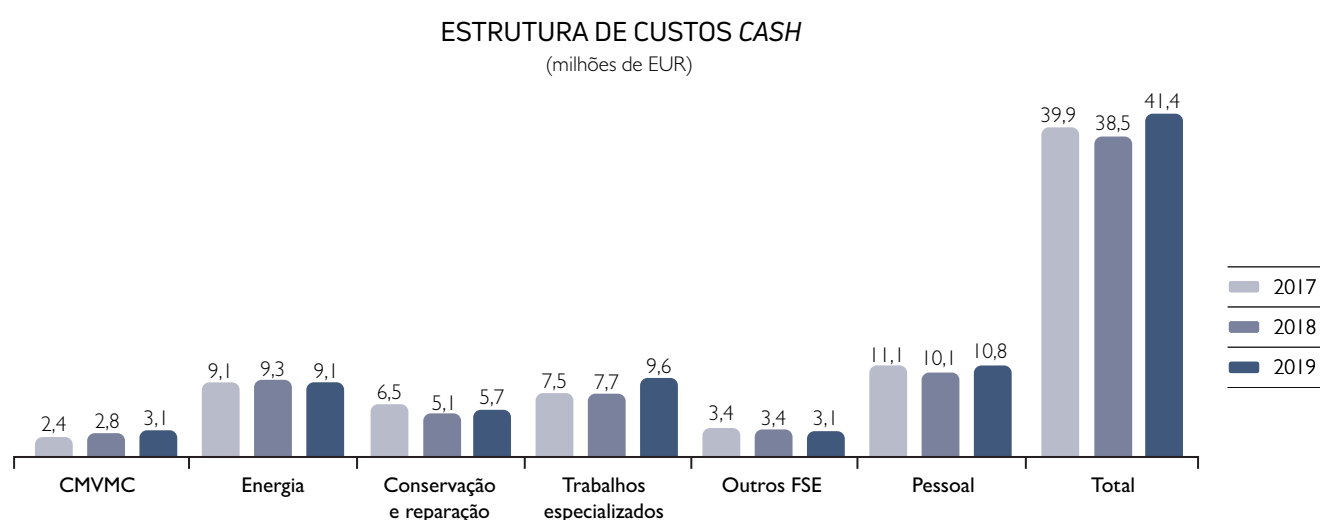
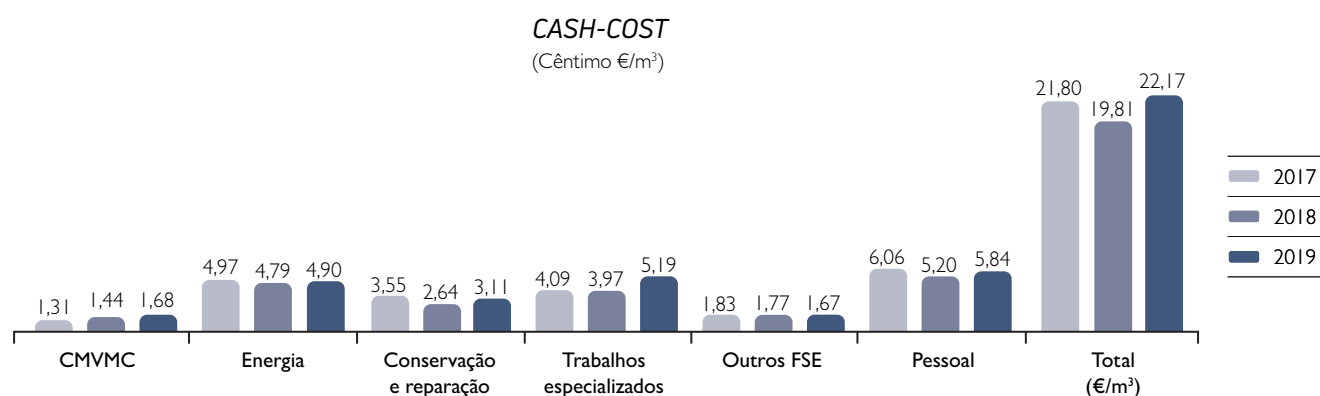
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Reagentes	MEur	2,4	2,8	3,1	0,3	11%
CMVMC	MEur	2,4	2,8	3,1	0,3	11%

Os gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam a 27,5 milhões de euros, representando os trabalhos especializados, no valor de 10,4 milhões de euros a rubrica com maior peso em termos de FSE, com cerca de 38%, seguida da rubrica de gastos com energia que representa cerca de 33% do total. A variação dos FSE em conservação e reparação e trabalhos especializados regista face a 2018 um incremento significativo, que decorre essencialmente do crescimento da atividade de manutenção e do aumento do preço do tratamento de lamas.

Fornecimentos e Serviços Externos	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Energia	MEur	9,1	9,3	9,1	-0,2	-2%
Conservação e Reparação	MEur	6,5	5,1	5,8	0,6	12%
Trabalhos Especializados	MEur	8,0	8,3	10,4	2,1	25%
Outros FSE	MEur	2,8	2,8	2,3	-0,5	-18%
Capitalizações						
Fornecimentos e Serviços Externos	MEur	26,4	25,6	27,5	1,93	8%

O *cash-cost* dos gastos de exploração e manutenção por unidade média de efluente tratado apresenta para 2019 uma evolução desfavorável face a 2018, em que passou de 19,8 cêntimos de euro por m³ para 22,4 cêntimos de euro por m³, gerando um incremento de 13%. Dado ter-se verificado uma redução de 5% no volume dos efluentes tratados, este contribui para parte do incremento dos gastos unitários face a 2018.

Os gastos com trabalhos especializados, maioritariamente constituídos pelo tratamento de lamas são os mais visados no sucedido, verificando-se que a variação destes, 31%, evidencia o aumento de preços ocorrido.



Entre o conjunto de gastos de exploração e manutenção, os gastos com pessoal, deduzidos da capitalização de 1,0 milhão de euros apresentam um aumento de 7%, que se deve ao incremento gerado no primeiro ano completo de adoção do Acordo Coletivo de Trabalho, face à aplicação no 2.º semestre de 2018 e pelas admissões verificadas em 2019, que originaram um incremento de 6 colaboradores no quadro de pessoal da Empresa.

EBITDA	Unidade	2017	2018	2019	Varição 19/18
Resultado Operacional	MEur	17,6	14,4	12,8	-1,6 -11%
Depreciações	MEur	-20,0	-19,9	-20,3	-0,4 2%
Provisões	MEur	-	0,0	-	- -
Imparidade	MEur	-3,2	0,0	0,0	0,0 -
EBITDA	MEur	40,7	34,3	33,1	-1,2 -3%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	-2,5	-14,1	-13,1	1,0 -7%
Subsídios ao investimento	MEur	4,8	4,8	4,7	0,0 0%
EBITDA Ajustado	MEur	38,5	43,6	41,5	-2,2 -5%

O EBITDA em 2019 ascendeu a 33,1 milhões de euros o que face a 2018 representa um decréscimo de 3%. No entanto, como para a atividade operacional da Tejo Atlântico não concorrem diretamente o desvio de recuperação de gastos e os subsídios ao investimento, estes são retirados, de modo a apurar-se o indicador ajustado (EBITDA Ajustado). A variação em baixa deste indicador reflete o já explicitado relativamente ao aumento dos gastos.

Resultados Financeiros	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Rendimentos Financeiros	MEur	1,2	1,1	0,9	-0,2	-16%
Gastos Financeiros	MEur	-9,8	-8,2	-7,9	0,3	-3%
Resultado Financeiro	MEur	-8,6	-7,1	-7,0	0,1	-1%

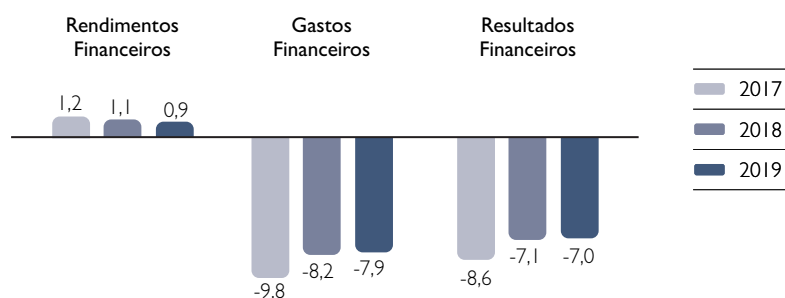
Em termos financeiros, os resultados são fortemente influenciados pela componente de gastos, que na sua maioria decorre do financiamento contratualizado junto do Banco Europeu do Investimento (BEI).

Nos rendimentos a Tejo Atlântico beneficiou do apoio de tesouraria prestado à AdP SGPS e da aplicação do fundo de reconstituição do capital, oriundo das antigas empresas.

No final de 2019, fruto dos excedentes de tesouraria gerados, a Tejo Atlântico disponibilizou à *holding* 14,0 milhões de euros. Note-se que atualmente quer o IGCP, quer a banca comercial, não remuneram aplicações de curto e médio prazo, sendo a solução preconizada dentro do Grupo AdP mais favorável.

RESULTADOS FINANCEIROS

(milhões de EUR)



ANÁLISE PATRIMONIAL

Posição Financeira	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Ativo Não Corrente	MEur	572,9	545,8	516,3	-29,5	-5%
Ativo Corrente	MEur	94,1	104,8	112,8	7,9	8%
Total do Ativo	MEur	667,0	650,7	629,1	-21,6	-3%
Capital Próprio	MEur	113,9	117,2	115,9	-1,3	-1%
Passivo Não Corrente	MEur	523,3	506,9	486,5	-20,4	-4%
Passivo Corrente	MEur	29,8	26,5	26,7	0,1	0%
Total do Passivo	MEur	553,0	533,4	513,2	-20,3	-4%
Total do Capital Próprio e Passivo	MEur	667,0	650,7	629,1	-21,6	-3%

O total do ativo era no final do período de 2019 de 629,1 milhões de euros, verificando-se que o ativo não corrente representa cerca de 82% do valor total do ativo. Em 2019, com a adoção da IFRS 16, relativa às locações, a estrutura do balanço, no ativo não corrente registou um incremento bruto de 1,5 milhões de euros.

Os investimentos financeiros correspondem aos Fundos de Reconstituição do Capital Social oriundos das sociedades que estão na génese da formação da Tejo Atlântico (SANEST, SIMTEJO e Águas do Oeste na vertente de saneamento), e que de acordo com os respetivos contratos de concessão, estavam obrigadas a constituir o fundo. Como esta obrigação não está prevista na concessão da Tejo Atlântico, a sociedade pode utilizar os meios à medida que as aplicações destes vão vencendo. A redução que verificou em 2019, tem subjacente a transferência das aplicações existentes para curto prazo.

O incremento das disponibilidades em 2019 teve o contributo dos investimentos financeiros (Fundo de Reconstituição do Capital Social), e da redução do montante do empréstimo concedido à AdP SGPS, que passou de 40,6 milhões em 2018 para 14,0 milhões em 2019.

Ativo	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Ativos intangíveis	MEur	464,0	456,0	447,2	-8,8	-2%
Ativos fixos tangíveis	MEur	0,2	0,2	0,2	0,0	0%
Ativos sob direito de uso	MEur	0,0	0,0	1,1	1,1	-
Investimentos financeiros	MEur	11,3	8,4	0,0	-8,4	-100%
Impostos diferidos ativos	MEur	54,5	52,9	53,2	0,4	1%
Desvio de recuperação de gastos	MEur	41,0	26,9	13,8	-13,1	-49%
Clientes e outros ativos não correntes	MEur	1,9	1,4	0,8	-0,6	-46%
Total do Ativo não corrente	MEur	572,9	545,8	516,3	-29,5	-5%
Clientes	MEur	22,2	17,5	12,4	-5,0	-29%
Outros ativos correntes	MEur	61,0	45,1	18,7	-26,4	-59%
Disponibilidades	MEur	10,9	42,3	81,6	39,4	93%
Total do Ativo corrente	MEur	94,1	104,8	112,7	7,9	8%
Total do Ativo	MEur	667,0	650,7	629,1	-21,6	-3%

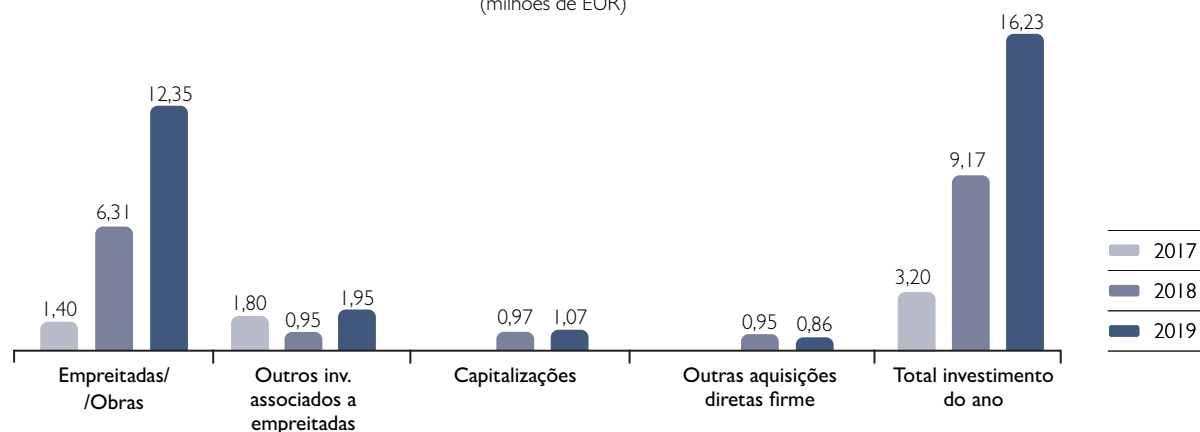
INVESTIMENTO

O Investimento realizado em 2019 ascendeu a 16,2 milhões de euros. Em termos líquidos, após dedução de abates o incremento foi de 15,7 milhões de euros. O crescimento face ao ano anterior foi substancial mas ainda assim não foi possível concretizar o que havia sido previsto no plano de investimentos.

A contribuir para a situação está o incremento generalizado dos preços de mercado no setor da construção que tem levado a que o lançamento de novos procedimentos de empreitada não recebam quaisquer propostas. Têm existido constrangimentos que obrigaram a Empresa a rever as estimativas orçamentais dos projetos de execução já elaborados e a redefinir os preços base dos procedimentos, de modo a garantir a participação do mercado e o cumprimento dos prazos previstos para a consignação das empreitadas, resultando em incrementos, nalguns casos significativos, dos valores de investimento previstos. Por outro lado, têm existido atrasos na conclusão das empreitadas face ao previsto nomeadamente condicionalismos no lançamento, consignação ou na conclusão das empreitadas.

INVESTIMENTO ANUAL

(milhões de EUR)



DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O desvio de recuperação de gastos registado em balanço tem vindo a evoluir de forma bastante favorável desde o início de atividade da Tejo Atlântico, em 2017. O mesmo é reduzido à medida que se vão registando desvios superavitários, aceites pelo Regulador, no decurso do cumprimento das métricas definidas para os cenários de eficiência produtiva anual.

Nos exercícios de 2017 e de 2018 os desvios apurados foram aceites pelo Regulador, estando atualmente em apreciação o desvio superavitário de 13,1 milhões de euros, apurado no exercício de 2019.

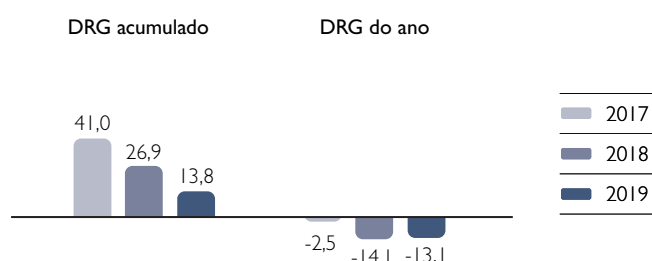
Em fevereiro de 2020 foi recebido da ERSAR, o Projeto de Decisão sobre o Desvio de Recuperação de Gastos de 2019, no qual não é aceite o valor de 0,5 milhões de euros referente ao custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, por incumprimento da métrica definida para o custo unitário com reagentes (0,0139 euros/m³).

O custo unitário com reagentes no exercício de 2019 foi de 0,0167 euros/m³, valor superior ao da métrica, justificado quer pelo aumento dos custos unitários com reagentes, quer pelo aumento do próprio consumo por maiores exigências legais na qualidade do efluente tratado.

À data de apresentação das contas a Tejo Atlântico exerceu o seu direito de contraditório sobre o Projeto de Decisão, esperando-se a reversão do ajustamento determinado pela ERSAR.

DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

(milhões de EUR)



TARIFAS, DÍVIDA DE CLIENTES E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO

Nos termos do disposto no n.º3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, a tarifa e os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, pela Águas do Tejo Atlântico, para o período de convergência tarifária, compreendido entre 2017 e 2026, são os estabelecidos no Contrato de Concessão, atualizados de acordo com a previsão do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicado pela entidade responsável pela sua divulgação (INE). Às tarifas ou rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores municipais acresce uma componente tarifária acrescida (CTA), a ser entregue pela Águas do Tejo Atlântico à Águas do Vale do Tejo, com vista a contribuir para a sustentabilidade do sistema desta.

Nos termos do referido diploma legal, os municípios abrangidos pela aplicação da CTA durante o período de convergência tarifária, são os municípios originários dos sistemas extintos da SANEST e da SIMTEJO, estando os restantes, originários da vertente de saneamento da extinta Águas do Oeste, isentos até 2026 (termo do período de convergência tarifária).

Em tais termos, os rendimentos tarifários aplicados em 2019 para os utilizadores municipais, têm uma tarifa implícita incluindo a tarifa da atividade de transporte de águas residuais, conforme se explicita no quadro infra.

Tarifas	Unidade	Tarifa ¹ 2017	CTA 2017	Tarifa ¹ 2018	CTA 2018	Tarifa ¹ 2019	CTA 2019
Utilizadores municipais servidos pela extinta SANEST	€/m ³	0,3249	0,0077	0,3409	0,013	0,3573	0,0184
Utilizadores municipais servidos pela extinta SIMTEJO	€/m ³	0,4993	0,0077	0,5007	0,013	0,5015	0,0184
Utilizadores municipais servidos pela extinta Águas do Oeste	€/m ³	0,5240	-	0,5324	-	0,5404	-
Transporte de águas residuais	€/m ³	0,2432	-	0,2469	-	0,2506	-

¹ Tarifa implícita

A Tejo Atlântico pratica aos restantes utilizadores não municipais uma tarifa de 0,5404 €/m³,

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2019 ascendeu a 93,7 milhões de euros e os recebimentos totalizaram 94,8 milhões de euros.

A dívida dos utilizadores municipais do sistema decompõe-se da seguinte forma:

Dívida de Clientes	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Faturação Corrente	MEur	16,2	10,8	9,7	-1,1	-10%
CTA (Componente Tarifária Acrescida)	MEur	0,6	0,2	0,3	0,1	51%
TRH (Taxa de Recursos Hídricos)	MEur	0,2	0,4	0,4	0,0	5%
Acordos de Pagamento	MEur	2,8	2,3	1,4	-1,0	-41%
Injunções	MEur	3,7	1,8	0,0	-1,8	-100%
Juros Mora	MEur	0,8	0,4	0,4	0,0	-11%
	MEur	24,3	16,0	12,2	-3,8	-24%

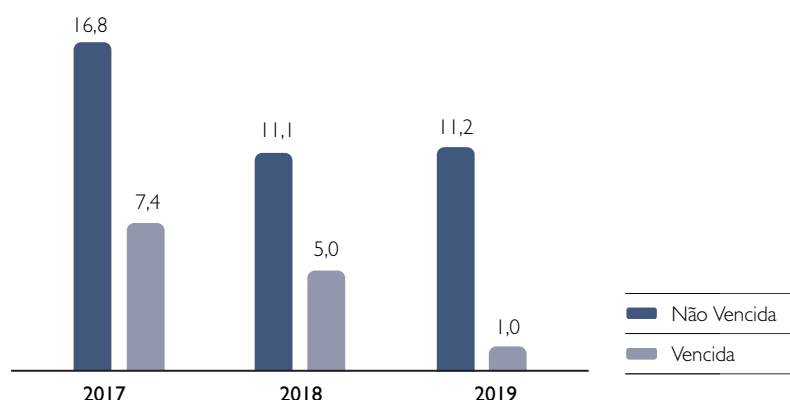
O estreito acompanhamento dos clientes, no sentido do cumprimento dos prazos e da regularização dos valores em atraso, permitiu que se superasse o objetivo estabelecido para ano, tendo-se alcançado um prazo médio de recebimento (PMR) de 51 dias, 10 dias abaixo do apurado em 2018.

Em termos de evolução da dívida destaca-se a diminuição no valor global em resultado do trabalho desenvolvido para colmatar os incumprimentos existentes. Parte substancial dos incumprimentos está abrangida por acordos, tendo-se beneficiado da antecipação de pagamento de 2,3 milhões de euros do acordo transaccional celebrado com o Município da Nazaré, cujo termo estava previsto para abril de 2022. O Município antecipou o pagamento na sequência do recebimento de fundos para o efeito.

O acordo de transação celebrado com o Município de Torres Vedras teve também a sua conclusão durante o exercício de 2019, na sequência da homologação por sentença transitada em julgado e consequente recebimento de 3,8 milhões de euros.

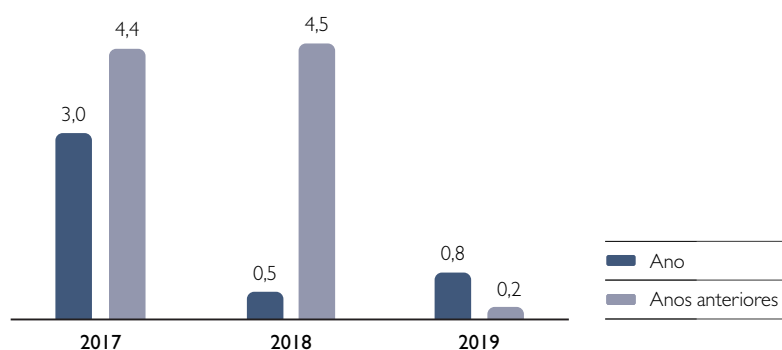
A Tejo Atlântico continua a recuperar as dívidas vencidas dos Municípios de Alenquer, Azambuja e Sobral de Monte Agraço, através de acordos de pagamento efetuados pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que por incluírem em simultâneo, dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e de saneamento permaneceram sob gestão da Águas do Vale do Tejo, ascendendo no final de 2019 ao montante de 1,4 milhões de euros.

DÍVIDA MUNICIPAL (milhões de EUR)



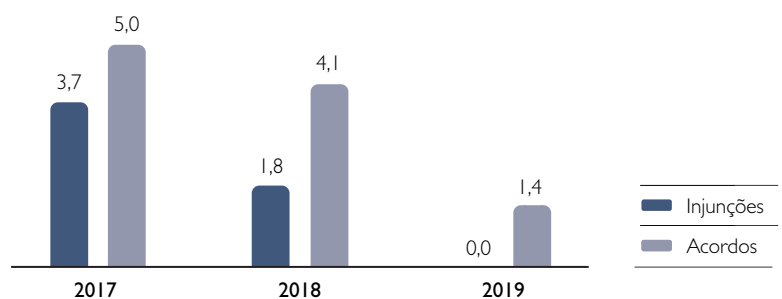
DÍVIDA VENCIDA

(milhões de EUR)



DÍVIDA TITULADA

(milhões de EUR)



CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio diminuiu 1,3 milhões de euros face ao período homólogo, sobretudo devido à redução do resultado líquido e dos resultados transitados, estes por via da distribuição de resultados de 2018, em que o pagamento de dividendos incluiu os valores relativos a ações próprias de 2017 e de 2018, na proporção da percentagem de detenção de capital de cada acionista.

A variação do resultado líquido, que corresponde à remuneração acionista, resulta da diminuição da taxa OT, conforme suprarreferido, na análise dos resultados.

O capital social é constituído por 1 13 527 680 ações (1 12 127 680 da categoria A e 1 400 000 da categoria B), com o valor unitário 1,00 euro, e está totalmente subscrito e realizado.

A Tejo Atlântico detém 2 521 433 ações próprias, correspondentes a uma participação total no capital social de 2,22%. As manifestações de interesse de alguns dos acionistas para adquirirem as ações, suportadas em contratos-promessa firmados cuja concretização estava sujeita à obtenção de autorização dos membros do Governo responsáveis pela tutela setorial e financeira, não se verificou até à presente data, tendo o prazo decorrido determinado a caducidade da deliberação da assembleia geral de 16 de março de 2018 relativa à alienação do lote de 2.521.433 ações próprias.

PASSIVO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O passivo total diminuiu 4%, passando de 533,4 milhões de euros para 513,2 milhões de euros em 2019, suportado pela redução do passivo não corrente.

O passivo não corrente representa 95% do total do passivo tendo nos impostos diferidos passivos, a redução mais significativa face ao período homólogo.

O passivo corrente manteve a mesma ordem de grandeza em relação a 2018, sendo composto essencialmente por empréstimos (parte de curto prazo a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo), impostos, acréscimos e diferimentos, estado, passivos da locação e fornecedores.

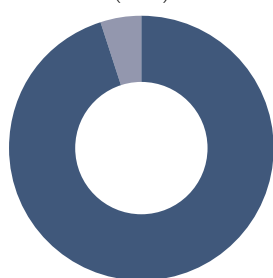
Passivo	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Empréstimos	MEur	231,1	222,1	212,1	-10,0	-5%
Acréscimos de gastos do investimento contratual	MEur	122,4	125,2	122,0	-3,2	-3%
Impostos diferidos passivos	MEur	30,2	24,6	20,7	-3,9	-16%
Subsídios ao investimento	MEur	139,5	134,9	130,4	-4,6	-3%
Outros passivos não correntes	MEur	0,0	0,0	1,4	1,4	-
Total do Passivo não corrente	MEur	523,3	506,9	486,5	-20,4	-4%
Empréstimos	MEur	8,1	9,2	10,1	1,0	11%
Fornecedores	MEur	7,0	6,9	6,6	-0,3	-4%
Estado	MEur	3,1	3,5	3,1	-0,4	-11%
Outros passivos correntes	MEur	11,5	6,9	6,8	-0,2	-2%
Total do Passivo corrente	MEur	29,8	26,5	26,7	0,1	0%
Total do Passivo	MEur	553,0	533,4	513,1	-20,3	-4%

No prazo médio de pagamento (PMP), foi dado cumprimento à disposição legal do programa “Pagar a Tempo e Horas”, que, pelo facto do PMP de 2018 ter sido de 58 dias, estabelece a necessidade de proceder à redução de 15% em 2019, o que se concretizou, com o atingimento de um prazo de 48 dias (-21%).

É de salientar que a redução positiva do saldo de fornecedores e outros credores tem subjacente o incremento de investimento no exercício (+77% face a 2018), bem como o de alguns gastos.

DISTRIBUIÇÃO DO PASSIVO

(2019)



- Passivo não corrente **95%**
- Passivo corrente **5%**

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

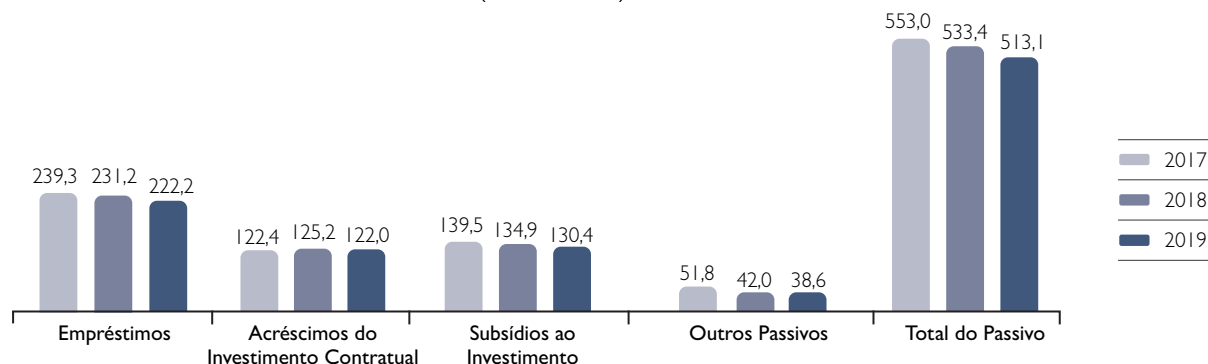
(2019)



- Empréstimos **43%**
- Acréscimo Investimento Contratual **24%**
- Subsídios ao Investimento **25%**
- Outros Passivos **8%**

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

(milhões de EUR)



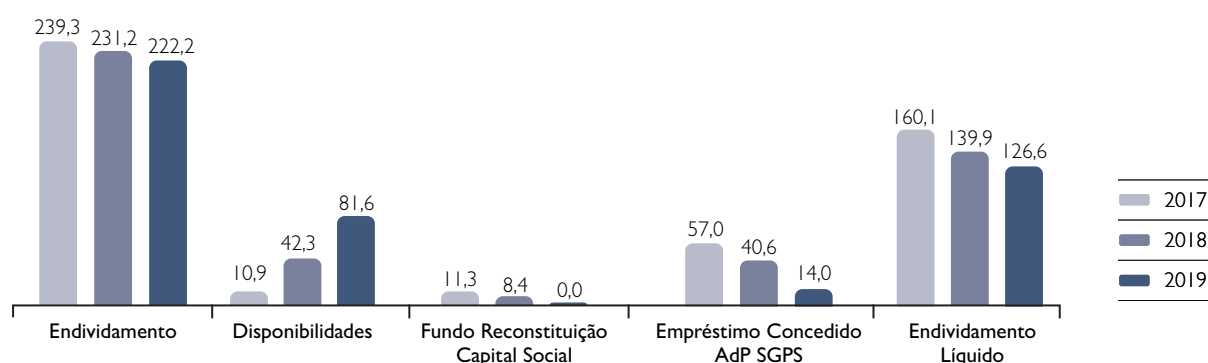
ENDIVIDAMENTO

O valor total do endividamento bruto corresponde aos empréstimos junto do BEI, que transitaram da cisão da Vale do Tejo, sendo 212,1 milhões de euros de médio e longo prazo e 10,1 milhões de euros de curto prazo. Em 2019 foram amortizados 9,4 milhões de euros conforme previsto no plano de amortização da dívida.

Endividamento	Unidade	2017	2018	2019	Variação 19/18	
Endividamento	MEur	239,3	231,2	222,2	-9,1	-4%
Disponibilidades	MEur	10,9	42,3	81,6	39,3	93%
Fundo Reconstituição Capital Social	MEur	11,3	8,4	0,0	-8,4	-100%
Empréstimo Concedido AdP SGPS	MEur	57,0	40,6	14,0	-26,6	-66%
Endividamento Líquido	MEur	160,1	139,9	126,6	-13,4	-10%

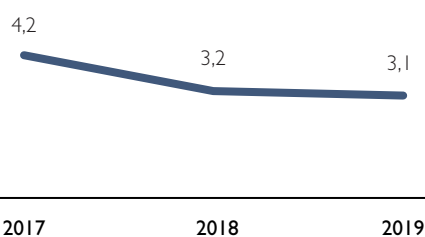
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

(milhões de EUR)



O rácio *Net Debt* to EBITDA ajustado evidencia a consistência na redução do peso da dívida líquida face aos resultados da operação da Tejo Atlântico, com uma descida de 5% para o período homólogo.

NET DEBT TO EBITDA AJUSTADO



INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

DESENVOLVIMENTO

Ao nível do Desenvolvimento empresarial foram desenvolvidas várias dinâmicas e iniciativas com vista à dinâmica da “Indústria 4.0” e dos subprodutos derivados do processo de tratamento em Fábricas de Água da Tejo Atlântico.

Com o foco na Economia Circular o desenvolvimento da Tejo Atlântico centra-se, para além da qualidade do serviço que presta aos municípios e populações, no aproveitamento e integração de produtos reciclados nos novos processos produtivos.

No que respeita ao desenvolvimento de produto, foi criada estratégia e a marca BioLamas+, que tem origem nas lamas do processo de tratamento nas Fábricas de Água, com potencial de utilização como fertilizante natural na agricultura (no seguimento do conceito lançado em 2018 “água+”);

O ano de 2019 também foi um ano de afirmação da água+, marca registada em 2018 e que vem percorrendo o seu caminho com o objetivo de generalizar o seu uso na lavagem de ruas, rega de espaços verdes, edifícios industriais, entre outros.

Foi ainda apresentada a marca *iSea*, uma plataforma operacional de apoio à decisão de ocorrência de descargas de águas residuais não tratadas na zona costeira entre Carcavelos e a Guia.

Com o objetivo de dinamizar a cultura de inovação da Tejo Atlântico, internamente e externamente, bem como, com vista à divulgação dos diversos trabalhos em curso e ainda da promoção do *networking* foram desenvolvidas várias atividades com destaque para:

- Participação na conferência “*SETAC Europe 29th Annual Meeting*”, realizada em maio em Helsínquia, Finlândia, no âmbito do projeto LIFE IMPETUS;
- Participação na reunião do “*ICT4water Cluster Annual meeting*”, realizado no 11 de junho em Bruxelas, Bélgica, no âmbito do projeto LIFE SWSS;
- Participação na conferência SEREA19, realizada em julho, com a apresentação oral “Estratégia de avaliação de risco da reutilização de água residual tratada da Fábrica de Água de Beirolos para rega de espaços verdes urbanos no Parque das Nações”;
- Participação na WEFTEC2019, realizada em setembro, com a apresentação oral do artigo “*Energy demand response applied to Water Resource Recovery Facilities*”, cujo trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto InteGrid;
- Participação nas X Jornadas de Engenharia, realizadas em outubro, com duas apresentações orais e tendo ainda submetido uma candidatura ao prémio 100% inovação da AdP com o projeto de I&D+I “*Metric4: machine learning* para o apoio à monitorização e otimização de processos em estações elevatórias”;
- Participação no ENEG 2019, realizado em novembro, com a apresentação de diversas apresentações orais submetidas por diversas áreas e direções da Tejo Atlântico;
- Atribuição do prémio “Desafio à Inovação”, no projeto “Torre Geofiltro” e no projeto “SAG T1000 – Sistema Automatizado de Gradagem Transversal 1000”.

No âmbito da atividade científica, foram produzidos 8 artigos:

- “*Occurrence and seasonal variation of pharmaceutical compounds from four therapeutical classes in the influents of two Portuguese wastewater treatment plants*”, para ser apresentada na conferência “*SETAC Europe 29th Annual Meeting*”, realizada em maio;
- “*Towards the development of a microalgae-based process in a WWTP in Lisbon, Portugal: from on-site pilot testing to industrial scale system*”, para ser apresentado na conferência IWAAlgae 2019, em julho;
- “Estratégia de avaliação de risco da reutilização de água residual tratada da Fábrica de Água de Beirolos para rega de espaços verdes urbanos no Parque das Nações”, para ser apresentada na conferência SEREA19, em julho;
- “*Data-driven predictive energy optimization in a wastewater pumping station*”, submetido ao *Applied Energy* e aprovado a 15 de outubro;
- “*Machine learning* no apoio à monitorização e otimização de processos em estações elevatórias”, para ser apresentada nas X Jornadas de Engenharia, em outubro;
- “Reutilização de água residual tratada da Fábrica de Água de Beirolos”, para ser apresentada nas X Jornadas de Engenharia, em outubro;
- “AlerTA - Sistema de alarmística para infraestruturas críticas da Águas do Tejo Atlântico”, para ser apresentada na conferência ENEG 2019, em novembro;
- “*Machine learning* no apoio à monitorização e otimização de processos em estações elevatórias”, para ser apresentada na conferência ENEG 2019, em novembro;
- “*Nutrients Recycling by Microalgae-Based Process in a WRRF in Lisbon, Portugal: from On-Site Pilot Testing to Industrial Scale System*”, para ser apresentado na conferência AlgaEurope 2019, em dezembro.

PROJETOS DE I&D E INOVAÇÃO EM CURSO

Em 2019, foi aprovado um novo projeto de Inovação e I&D no âmbito do programa de financiamento H2020, cujo início decorrerá no primeiro semestre de 2020, denominado de *B-WaterSmart* – “*Accelerating Water Smartness in Coastal Europe*”.

O projeto *B-WaterSmart* visa acelerar a transformação das sociedades e economias inteligentes no setor da água para o litoral da Europa. Pretende-se, com este projeto, aplicar uma abordagem sistêmica de inovação em larga escala para selecionar, conectar e demonstrar um conjunto de tecnologias e soluções de gestão inteligente de dados para múltiplos utilizadores e setores e criar novos modelos de negócios assentes na economia circular e inteligência hídrica.

Relativamente aos restantes projetos financiados em curso, o seu ponto de situação é o seguinte:

- *InteGrid - Demonstration of INTElligent grid technologies for renewables INTEgration and INTERactive consumer participation enabling INTERoperable market solutions and INTERconnected stakeholders*: finalizaram-se as matrizes de flexibilidade para as Fábricas de Água onde vão ser demonstrados os use case do InteGrid: Alcântara, Chelas e Mafra. Deu-se início aos testes da matriz Flex4Water para a Fábrica de Água de Mafra. Adicionalmente para o Flex4Water continuou-se a recolha de dados associados aos processos e à construção das matrizes de flexibilidade para as Fábricas de Água de Alverca e de Beirolas. Relativamente à implementação do algoritmo de otimização p-optimizer, deu-se início aos testes de demonstração na Estação Elevatória Intermédia da Fábrica de Água de Alcântara. Continua em desenvolvimento o processo de patente do algoritmo de otimização. Foram instalados medidores de energia *low-cost*, desenvolvidos no âmbito deste projeto, nas Fábricas de Água de Beirolas e Chelas. Deu-se início ao desenvolvimento da Fase II dos medidores de energia *low-cost*;
- *RES URBIS – RESources from URban Blo-waSte*: Este projeto terminou em dezembro de 2019. Durante este ano deu-se continuidade à descrição dos clusters do projeto, no caso da Tejo Atlântico, o cluster de Lisboa. Em fevereiro de 2019 arrancou o funcionamento do piloto de fermentação, instalado na Fábrica de Água de Frielas, cujo objetivo passava por demonstrar diferentes pré-tratamentos por hidrólise de lamas biológicas para otimizar a produção de ácidos gordos voláteis (AGV). Dos principais resultados associados a este piloto deve destacar-se o aumento entre 9,7% e 14,6% do rendimento global na produção de AGV. Relativamente a outras atividades associadas ao projeto, verificou-se que a quantidade de microcontaminantes presentes nos plásticos produzidos está dentro dos limites regulatórios existentes;
- *LIFE IMPETUS - Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants*: Neste projeto, que terminou em dezembro de 2019, deu-se continuidade à análise dos resultados dos ensaios realizados nos protótipos instalados na FA Beirolas, bem como à análise dos resultados no que concerne aos micropoluentes e às diferentes condições de operação testadas nesta instalação, com vista à análise de medidas para melhorar a remoção de produtos farmacêuticos em Fábricas de Água urbanas através do tratamento convencional de lamas ativadas. Foi ainda realizado o segundo *workshop* com a participação de diferentes *stakeholders*;
- *RESCCUE - RESilience to cope with Climate Change in Urban áreas*: que tem como objetivo melhorar os níveis de resiliência às alterações climáticas das cidades, tendo Lisboa, Barcelona (Espanha) e Bristol (Inglaterra) como casos de estudo. Este projeto teve novos desenvolvimentos, nomeadamente com a metodologia de identificação de estratégias de resiliência e seleção de medidas de adaptação às alterações climáticas para futuramente serem implementadas. Para tal, ocorreu um *workshop*, no âmbito, do projeto, na Fábrica de Água de Alcântara. Neste projeto, foram ainda identificadas as métricas de resiliência para o serviço de saneamento e tratamento de águas residuais. Estas métricas serviram de base para o desenvolvimento do Plano de Ação para a Resiliência. Com base nas métricas referidas, foi ainda identificado o *baseline* para o estado de resiliência do setor da água para a cidade de Lisboa;
- *LIFE SWSS - Smart Water Supply Systems*: que tem por principal objetivo a criação de uma plataforma de apoio à decisão e gestão operacional das entidades gestoras tendo em vista diminuir o consumo de energia e conseqüentemente as emissões de gases com efeito de estufa, terminou em agosto de 2019. Durante o ano de 2019 foram consolidados os diferentes módulos da plataforma SWSS. A Águas do Tejo Atlântico colaborou no desenvolvimento de um plano de negócios para a comercialização da plataforma e a sua customização para futuros clientes. Foram também produzidos novas versões do *leaflet* e brochura do projeto. A Tejo Atlântico organizou o *workshop* final do projeto que decorreu na Fábrica de Água de Alcântara, e onde foi apresentada a plataforma SWSS e os seus diferentes módulos;
- *TWIST - Estratégia Transnacional para a Inovação no domínio da Água*: que visa a criação de um ecossistema colaborativo de inovação para incentivar o investimento privado em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&DI) no sector da água, que atraia e retenha capital humano qualificado no sentido de um desenvolvimento baseado no uso eficiente e recuperação de recursos. Foi definida uma estratégia transnacional para a inovação no setor da água e elaborados quatro Planos de Ação e um Plano de Financiamento que visam materializar o definido em sede do documento estratégico em linha com as políticas e estratégia Europeias. Realizaram-se três *workshops* com a participação de diferentes *stakeholders* da hélice quádrupla, tendo um deles sido realizado na Fábrica de Água de Alcântara, onde foi apresentado o *Urban Living Lab* de Lisboa, que tem como tema a reutilização de água e recuperação de subprodutos em águas residuais e onde foram reunidas perspetivas de como envolver a sociedade no processo de inovação e a melhor forma de cada ator contribuir e beneficiar dos serviços do *Living Lab*. A Tejo Atlântico em cooperação com o Instituto Superior Técnico deu início a um dos projetos piloto de demonstração, no âmbito dos *Living Labs*, que se encontra a decorrer na FA de Frielas que visa o estudo de desempenho de leitos de secagem para o tratamento de lamas

fecais em condições climáticas diversas, dando especial atenção a aspetos microbiológicos e tem potencialmente interesse como solução de saneamento em países em desenvolvimento. Ainda no âmbito dos *Living Labs* a Tejo Atlântico participou na elaboração da metodologia comum para o estabelecimento dos *Living Labs*. Foram ainda iniciados os trabalhos de levantamento da legislação existente e programas de financiamento no âmbito dos Processos de Contratação Pública de Inovação;

- **CircRural4.0** - Para uma conceção circular e inteligente de gestão de águas residuais em áreas rurais: Este projeto propõe uma transformação no panorama do tratamento de águas residuais nas áreas rurais de acordo com o conceito de economia circular, fazendo a transição destas estações de tratamento em fábricas de recuperação de recursos. Durante o ano de 2019, deu-se continuidade ao caso de estudo na Fábrica de Água da Charneca, nomeadamente às campanhas iniciais que servirão de *baseline* para a análise ao ciclo de vida da solução de controlo de arejamento preconizada no projeto. Adicionalmente, deu-se início ao procedimento de uma prestação de serviços com vista à integração da unidade de monitorização desenvolvida pelos parceiros e à instalação de analisadores de energia associados ao arejamento.

Durante o ano de 2019 elaborou-se o documento estratégico relativo à Investigação, desenvolvimento e inovação onde se encontra definida a constituição do Centro de Inovação da Tejo Atlântico.

Em 2019 deu-se ainda início a diversos estudos e projetos de investigação, no âmbito das relações de cooperação estabelecidas com universidades e empresas orientados para as seguintes linhas de investigação:

- **Projeto Metric4**: Trata-se de um projeto onde se aplica *machine learning* para o apoio à monitorização e otimização de processos em estações elevatórias. Foram instalados dois sensores, associados a modelos de interpretação e análise de imagem, na Estação Elevatória 8 Vila Franca de Xira, no Centro Operacional de Vila Franca de Xira, para aferir o nível de enchimento dos contentores de gradados com o objetivo de otimizar a gestão das equipas de operação;
- **Projeto AlerTA**: Trata-se de um projeto que pretende desenvolver um sistema de alarmística para infraestruturas críticas. Foi desenvolvida uma metodologia de identificação de infraestruturas críticas e desenvolvimento uma solução hardware de baixo custo que regista alarmes relacionados com o funcionamento dessas infraestruturas. Foram realizados os primeiros testes ao hardware com vista à implementação do sensor nas primeiras 20 infraestruturas críticas identificadas;
- **Projeto Data+**: Trata-se de um projeto relacionado com a digitalização no setor do saneamento. Pretende-se com este projeto desenvolver uma plataforma web, tendo por base a plataforma de apoio à decisão AquaSafe, que agregue apenas a informação validada da Águas do Tejo Atlântico, tornando-se na plataforma de agregação e recolha de dados para os principais relatórios da empresa;
- **Projeto ClearReturns**: Este projeto, vencedor do “Desafio à Inovação 2018”, tem como objetivo desenvolver um sistema de controlo automático de centrífugas de lamas, recorrendo a um sensor de visão artificial. Este sistema consiste numa câmara de visão que avalia a qualidade dos retornos de uma centrífuga e comanda o funcionamento da respetiva bomba de floculante, através de um autómato dedicado. Neste projeto, foi implementado e calibrado o sensor para os retornos da centrífuga 2 da Fábrica de Água de São João da Talha;
- **Reutilização de águas residuais**, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, focando-se na avaliação do risco da rega de espaços verdes com água+ e na preparação do pedido de licenciamento relativo à reutilização para rega de espaços verdes no Parque das Nações;
- **Piloto de reutilização da Fábrica de Água de Alcântara**, onde durante o ano de 2019 se procedeu à elaboração das peças de procedimento do concurso e à adjudicação da empreitada. Prevê-se o início da operação deste piloto no segundo semestre de 2020.

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE I&D+I

No âmbito de candidaturas a novos projetos de I&D e Inovação, durante o ano de 2019, foram submetidas nove candidaturas a programas de financiamento, nomeadamente, sete ao programa H2020, um ao programa P2020 e um ao programa Interreg.

EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Em março de 2020 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da Tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excepcionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º I do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do Desvio de Recuperação de Gastos inscrito nas presentes demonstrações financeiras. Foi recebido da Entidade Reguladora um relatório preliminar, sobre o qual a Águas do Tejo Atlântico exerceu o respetivo contraditório. Até à data da aprovação das demonstrações financeiras ainda não foi tomada uma decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos.

Para além do exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

I) OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

- Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE)

Na Assembleia Geral de 4 de agosto de 2017 foram aprovadas as Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da Tejo Atlântico, para o mandato 2017/ 2019. Os objetivos de gestão aprovados são dez, vertidos em, cinco indicadores financeiros, um ambiental, três de eficiência e sustentabilidade e um de reporte.

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Modo de avaliação		
	Não Atingido	Atingido	Superado
Indicadores Financeiros			
Eficiência de Gestão (PRC)	$\Delta PRC < 0\%$	$0\% \leq \Delta PRC < 3\%$	$\Delta PRC \geq 3\%$
Limite ao Endividamento	$End2019 > 228,5 \text{ M€}$	$207,9 \text{ M€} < End2019 \leq 228,5 \text{ M€}$	$End 2019 \leq 207,9 \text{ M€}$
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	$DCDMA > 105\%$	$95\% \leq DCDMA \leq 105\%$	$PGR < 95\%$
Degradação da Tesouraria de Exploração (DTE)	$DTE > 100\%$	$85\% < DTE \leq 100\%$	$DTE \leq 85\%$
Rentabilidade (RCI)	$RCI (\text{Ano N}) < 95\% \text{ RCI } 2017 \text{ EVEF}$	$95\% \text{ RCI } 2017 \text{ EVEF} \leq \text{RCI} (\text{Ano N}) < 110\% \text{ RCI } 2017 \text{ EVEF}$	$\text{RCI} (\text{Ano N}) > 110\% \text{ RCI } 2017 \text{ EVEF}$
Indicadores Ambientais			
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	$QAR < 97,5\%$	$97,5\% \leq QAR < 100\%$	$QAR \geq 100\%$
Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade			
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Não Certificada até 2019	Certificada até 2019	Certificada até 2018
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Não Certificada até 2019	Certificada até 2019	Certificada até 2018
Indicador PEPE (RCEE)	$RCEE (\text{Ano N}) < 95\% \text{ RCEE (Meta do Ano N)}$	$95\% \text{ RCEE (Meta do Ano N)} \leq RCEE (\text{Ano N}) \leq 105\% \text{ RCEE (Meta do Ano N)}$	$RCEE (\text{Ano N}) > 105\% \text{ RCEE (Meta do Ano N)}$
Indicadores de Reporte			
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	$GCPR > 0 \text{ dias}$	$-1 \text{ dia} \leq GCPR \leq 0 \text{ dias}$	$GCPR < -1 \text{ dia}$

A avaliação do grau de cumprimento dos objetivos é efetuada com base no quadro infra:

Grau de Concretização	
GC < 1,8	Objetivos não cumpridos
1,8 ≤ GC < 2,5	Objetivos cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos superados

Sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão, relativo ao ano de 2019:

Indicadores dos Objetivos de Gestão	Resultado 2019	Atingimento	Grau	Ponderação	Cálculo
Indicadores Financeiros					
Eficiência de Gestão (PRC)	17,8%	Superado	3	15,2%	0,45
Limite ao Endividamento ¹	n.a.	-	-	-	-
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	20,7%	Superado	3	15,2%	0,45
Degradação da Tesouraria de Exploração (DTE)	n.a.	-	-	-	-
Rentabilidade (RCI)	229,6%	Superado	3	15,2%	0,45
Indicadores Ambientais					
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	97,8%	Atingido	2	18,2%	0,36
Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade					
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	Certificado	Superado	3	6,1%	0,18
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	Não certificado	Não atingido	1	12,1%	0,12
Indicador PEPE (RCEE)	100%	Atingido	2	12,1%	0,24
Indicadores de Reporte					
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	-2 dias	Superado	3	6,1%	0,18
¹ Em análise				Objetivos superados	2,5

Os indicadores do Limite ao Endividamento e da Degradação da Tesouraria de Exploração não foram avaliados por existirem condicionantes de diversa ordem que distorcem o seu resultado.

O indicador do Limite ao Endividamento acompanha a evolução do *stock* da dívida, que consiste no valor global do endividamento bruto financeiro, correspondente ao somatório das dívidas à banca, incluindo o Banco Europeu de Investimento (BEI), deduzido dos empréstimos concedidos entre empresas, tendo como meta a sua redução anual, com base em métricas específicas estabelecidas a partir do cenário de arranque de atividade da Tejo Atlântico, em 2017.

Em 2019, verifica-se que as métricas aplicáveis ao ano se mostram desadequadas face ao cumprimento do plano de amortização da dívida, impossibilitando o atingimento máximo do indicador. A reforçar a situação está também o facto do empréstimo à *holding* ter tido uma redução significativa no final do ano, o que inviabilizou a redução da dívida por compensação do valor concedido.

Como a Tejo Atlântico tem vindo a cumprir integralmente o plano de amortização do empréstimo ao BEI, sem aumentar o endividamento com recurso a outras linhas de crédito, uma vez que tem excedente de tesouraria, a redução da dívida tem sido efetiva, pelo que se equaciona o excecionamento da aplicação do indicador no período ou a reformulação das métricas aplicáveis. A situação encontra-se em apreciação pelo que o apuramento foi efetuado sem considerar este indicador.

O indicador da Degradação da Tesouraria de Exploração visa a não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR, ou seja, a empresa deve atingir e manter o equilíbrio do seu ciclo de caixa.

Como já referido, em 2019 a Tejo Atlântico não necessitou aumentar o endividamento e melhorou o PMR. Contudo, decorre das instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2019, que têm como princípio geral o cumprimento das normas constantes da RCM 34/2008, nos n.º 8 e 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, a necessidade de reduzir o PMP mediante a avaliação do prazo verificado no ano anterior.

No caso da Tejo Atlântico, o cumprimento desta disposição legal acarreta a diminuição de 15% do PMP, o qual a Empresa atingiu, o que assenta num pressuposto contrário aquele que está subjacente à aplicação do indicador da Degradação da Tesouraria de Exploração.

Perante tais circunstâncias, a aplicação do indicador em 2019 foi excecionada.

Assim, nos termos previstos no apuramento dos objetivos do mandato, foi efetuada uma distribuição equitativa da ponderação destes indicadores pelos restantes. A avaliação global apurada é de 2,5, o que se traduz num desempenho com objetivos superados.

Da análise aos objetivos não atingidos tem-se que o referente á Reorganização da Empresa de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de ativos não foi atingido, por não ter sido obtida a certificação na norma ISO 55001.

Com o arranque da Tejo Atlântico, em julho de 2017, foram iniciadas as atividades para a conceção, desenvolvimento, configuração e implementação do Sistema de Gestão de Ativos, tendo em vista a implementação da norma ISO 55001 – Sistema de Gestão de Ativos, com o objetivo de usufruir de um instrumento para o alcance do equilíbrio fundamental entre custos, riscos, oportunidades e desempenho, procurando a uniformização das metodologias já existentes e os critérios de Gestão de Ativos já implementados nas extintas sociedades.

Face aos trabalhos desenvolvidos nos últimos anos a Tejo Atlântico sentiu a necessidade de realizar um diagnóstico da situação atual – *Gap Analysis* no que respeita ao grau de cumprimento dos requisitos constantes da norma.

Salienta-se que a Tejo Atlântico já possui as componentes Qualidade e Ambiente do seu Sistema Integrado de Gestão implementadas e certificadas de acordo, respetivamente, com as novas normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015, e considerando que as novas normas da Qualidade, Ambiente e Gestão de Ativos seguem uma estrutura comum – estrutura de alto nível – a análise diagnóstica realizada fez também uma análise de como os requisitos comuns se encontram implementados e como poderão satisfazer os requisitos da NP ISO 55001:2016.

A figura seguinte resume os resultados obtidos no referido diagnóstico.

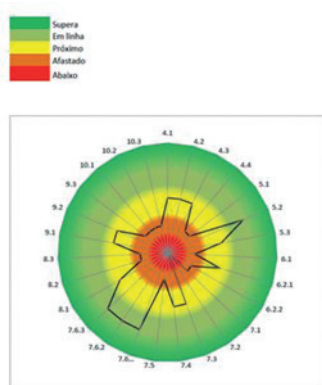


Figura 14 - Resultado Global - *Gap Analysis* - Grau de Cumprimento dos Requisitos da Norma ISO 55 001.

O diagnóstico realizado identificou as principais atividades a complementar, nomeadamente a documentação das orientações de planeamento, construção, operação, manutenção e desativação dos ativos operacionais da Tejo Atlântico e da política e objetivos estratégicos do Sistema de Gestão da Gestão de Ativos, bem como a elaboração do SAMP – *Strategic Asset Management Plan* (Plano Estratégico da Gestão de Ativos), que se prevê estar concluído até ao terceiro trimestre de 2020, integrando assim em pleno o sistema de gestão de ativos no sistema de gestão integrado da Empresa.

A atual limitação de recursos existente justifica o não cumprimento do indicador de gestão da certificação do Sistema de Gestão de Ativos. Com vista a implementação da Norma ISO 55 001 houve por parte da Tejo Atlântico um grande esforço no levantamento patrimonial de todas as infraestruturas e equipamentos existentes, com identificação das principais características e funcionalidades, a par da respetiva etiquetagem. Largas dezenas de milhar de equipamentos foram identificados, correspondentes a 60% do total, estando prevista para 2020 a inventariação de cerca de mais 50 estações elevatórias e 12 ETAR, num total de 62 infraestruturas. Neste contexto, para o desenvolvimento e implementação das atividades identificadas e que condicionam esse cumprimento, em especial a inventariação dos ativos, a sua caracterização e etiquetagem chave para aplicação adequada da norma, é importante que se reforcem os meios humanos e outros recursos necessários para o efeito, recorrendo inclusivamente a apoio externo especializado, de forma a possibilitar atingir os objetivos definidos.

- Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2019 foi aprovado pela Tutela em dezembro de 2018, apresentando-se no Quadro resumo do cumprimento das orientações legais constante do final do presente capítulo as respetivas execuções, tendo por base o documento aprovado.

Da análise aos resultados da execução do ano de 2019 verifica-se que os Princípios Financeiros de Referência considerados no PAO2019 tiveram constrangimentos de diversa ordem, que passamos a explicitar:

Investimento

Pese o grande esforço por parte dos técnicos e dirigentes da empresa na preparação de novos estudos e procedimentos, na resposta aos pedidos de esclarecimento e às exigências das entidades licenciadoras e responsáveis pelas respetivas aprovações, o investimento teve uma execução inferior à do plano previsto para 2019, como consequência de vários fatores, designadamente por:

- Vários procedimentos de empreitada que não receberam propostas, o que obrigou a rever as estimativas orçamentais, solicitação ao concedente e entidade reguladora de novas autorizações e ao relançamento dos procedimentos, motivando como tal um desvio significativo, quase cerca de um ano, na data de consignação;
- Falta de meios e disponibilidades internas, falta de mão de obra especializada, falta de projetistas conhecedores e de prestadores de serviço para a realização dos estudos e projetos e de empreiteiros disponíveis para a realização de obras complexas, muitas delas de remodelação de infraestruturas;
- Morosidade na obtenção de autorizações, pareceres e aprovações por parte das entidades competentes, prévias ao lançamento dos procedimentos;
- O complexo processo de contratação pública que obriga a mais de cem atividades desde o momento da abertura do procedimento até a publicitação da eficácia do contrato, aspeto que condiciona também o prazo e a eficiência da concretização dos investimentos;
- Morosidade na obtenção de licenciamentos na fase de obra (desvios de trânsito, ligações de energia elétrica), que condicionam a data de conclusão das empreitadas;
- Constrangimentos vários associados aos processos de expropriações e servidões necessárias para executar as empreitadas;
- Duas empreitadas cuja realização é coordenada por duas outras entidades sofreram alguns atrasos que condicionaram também o total realizado.

No PAO 2020, propõe-se a admissão de novos técnicos, alguns dos quais para apoio à preparação e realização dos novos investimentos.

EBITDA e GO/VN

A Empresa, apesar do seu curto período de atividade, pois só em 2018 teve o seu primeiro ano de plena atividade sob a sua gestão, prosseguiu em 2019 com o esforço na otimização dos processos no sentido da redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado e de aumento de preços unitários.

A Tejo Atlântico deparou-se com sérios constrangimentos na aquisição de matérias subsidiárias e de serviços, em que os concursos ficam desertos por insuficiência do Preço Base lançado a concurso, que é determinado com base em procedimentos anteriores e com o objetivo de cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo em conta as limitações impostas.

No que respeita à rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, o aumento dos gastos é explicado quer pelo aumento do consumo, quer pelo aumento dos preços unitários dos reagentes. A Empresa tem vindo a deparar-se com um acréscimo nos preços unitários de alguns reagentes químicos.

Têm sido realizados esforços e tem sido demonstrado uma maior eficiência na gestão operacional, que por fatores externos impedem a esperada contrapartida na diminuição dos gastos operacionais.

O aumento dos preços unitários tal como já referido, deve-se a condicionamentos do mercado que inviabilizam a Tejo Atlântico de atingir parte dos objetivos a que se propôs, nomeadamente a diminuição de gastos.

O aumento do consumo de reagentes não resulta de ineficiência operacional da Empresa, mas precisamente no contrário, o de atingir os parâmetros legais estabelecidos pela APA-Agência Portuguesa do Ambiente, cada vez mais exigentes. As exigências colocadas por esta Entidade obrigam a um maior reforço na aplicação de reagentes e a novos investimentos que a Tejo Atlântico está a validar, em consonância com as restantes empresas do Grupo.

Deste modo, o consumo de reagentes está diretamente ligado à qualidade do efluente recebido nas ETAR's para tratamento, situação esta, que decorre também de fatores não controláveis pela Empresa, que consoante a sua composição pode implicar um maior ou menor consumo, assim como a utilização de determinado reagente em detrimento de outro, de acordo com os parâmetros necessários atingir de forma a cumprir as licenças de descarga no meio receptor.

A Empresa viu-se ainda confrontada em finais do 1.º semestre de 2019 com o acréscimo significativo do preço unitário do transporte e tratamento de lamas, em que o valor praticamente duplicou. Esta situação justifica o acréscimo de gastos face a 2018 de 1,6 milhões de euros, e face ao PAO 19 de 2,8 milhões de euros, para a prestação de serviços desta natureza.

Após a não adjudicação de procedimento de Concurso Público Internacional para a celebração de contrato de prestação de serviços de recolha, transporte e envio a destino final de lamas, em virtude de todas as propostas terem sido excluídas por excederem o preço base do concurso, viu-se a Tejo Atlântico obrigada a revogar a decisão de contratar nos termos da lei e abrir procedimento pré-contratual por lotes, para a celebração de contrato da referida prestação de serviços, cujos valores apresentados foram muito superiores aos até então praticados.

A Empresa, através da *holding* e consciente do problema que poderá decorrer desta situação, enviou carta formal à Autoridade da Concorrência, em maio de 2019.

A Tejo Atlântico não tem como não incorrer com este acréscimo de gasto, uma vez que tem de garantir a premente e imprescindível recolha, transporte e encaminhamento das lamas produzidas nas Fábricas de Água para destino final adequado, assegurando assim o cumprimento das licenças de descarga das infraestruturas e consequentemente garantir as condições de saúde pública e qualidade ambiental dos meios receptores.

Com o objetivo de não ficar dependente dos valores de mercado para o custo de transporte e deposição final de lamas, a empresa já iniciou a elaboração de um Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR, que integrado no Plano Estratégico do grupo AdP, tem por objetivo reduzir a produção de lamas em 50% até ao ano de 2023 com aumento da produção de biogás, maior produção interna de energia e melhorar a qualidade das lamas produzidas de modo a poder ter mais alternativas para o seu destino final.

Este plano implicará a execução de novos investimentos e a criação interna de equipas dedicadas de modo a serem reduzidos os gastos associados às lamas em mais de 50%.

A Tejo Atlântico tem vindo a apostar fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores. A sua recente atividade, a "herança" de algumas infraestruturas com um estado avançado de deterioração e o tomar conhecimento no dia-a-dia das necessidades operacionais da Empresa levam necessariamente à realização de gastos não despendidos em anos anteriores.

A recuperação dos défices de manutenção tem sido muito difícil e lento, devido à necessidade de subcontratação da prestação de serviços de manutenção, pois os prestadores têm a dificuldade em contratar no mercado técnicos especializados com capacidades adequadas ao nível de eletricitas, mecânicos e instrumentistas, sendo necessária a aposta na formação interna de jovens, nestas especialidades.

A atualização do Código de Contratação Pública originou um acréscimo significativo das dificuldades de aquisição de bens e serviços, o que se refletiu na execução da despesa de 2018 e que justificou o aumento em 2019.

Em finais de 2018 a AdTA adjudicou uma série de contratos de manutenção, no valor de 12 milhões de euros, e estavam em tramitação procedimentos no valor de 8,5 milhões de euros, adjudicações que apenas no exercício de 2019 e dos anos seguintes se refletirão como gastos e efetivação das melhorias nos equipamentos pretendida com as referidas adjudicações.

Para um serviço de excelência a que a Tejo Atlântico se propõe e que a zona geográfica onde atua assim o exige, o risco de falhas é elevado devido à falta de meios técnicos e humanos, assim como os constrangimentos de não aumento da despesa com eventuais consequências negativas para a imagem da Empresa, para saúde pública, meio ambiente e economia da região.

Pelo exposto, o acréscimo dos gastos com conservação e reparação, com reagentes e com o transporte, tratamento e destino final de lamas, este último pelo agravamento dos preços de mercado, implicaram o aumento dos gastos com efeito negativo na evolução do EBITDA e no cumprimento do rácio GO/VN.

Conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel

Parte do desvio é justificado por um maior consumo de combustível face ao orçamentado para 2019. Aquando da elaboração do PAO para 2019, a Empresa não era ainda detentora de informação detalhada que lhe permitisse uma correta orçamentação dos gastos variáveis com as viaturas da sua frota automóvel, situação devida não só há falta de histórico como também ao facto de ser ter procedido à substituição de várias viaturas no 1.º semestre de 2018, que serviu de base à projeção para 2019.

Na estimativa de fecho de 2019 do Plano de Atividades e Orçamento de 2020, os valores estimados encontram-se alinhados com os reais.

Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

A Empresa, tal como já havia previsto na estimativa de 2019 para o PAO de 2020, teve necessidade de incorrer com a realização de estudos e pareceres. As adjudicações destes serviços, pela sua natureza são classificados como fornecimentos e serviços externos por à data não se ter a certeza que os meus possam vir reverter a natureza de investimento, de acordo com as políticas contabilísticas adotadas.

2) GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da Tejo Atlântico estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros da Tejo Atlântico procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela AdP SGPS.

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	7 898 592	8 178 038	9 766 285
Taxa média de financiamento (%)	3,5%	3,5%	4,0%

3) LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO, NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º I DO ARTIGO 58.º DA LEI N.º 71/2018, DE 31 DE DEZEMBRO (LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2019, APURADOS NOS TERMOS DA FÓRMULA DISPOSTA NO N.º 4 DO ARTIGO 159.º DO DECRETO-LEI N.º 84/2019 DE 28 DE JUNHO (DLEO2019))

Passivo remunerado	2019	2018	Variação 2019/2018	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	223 289 326	231 237 186	7 947 860	-3%
- dos quais concedidos pela DGFT	-	-	-	-
Aumentos de capital por dotação	-	-	-	-
Aumentos de capital por conversão de créditos	-	-	-	-
Endividamento ajustado	-	-	-	-
Novos investimentos	0			

4) EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) A FORNECEDORES, EM CONFORMIDADE COM A RCM N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS"), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO

PMP	2019	2018	Variação 19/18	
			Valor	%
Prazo (dias)	48	58	10	21%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição:

Dívidas Vencidas	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	Valor (€) 0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	3 556 457,56	44 842,59	44 002,42	31 467,10	72 269,79
Aq. de Capital	1 654 053,38	0,00	4 616,40	6 122,00	31 256,96
Total	5 210 510,94	44 842,59	48 618,82	37 589,10	103 526,75

Os valores apresentados em dívida a mais de um ano, correspondem na sua quase totalidade a situações de litígio, insolvência e penhoras, no âmbito de contratos de empreitada.

5) DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Na aprovação das contas do exercício de 2018 não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2019, tendo sido dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6) REMUNERAÇÕES

A Tejo Atlântico deu cumprimento a todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 253-A/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE);
- Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO).

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro Resumo no final do capítulo, apresentando-se a restante informação conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019 – Ofício Circular SAI_DGTF/2020/770, de 11 de março de 2020.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2017 - 2019	Presidente	Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca	575,00	-
2017 - 2019	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	470,00	-
2017 - 2019	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375,00	-
				-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Sim/ Não	OPRLO		N.º de Mandatos
			Forma	Data		Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017 - 2019	Presidente executivo	António Alberto Corte-Real Frazão	AG	28/04/2017	Não	-	-	1
2017 - 2019	Vogal executivo	Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	AG	28/04/2017	Não	-	-	1
2017 - 2019	Vogal executivo	Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	AG	28/04/2017	Não	-	-	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Nuno Rafael da Conceição Brôco	AG	28/04/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	José Manuel da Costa Baptista Alves	AG	28/04/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1
2017 - 2019	Vogal não executivo	Armando Jorge Paulino Domingos	AG	04/08/2017	n.a.	n.a.	n.a.	1

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Nuno Rafael da Conceição Brôco	AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Diretor de Engenharia	Privado
Armando Jorge Paulino Domingos	Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Presidente da Junta de Freguesia de Encosta do Sol	Público

Membro do CA	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	EGP	
			Vencimento mensal	Remuneração mensal bruta (€) Despesas Representação
António Alberto Corte-Real Frazão	S	B	4 864,34	1 945,74
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	S	B	3 891,47	1 556,59
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	B	3 891,47	1 556,59
Nuno Rafael da Conceição Brôco	S	a)	-	-
José Manuel da Costa Baptista Alves	S	a)	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	S	a)	-	-

a) Os Administradores não executivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com a Ata da Comissão de Vencimentos de 8 de maio de 2017

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
António Alberto Corte-Real Frazão	91 347,31	0,00	91 347,31	4 567,37	86 779,94
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	73 077,75	0,00	73 077,75	3 653,89	69 423,86
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	73 077,75	0,00	73 077,75	3 653,89	69 423,86
Nuno Rafael da Conceição Brôco	-	-	-	-	-
José Manuel da Costa Baptista Alves	-	-	-	-	-
Armando Jorge Paulino Domingos	-	-	-	-	-
			237 502,80	11 875,15	225 627,66

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
António Alberto Corte-Real Frazão	7,14	1 834,14	SS	21 375,60	928,97	1 151,52	-	-
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	7,14	2 119,44	CGA	17 263,38	928,97	1 585,33	-	-
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	7,14	2 112,27	SS	17 263,36	1 287,76	1 585,33	-	-
	21,42	6 065,85	-	55 902,34	3 145,70	4 322,18	-	-

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
António Alberto Corte-Real Frazão	S	S	34 724,17	AOV	2018	2022	433,01	5 196,12	30
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	S	S	35 400,19	AOV	2018	2022	425,83	5 109,96	30
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	S	S	35 400,19	AOV	2018	2022	460,18	5 522,16	30
								15 828,24	

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
António Alberto Corte-Real Frazão	605,89	1 556,04	106,46	Refeições	496,60	2 764,99
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	271,08	70,00	9,74	Refeições	37,90	388,72
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	793,16	726,79	703,86	Refeições	191,25	2 415,06
	1 670,13	2 352,83	820,06		725,75	5 568,77

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

CONSELHO FISCAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2017 - 2019	Presidente	Armando José de Sousa Resende	AG	28/04/2017	1362,01	1
2017 - 2019	Vogal	Catarina Alexandra Carvalho Fins (*)	AG	07/11/2018	1021,51	1
2017 - 2019	Vogal	Carlos Manuel Antunes Bernardes	AG	28/04/2017	1021,51	1
2017 - 2019	Suplente	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	AG	28/04/2017	1021,51	1

(*) Designada em Assembleia Geral (AG) em 7 de novembro de 2018

Membro do Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Armando José de Sousa Resende	19 068,15	953,41	18 114,74
Catarina Alexandra Carvalho Fins	14 300,78	715,04	13 585,74
Carlos Manuel Antunes Bernardes	-	-	-
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	-	-	-
		1 668,45	31 700,48

REVISOR OFICIAL DE CONTAS - ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade	
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (I)	Data			Data do Contrato
2017 - 2019	Efetivo ¹	Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.	178	20161480	AG	28/04/2017	28/04/2017	10	2
2017 - 2019	Efetivo SROC ¹	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20161480	AG	28/04/2017	28/04/2017	10	2
2017 - 2019	Suplente SROC ¹	Rui Abel Serra Martins	1119	20161480	AG	28/04/2017	28/04/2017	10	2
2019 - 2021	Efetivo	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A.	183	20161485	AG	05/04/2019	02/08/2019	1	1
2019 - 2021	Efetivo SROC	João Rui Fernandes Ramos	1333	20160943	AG	05/04/2019	02/08/2019	1	1
2019 - 2021	Efetivo SROC	Jorge Manuel Santos Costa	847	20160471	AG	05/04/2019	02/08/2019	1	1
2019 - 2021	Suplente SROC	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	02/08/2019	1	1

¹ Em funções até 04/04/2019

Revisor Oficial de Contas	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A.	11 205,00	-	11 205,00	-	-	-	-

7) APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Alberto Corte-Real Frazão	80,00	279,14	-
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	80,00	235,84	-
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	80,00	233,86	-
		748,84	

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
António Alberto Corte-Real Frazão	486,44	869,09	278,55	1 147,64	
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira	389,15	1 188,50	262,50	1 451,00	
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira	389,15	1 475,49	516,00	1 991,49	
				4 590,13	

8) APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E DO ARTIGO 11.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A Tejo Atlântico dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

9) ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Tejo Atlântico promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens.

10) ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO CONFORME O DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Tejo Atlântico procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Tejo Atlântico e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

11) CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

Para além do trabalho exaustivo de preparação dos Manuais de Contratação e de Compras da AdP, para os quais a Tejo Atlântico contribuiu ativamente, por se considerar uma prática potenciada pelos princípios da qualidade e transparência, continuaram a ser trabalhados e desenvolvidos, na Tejo Atlântico, ao longo de todo o ano de 2019, documentos para suporte à contratação pública, nomeadamente documentos modelo para a elaboração de informações de abertura de procedimentos, peças de concurso e relatórios de análise de propostas bem como de fluxogramas de todo o processo aquisitivo, passo a passo, com identificação do papel de cada um dos intervenientes.

Paralelamente, foi desenvolvida e implementada toda uma arquitetura em gestão documental de todo o processo aquisitivo por forma a garantir a arrumação, o fácil acesso a todas as evidências e a uma completa aferição de todos os procedimentos de contratação.

A Tejo Atlântico conta com um grupo de trabalho interno que identifica e avalia globalmente as práticas preconizadas e implementadas na estrutura organizativa e funcional da empresa, procedendo com regularidade a revisões e propostas de melhorias sobre os mesmos, tendo a última ocorrido em 27 de Novembro de 2019.

Relativamente a contratos de valor superior a cinco milhões de euros temos os contratos decorrentes do Concurso Público Internacional - TA_19_098_CI_S_004_DOP - Prestação de Serviços de Recolha Transporte e envio a Destino Final de Lamas de Fábricas de Água Produzidas na Águas do Tejo Atlântico, por Lotes, com o anúncio em DR. 5063/2019, com o Preço base Global de 21.323.282,00€ e que obteve visto do Tribunal de Contas já em 21 de janeiro de 2020.

12) MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13) MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO ARTIGO 158.º DO DLEO 2019, JUSTIFICANDO DETALHADAMENTE O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS.

A Tejo Atlântico reduziu o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando o indicador e respetivas justificações no quadro resumo do cumprimento das orientações legais. O quadro seguinte apresenta a execução alcançada em 2018.

PRC	2019 Exec.	2019 Orç.	2018 Exec.	2017 Exec.	2018/2019	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA ajustado	41 458 093,55	44 145 587,11	43 634 045,68	40 902 897,00	2 175 952,13	5,2%
(1) CMVMC	3 132 269,83	2 819 539,11	2 822 533,85	2 392 087,66	309 735,98	9,9%
(2) FSE	27 502 499,66	24 748 786,90	25 573 175,30	26 445 037,38	1 929 324,36	7,0%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos	10 842 321,59	11 298 745,29	10 089 824,50	11 112 596,77	752 497,09	6,9%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	41 477 091,08	38 867 071,30	38 485 533,65	39 949 721,81	2 991 557,43	7,2%
(5) Volume de negócios (VN)	83 215 482,86	83 167 983,38	82 263 817,07	79 109 645,11	951 665,79	1,1%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	50%	47%	47%	50%	3,1%	6,1%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	123 750,68	85 584,29	136 850,95	85 996,43	13 100,27	10,6%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	9 105,81	12 175,68	9 619,55	6 688,83	513,74	5,6%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	756 693,69	740 794,23	754 710,41	955 135,00	1 983,28	0,3%
Total = (i) + (ii) + (iii)	889 550	838 554	901 181	1 047 820	11 631	1,3%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	105 073	17 520	17 526	38 281	87 546,66	83,3%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	377	378	370	362	7	1,9%
N.º Órgãos Sociais (OS)*	9	10	9	10	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	6	6	6	6	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	363	362	357	349	6	1,7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	61	60	60	58	1	1,7%
N.º de viaturas	144	147	144	143	0	0,0%

(*) O n.º de Órgãos Sociais corresponde aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

14) CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA – INDICAÇÃO DO MODO COMO FOI DADO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO N.º7 DO ARTIGO 49º DO DLEO 2019

Até Julho de 2019, a Tejo Atlântico, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consistiam em estudos, pareceres, projetos e consultorias, em cada informação de início de procedimento de contratação pública, sempre justificou e demonstrou que não tinha capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas.

De igual modo, nos aludidos modelos de informação de início de procedimento, atendendo ao quadro legal então vigente, inseriu um ponto relativo a informação de cumprimento de formalidades legais prévias, no qual se evidenciaram sempre as consultas promovidas à PARPÚBLICA e nas quais se deixava claro o resultado das mesmas, viabilizando assim a decisão de contratar nos termos formulados nas referidas informações. Deste modo, previamente à decisão de contratar, foi sempre dado cumprimento às consultas à PARPÚBLICA.

Após a publicação do DLEO 2019, em 28 de junho, sobre a manutenção de tal obrigação foi entendido que:

- A contratação nas Empresas do Setor Empresarial do Estado que não sejam EPR e, portanto, na Tejo Atlântico, de aquisição de bens e serviços em geral, não está sujeita à disciplina constante do artigo 60º da Lei do OE/2019, visto tal artigo lhe não ser aplicável por força do disposto no n.º2 do artigo 47º do Dec. Lei de execução do OE/2019 (Dec. Lei 84/2019, de 28/06);
- À contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em geral pelas mesmas Empresas, não é, também, aplicável o disposto no artigo 48º do referido Dec. Lei 84/2019, de execução do OE/2019, por força do disposto no seu n.º9, nem, consequentemente, o artigo 61º da Lei do OE/2019, a que o referido artigo se reporta;
- A contratação pelas Empresas em causa, em que se inclui a Tejo Atlântico, de estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria em geral, incluindo a representação judiciária e o mando forense, que não incidam em matéria económico-financeira ou jurídica, de natureza iminentemente estratégica, como sejam os relativos a operações de reestruturações, fusões e aquisições, alienação

de participações ou de ativos e à relação com entidades da União Europeia ou outras instituições Europeias, não está sujeita à solicitação prévia à PARPÚBLICA, a que se refere o nº2 do artigo 49º do DL de execução do OE/2019, (Dec. Lei nº84/2019, de 28/06), mas sim e apenas à verificação e satisfação das condições/condicionalismos referidos no nº1 do mesmo artigo, como decorre da conjugação dos dois referidos números e ainda dos nºs 3 e 4 do mesmo artigo 49º.

O acabado de expor não dispensa:

- a) A comunicação posterior da contratação de prestação de serviços jurídicos ao JURIS APP, nos termos da alínea b) do nº4 do artigo 18º do Dec. Lei nº149/2014 de 06/12 conforme dispõe o nº8 do artigo 49º do Dec. Lei nº84/2019, de 28/06;
- b) A obrigatoriedade de respeitar o rácio dos gastos operacionais das Empresas em causa, logo também da Tejo Atlântico, a que se refere o artigo 57º da Lei do OE/2019 e o artigo 158º do referido Dec. Lei do nº84/2019, execução do OE/2019, que determina que tal rácio/gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores aos do ano de 2018.

Em face do exposto, a Tejo Atlântico cumpriu os deveres, enquanto Empresa do Setor Empresarial do Estado, no que a estas matérias concerne.

15) PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013 DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 141.º DA LOE2019 E ARTIGO 115.º DO DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constituiu-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido, acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;

- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário, tendo sido assinada em 2019 uma nova linha de financiamento com o BEI de 200 milhões de euros a 25 anos destinada à compra de créditos municipais;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, a Empresa deposita os seus excedentes de tesouraria junto do IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para esta entidade.

	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BST	5 000,00	8 000,00	7 965,48	7 943,86
BPI	4 667 054,89	1 749 728,38	1 009 691,28	389 844,32
CGD	725 481,94	179 790,54	438 092,82	500 970,11
Novo Banco	309 709,08	217 108,61	253 285,50	319 409,24
Bankinter	444 420,12	134 576,82	134 576,82	197 134,78
BBV	4 998,34	4 998,34	4 561,68	3 790,11
BCP	825,00	773,00	720,60	668,20
Total	6 157 489,37	2 294 975,69	1 848 894,18	1 419 760,62
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

16) DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPETIVO RESULTADO

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas foram implementadas medidas destinadas a garantir o cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e a monitorização da execução contratual, com especial relevo para a promoção de ações de formação, para a divulgação de esclarecimentos sobre a interpretação e a aplicação da legislação vigente e para o reforço dos mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação pública.

17) INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRAVA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 NO SÍTIO DA INTERNET DO SEE (PORTAL DA DGTF)

Conforme orientações da DGTF a Tejo Atlântico não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Quadro Resumo do cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação, apresenta-se de seguida o quadro resumo do cumprimento das obrigações legais:

Cumprimento das Orientações legais - 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Eficiência de Gestão (PRC)	S	17,8%	-
Limite ao Endividamento	-	n.a.	-
Dívida Comercial de Devedores Municipais (DCDM)	S	20,7%	-
Degradação da Tesouraria de Exploração (DTE)	N.A.	-	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Rentabilidade (RCI)	S	229,6%	-
Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	S	97,8%	-
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	S	Certificado	-
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	N	Não certificado	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Indicador PEPE (RCEE)	S	100,0%	-
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	S	-2 dias	-
Metas a Atingir constantes no PAO 2019			
Princípios Financeiros de Referência			
Investimento	N	-19 602 121,76 €	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Endividamento	S	-3%	Cumprimento limites legais de endividamento
EBITDA	N	-2 687 493,56 €	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
EBIT	N	-2 677 980,54 €	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Gastos operacionais / Volume de negócios	N	3%	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	N	50 995,98 €	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	N	87 552,54 €	Ponto I do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
N.º de viaturas	S	144	A Empresa tem ainda por adquirir 3 viaturas face ao aprovado no PAO2019
Gastos com pessoal	S	-456 423,70 €	Menores gastos face ao orçamentado

Cumprimento das Orientações legais - 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	-	
Gestão do Risco Financeiro	S	3%	
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.	-	
Evolução do PMP a fornecedores	S	0%	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	234 577,26 €	Ponto 4 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	-	Não foram emitidas recomendações
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S	-	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019	S	11 875,15 €	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S	1 668,45 €	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)	N.A.	-	A Empresa não tem Auditor Externo
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	-	
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N	-	Ponto 9 do capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	-	https://aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	-	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	-	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Submetido 1 contrato no valor de 21,3 milhões de euros	
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendações	N.A.	-	
Parque Automóvel			
Número de viaturas	S	Real 2019: 144 PAO 2019: 147	A Empresa tem ainda por adquirir 3 viaturas face ao aprovado no PAO2019
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ponto 13 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	S		Ponto 14 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	81 586 066 €	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	1 419 761 €	Ponto 15 capítulo "Cumprimento das orientações legais"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	0,00 €	

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro que altera o Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março que aprova o novo estatuto do gestor público, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2019.

2. ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público e os Estatutos da Sociedade determinam, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhamos com as limitações decorrentes da qualidade de administradores não executivos, a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo o nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

Tanto quanto é do nosso conhecimento, as Contas reportadas a 31 de dezembro de 2019, cumprem, em termos gerais, o quadro normativo para as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

3. PARECER

No âmbito da atividade desenvolvida e do acompanhamento efetuado até à presente data, nada chegou ao nosso conhecimento que impeça uma manifestação positiva do desempenho global dos administradores executivos.

Mais declaram os Administradores não Executivos, José Manuel da Costa Baptista Alves e Armando Jorge Paulino Domingos, que a sua apreciação se encontra limitada pela ausência de meios próprios afetos aos Administradores não executivos eleitos sob proposta dos Municípios acionistas.

Lisboa, 16 de março de 2020

Os Administradores não Executivos,



Nuno Rafael da Conceição Brôco



José Manuel da Costa Baptista Alves



Armando Jorge Paulino Domingos

[página em branco]

PERSPETIVAS FUTURAS

Para o ano de 2020 as perspetivas são de diversa ordem, designadamente:

- Dar continuidade à implantação da marca Tejo Atlântico e a sua estratégia de comunicação, assente no conceito de Fábricas de Água e seus subprodutos, através de ações, campanhas e interações sociais *on-line* e *off-line*;
- Destacar a ligação das Fábricas de Água com o contributo sustentável para o desenvolvimento da sustentável da Economia Circular, da Indústria 4.0 e da Sociedade 5.0;
- Reforçar a afirmação da marca água+ por forma a promover o seu uso em consumos não potáveis nos municípios da região servida, no âmbito da Economia Circular;
- Desenvolver o produto BioLamas+ com o objetivo de integrar os ciclos produtivos na agricultura;
- Beneficiar e atualizar as plataformas eletrónicas, nomeadamente, o site externo e o portal interno;
- Reforçar a presença e a notoriedade nas plataformas de social media;
- Melhorar a relação de confiança com os órgãos de comunicação social, regionais e nacionais;
- Consolidar o espírito de equipa dos colaboradores da Tejo Atlântico, aposta no bem-estar dos colaboradores e na felicidade organizacional;
- Reforçar a aposta na educação ambiental, nomeadamente, recorrendo ao Centro de Educação Ambiental da empresa e nas ações em parceria com os municípios servidos, bem como, no desenvolvimento relacional direto com as comunidades servidas;
- Dar continuidade aos projetos e estudos de I&D e Inovação que se encontram em curso, nomeadamente dar continuidade às atividades associadas e implementação de medidas e ao reforço das relações de cooperação com universidades e empresas;
- Realizar novas candidaturas a programas de financiamento de projetos de I&D+I e fomentar uma maior cultura de inovação através da implementação de projetos de I&D+I internos com participação de diversos colaboradores. Pretende-se ainda constituir o centro de inovação da Tejo Atlântico de forma a potenciar toda a atividade relativa à Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
- Efetuar as transições para as novas normas ISO 50001:2018 (Energia) e ISO 45001:2018 (Segurança), bem como o alargamento do âmbito da certificação em Segurança atingindo os 100% de infraestruturas certificadas em 2021 e a implementação e certificação pela norma ISO 55001 (Gestão de Ativos);
- Implementar uma cultura de segurança consistente e perfeitamente enraizada em toda a estrutura organizacional, com o desenvolvimento de ações concretas no âmbito da segurança do trabalho, continuam a fazer parte integrante da estratégia de envolvimento e responsabilidade de todos.
- Manter o foco na prevenção de acidentes de trabalho, com continuação no investimento ao nível das condições de segurança das instalações e em outras medidas mitigadoras, como recurso a processos de trabalho menos manuais, assim como aposta na sensibilização e formação em segurança baseada também nos comportamentos individuais e de equipa;
- Dar continuidade à adoção de boas práticas no campo da igualdade de género e oportunidade e da conciliação da vida pessoal e profissional prevendo-se a curto prazo o arranque da implementação da respetiva norma e a certificação pela mesma
- Desenvolver e implementar práticas internas tendentes à execução do contrato público;
- Continuar o desenvolvimento conceptual de sistemas de simplificação e flexibilização de procedimentos internos na contratação pública;
- Densificar práticas internas tendentes à salvaguarda de todas as matérias referentes à regulação;
- Diminuir as interrupções de serviço, em número, em tempo e em volume;
- Aumentar o uso sustentável:
 - Da energia (aumentar a produção e diminuir o consumo);
 - Da água (aumentar o consumo interno de água+ e diminuir o consumo de água potável);
- Criar um produto (Biosólidos) a partir das lamas e diversificar o seu destino final;
- Criar unidade de "Indústria" para gerir os clientes industriais diretos e indiretos (via município) e dar suporte técnico aos Municípios com tecido industrial;
- (O)dores, melhorar os sistemas de ventilação e de tratamento, com objetivo de reduzir as queixas;

- Implementar metodologias de análise e otimização da atividade operacional, através de novas ferramentas, o DATA+;
- Reorganizar a manutenção eletromecânica e promover o arranque consistente do projeto de manutenção preventiva;
- Evoluir para o Aquaman *on-line* e novo *workflow* de PT e OT destinado a permitir o registo em tempo real do ponto de situação dos trabalhos (informação em tempo real e possibilidade de cálculo de indicadores de desempenho, efetivos);
- Em 2020 terminam grande parte dos contratos de aquisição de bens e serviços de “primeira geração”, pelo que será necessário um esforço importante para relançamento de novos procedimentos, mais robustos e mais adequados às necessidades. Tendo em consideração que os meios humanos disponíveis são, manifestamente, insuficientes face às necessidades (essencialmente para o trabalho da manutenção preventiva, da conformidade legal, da contratação e da construção civil), irão ser desenvolvidos processos para contratação de prestações de serviço capazes de satisfazer aquelas necessidades;
- Obtenção da transição da acreditação para o novo referencial normativo NP EN ISO IEC 17025:2018;
- Expandir a base de dados *InLabLims Aqua* para a unidade de Santa Cruz e a disponibilização para toda a Tejo Atlântico a partir do portal web de resultados de toda a informação analítica produzida e gerida a partir do laboratório;
- Dar início ao funcionamento da base de dados de gestão de *Stocks* (*InLABStocks*), com utilização por parte das equipas de Beirolas e Frielas;
- Validar o sistema de automatização para o ensaio de CBO5 e a sua proposta para auditoria;
- Dar continuidade à consolidação dos processos relativos à contabilidade analítica em que se pretende a definição de ciclos de rateio, de forma a distribuir os gastos operacionais pelos vários objetos analíticos, que venham a permitir análises mais fiáveis do desempenho da Empresa;
- Consolidar a desburocratização, uniformização e automatização de alguns processos, que venham a permitir diminuir o consumo de papel, a transparência e a fiabilidade da informação, designadamente, a implementação do SAP Viagens e o arranque da faturação eletrónica;
- Ampliar o serviço *Help Desk* ao apoio administrativo;
- Implementar a plataforma de apoio à contratação e monitorização dos processos de contratação “*SMART SHOP*”;
- Adotar medidas de gestão da frota e Eco Condução com vista a uma maior redução de consumos de combustíveis de origem fóssil, implementando a partilha de viaturas e viagens, com a disponibilização de uma App eficiente e *friendly*;
- Incrementar medidas de limpeza e desinfeção de instalações operacionais e administrativas e melhoria das atuais condições existentes em todas as copas e balneários;
- Promover o desenvolvimento das Pessoas, mediante ações de formação focadas no core-business da empresa e na promoção do bem-estar e formativo, profissional e pessoalmente;
- Consolidar o acompanhamento das Pessoas, com estratégia adequada ao atual Mapa da Tejo Atlântico, com ações ao nível do acolhimento, percurso de vida pessoal e profissional, acompanhamento médico e nas ações de preparação do período de pré-reforma, conscientes que estamos do evoluir da idade média do nosso Quadro de Pessoal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com satisfação que o Conselho de Administração encerra o terceiro ano civil de atividade da Águas do Tejo Atlântico.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a Tejo Atlântico honrasse a sua missão e cumprisse os seus objetivos de bem servir.

A todos os Colaboradores da Tejo Atlântico cujo empenho, esforço, dedicação e profissionalismo constituíram a base do sucesso alcançado pela Empresa, num cenário de exigência, em que tiveram de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

Por outro lado e não menos importante, gostaríamos de manifestar o nosso profundo reconhecimento:

- Ao Senhor Ministro do Ambiente, à Senhora Secretária de Estado do Ambiente e à sua equipa Ministerial pelo interesse e apoio sempre manifestados;
- À Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pela importante colaboração prestada;
- Aos Acionistas Águas de Portugal e Municípios, pelas orientações recebidas e pelo empenho, confiança e apoio patenteados, aos respetivos Dirigentes e técnicos cuja colaboração foi muito importante para o crescimento da Águas do Tejo Atlântico;
- Aos Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor, pela forma como acompanharam a atividade da Tejo Atlântico;
- Às Entidades Gestoras do serviço de saneamento operando na área geográfica de intervenção da Tejo Atlântico, pelo bom relacionamento e boa articulação técnica evidenciados;
- Aos Prestadores de serviços, Consultores, Fornecedores, Projetistas, Empreiteiros e demais Organizações que trabalharam com a Tejo Atlântico e cuja atividade concorreu para o bom desempenho da Empresa;
- De uma forma geral, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da Empresa, para que pudessem ser alcançados os objetivos definidos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Águas do Tejo Atlântico, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante de 4 277 855,44 € (quatro milhões, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 213 892,77 € (duzentos e treze mil, oitocentos e noventa e dois euros e sessenta e sete cêntimos), para constituição da Reserva Legal;
- 4 063 962,67 € (quatro milhões, sessenta e três mil novecentos e sessenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos), para distribuição de Dividendos.

ANEXO AO RELATÓRIO

Nos termos do n.º4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2019:

	Total de Ações Subscritas (n.º)	Capital Subscrito		Capital Social Realizado
		Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	57 538 912	50,68%	57 538 912 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	2 921	0,003%	2 921 €
Alcobaça	899 856	899 856	0,79%	899 856 €
Alenquer	384 003	384 003	0,34%	384 003 €
Amadora	6 458 431	6 458 431	5,69%	6 458 431 €
Arruda dos Vinhos	55 542	55 542	0,05%	55 542 €
Azambuja	346 735	346 735	0,31%	346 735 €
Bombarral	107 998	107 998	0,10%	107 998 €
Cadaval	123 253	123 253	0,11%	123 253 €
Caldas da Rainha	614 244	614 244	0,54%	614 244 €
Lisboa	20 866 618	20 866 618	18,38%	20 866 618 €
Loures	8 284 708	8 284 708	7,30%	8 284 708 €
Lourinhã	302 165	302 165	0,27%	302 165 €
Nazaré	273 724	273 724	0,24%	273 724 €
Óbidos	131 237	131 237	0,12%	131 237 €
Odivelas	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Oeiras	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Peniche	386 004	386 004	0,34%	386 004 €
Rio Maior	183 768	183 768	0,16%	183 768 €
Sintra	3 936 998	3 936 998	3,47%	3 936 998 €
Sobral de Monte Agraço	57 438	57 438	0,05%	57 438 €
Torres Vedras	711 623	711 623	0,63%	711 623 €
Vila Franca de Xira	2 881 638	2 881 638	2,54%	2 881 638 €
Ações próprias da sociedade	2 521 433	2 521 433	2,22%	2 521 433 €
Total	113 527 680	113 527 680	100,00%	113 527 680 €

[página em branco]

AS CONTAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019

ÍNDICE

Demonstração da posição financeira	105
Demonstração dos resultados por naturezas	106
Demonstração do rendimento integral	107
Demonstração das variações do capital próprio	108
Demonstração dos fluxos de caixa	109
Notas às demonstrações financeiras	110
1. Informação geral	110
1.1. Introdução	110
1.2. Atividade económica	111
1.3. O exercício de 2019 da Águas do Tejo Atlântico	111
1.4 Estratégia	112
1.5 Aprovação das demonstrações financeiras	113
2. Políticas contabilísticas	113
2.1 Bases de apresentação	113
2.2 Atividade regulada	119
2.4 Ativos fixos tangíveis	122
2.5 Ativos intangíveis	123
2.6 Locações	123
2.7 Instrumentos financeiros	126
2.8 Inventários	129
2.9 Caixa e equivalentes de caixa	129
2.10 Imparidade	129
2.11 Capital	130
2.12 Dividendos a pagar	130
2.13 Subsídios do governo	130
2.14 Provisões, ativos e passivos contingentes	130
2.15 Imposto sobre o rendimento	131
2.16 Rédito de contratos com clientes	131
2.17 Trabalhos para a própria entidade	132
2.18 Gastos e perdas	132
2.19 Eventos subsequentes	132
3. Políticas de gestão do risco financeiro	132
3.1 Fatores de risco	132
3.2 Risco de mercado	132
3.3 Risco de liquidez e de capital	133
3.4 Risco de crédito	134
3.5 Risco de exploração	135
4. Estimativas e julgamentos	135
4.1 Provisões	135
4.2 Ativos tangíveis, intangíveis e ativos sob direito de uso	136
4.3 Imparidade de contas a receber	136
4.4 Estimativa de impostos e impostos diferidos	136

4.5 Desvio de recuperação de Gastos	136
5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9	138
5.1 Classificação dos ativos e passivos financeiros de acordo com o IFRS 9	138
6. Ativos intangíveis	138
6.1 Movimentos do período	139
7. Ativos fixos tangíveis	140
7.1 Movimentos do exercício	140
8. Ativos sob direito de uso	140
8.1 Movimentos do exercício	140
9. Investimentos financeiros	140
10. Impostos diferidos	140
11. Desvio tarifário	142
12. Clientes e outros ativos não correntes	143
12.1 Clientes municipais por data de vencimento	144
12.2 Clientes municipais por natureza dos saldos	145
12.3 Perdas por imparidade de clientes	145
13. Inventários	146
14. Estado e outros entes públicos	146
15. Outros ativos correntes	146
16. Apoio de tesouraria à AdP, S.G.P.S., S.A.	147
17. Caixa e seus equivalentes	147
18. Capital próprio	147
18.1 Movimentos do ano	147
18.2 Acionistas	148
18.3 Resultado líquido por ação	148
19. Empréstimos	149
19.1 Empréstimos por maturidade	149
19.2 Empréstimos por tipo de taxa e maturidade	149
20. Passivos por locação	150
21. Fornecedores e outros passivos não correntes	150
22. Acréscimo de gastos de investimento contratual	150
22.1 Movimentos do período	150
23. Subsídios ao investimento	150
23.1 Movimentos do período	151
24. Fornecedores	151
25. Outros passivos correntes	151
26. Imposto sobre o rendimento do exercício	152
26.1 Imposto sobre o rendimento a pagar	152
26.2 Imposto sobre o rendimento do exercício	152
26.3 Reconciliação da taxa efetiva do imposto sobre o rendimento	152
27. Vendas e prestação de serviços	153
27.1 Vendas e prestação de serviços por cliente e natureza	153

28. Serviços de construção – IFRIC 12 (rédito e gasto)	154
29. Custo das vendas/variação dos inventários	154
30. Fornecimentos e serviços externos	154
31. Gastos com pessoal	155
31.1 Número de colaboradores	155
32. Amortizações, depreciações e reversões do exercício	155
33. Provisões e reversões do exercício	156
34. Perdas por imparidade e reversões do exercício	156
35. Subsídios à exploração	156
36. Outros gastos e perdas operacionais	156
36.1 Impostos e taxas	156
37. Outros rendimentos e ganhos operacionais	157
38. Gastos financeiros	157
39. Rendimentos financeiros	157
40. Saldos e transações com entidades relacionadas	158
41. Remuneração acionista	159
42. Ativos e passivos contingentes	160
42.1 Contrato de concessão	160
42.2 Processos judiciais em curso	161
42.3 Garantias	162
43. Honorários de auditoria e de revisão legal de contas	162
44. Informações exigidas por diplomas legais	162
45. Informação sobre matérias ambientais	162
46. Eventos subsequentes	162
Certificação Legal de Contas	164
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	170

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	447 216 089	456 008 585
Ativos fixos tangíveis	7	204 994	204 965
Ativos sob direito de uso	8	1 091 347	0
Investimentos financeiros	9	6 543	8 447 407
Impostos diferidos ativos	10	53 225 548	52 856 750
Desvio tarifário ativo	11	13 794 402	26 877 539
Clientes e outros ativos não correntes	12	771 226	1 419 739
Total dos ativos não correntes		516 310 149	545 814 986
Ativos correntes			
Inventários	13	1 674 849	410 608
Clientes	12	12 444 322	17 463 761
Estado e outros entes públicos	14	1 393 462	716 553
Imposto sobre o rendimento do exercício		0	251 363
Outros ativos correntes	15	1 619 400	3 142 049
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	16	14 000 000	40 600 000
Caixa e seus equivalentes	17	81 614 386	42 260 556
Total dos ativos correntes		112 746 419	104 844 891
Total do ativo		629 056 568	650 659 877
Capital próprio			
Capital social	18	113 527 680	113 527 680
Ações próprias	18	(2 521 433)	(2 521 433)
Reservas e outros ajustamentos	18	619 390	343 989
Resultados transitados	18	0	371 812
Resultado líquido do exercício	18	4 277 855	5 508 013
Total do capital próprio		115 903 492	117 230 061
Passivos não correntes			
Empréstimos	19	212 066 489	222 086 899
Passivos por locação	20	709 540	0
Fornecedores e outros passivos não correntes	21	658 821	0
Impostos diferidos passivos	10	20 685 014	24 606 287
Acréscimos de gastos de investimento contratual	22	122 001 505	125 248 320
Subsídios ao investimento	23	130 369 310	134 947 970
Total dos passivos não correntes		486 490 680	506 889 476
Passivos correntes			
Empréstimos	19	10 117 197	9 150 287
Passivos por locação	20	396 099	0
Fornecedores	24	6 635 424	6 920 227
Outros passivos correntes	25	5 804 686	5 876 290
Imposto sobre o rendimento do exercício a pagar	26	593 058	1 073 327
Estado e outros entes públicos	14	3 115 933	3 520 208
Total dos passivos correntes		26 662 396	26 540 339
Total do passivo		513 153 076	533 429 816
Total do passivo e do capital próprio		629 056 568	650 659 877

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Broco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Vendas	27	29 831	32 278
Prestações de serviços	27	83 185 652	82 231 539
Défice/Superavit tarifário de recuperação gastos	11	(13 083 138)	(14 098 374)
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	28	14 664 288	9 138 876
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	28	(14 664 288)	(9 138 876)
Custo das vendas/variação dos inventários	29	(3 132 270)	(2 822 534)
Fornecimentos e serviços externos	30	(27 502 500)	(25 573 175)
Gastos com pessoal	31	(10 842 322)	(10 089 825)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	32	(20 344 758)	(19 938 085)
Provisões e reversões do exercício	33	-	16 218
Perdas por imparidade e reversões do exercício	34	7.371	(4 670)
Subsídios ao investimento	23.1	4 744 630	4 767 507
Subsídios à Exploração	35	185 095	43 232
Outros gastos e perdas operacionais	36	(779 509)	(668 986)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	37	314 116	481 516
Resultados operacionais		12 782 199	14 376 642
Gastos financeiros	38	(7 898 592)	(8 178 038)
Rendimentos financeiros	39	906 692	1 087 259
Resultados financeiros		(6 991 901)	(7 090 780)
Resultados antes de impostos		5 790 298	7 285 862
Imposto do exercício	26.2	(5 802 514)	(5 642 801)
Imposto diferido	10 e 26.2	918 707	(173 823)
Imposto diferido s/ desvio tarifário	10 e 26.2	3 371 365	4 038 776
Resultado líquido do exercício		4 277 855	5 508 013
Rendimento integral do exercício		4 277 855	5 508 013
Resultado por ação (básico e diluído)	18.2	0,04	0,05
Resultado integral por ação (básico e diluído)	18.2	0,04	0,05

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Broco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado
 Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido do exercício	4 277 855	5 508 013
Rendimento integral	4 277 855	5 508 013

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
Nuno Rafael da Conceição Broco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	1 13 527 680	(2 521 433)	343 989	371 812	5 508 013	1 17 230 061
Aplicação do resultado líquido do exercício 2018			275 401		(275 401)	-
Dividendos atribuídos				(371 812)	(5 232 613)	(5 604 425)
Resultado líquido do exercício 2019					4 277 855	4 277 855
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	1 13 527 680	(2 521 433)	619 390	-	4 277 855	1 15 903 492

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
Nuno Rafael da Conceição Broco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	94 815 437	96 533 363
Pagamentos a fornecedores	(35 924 893)	(35 853 182)
Pagamentos ao pessoal	(10 113 495)	(6 081 086)
Pagamento/Recebimento do IRC	(6 165 245)	(5 327 575)
Outros Pagamentos/Recebimentos	(2 885 168)	(10 949 567)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	39 726 636	38 321 954
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	8 445 198	-
Recebimentos de subsídios de investimento	95 404	202 325
Recebimentos de juros e rendimentos similares	590 936	-
Apoio de Tesouraria à <i> Holding</i>	26 600 000	16 400 000
Pagamentos de dividendos	(5 257 923)	(5 769 844)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	(33 889)
Pagamentos de ativos intangíveis	(13 369 333)	(6 476 636)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	17 104 282	4 321 957
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de capital de passivos de locação	(372 883)	-
Outros Pagamentos/Recebimentos de atividades de financiamento	497 813	1 448 373
Pagamentos de empréstimos obtidos	(9 648 097)	(8 149 110)
Pagamentos de juros e gastos similares	(7 953 921)	(4 553 438)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(17 477 088)	(11 254 176)
Varição de caixa e seus equivalentes	39 353 830	31 389 735
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	42 260 556	10 870 822
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	81 614 386	42 260 556
	39 353 830	31 389 734

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	28 320	29 542
Depósitos à ordem	73 135 868	42 226 014
Depósitos a prazo	8 450 198	5 000
	81 614 386	42 260 556
Descobertos bancários	-	-
	81 614 386	42 260 556

O Conselho de Administração

António Alberto Corte-Real Frazão (Presidente)
 Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira (Vogal Executivo)
 Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (Vogal Executivo)
 Armando Jorge Paulino Domingos (Vogal não Executivo)
 José Manuel da Costa Baptista Alves (Vogal não executivo)
 Nuno Rafael da Conceição Broco (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Maria Leonor de Oliveira Pinto

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. (Tejo Atlântico, AdTA ou Empresa) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, em regime de exclusivo e por um prazo de 30 anos, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara - Avenida de Ceuta, em Lisboa.

São acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A.:

Acionistas	Ações A subscritas	Ações B subscritas	Ações subscritas	Capital subscrito e realizado	% capital subscrito e realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	-	57 538 912	57 538 912	50,68%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	-	2 921	2 921	0,00%
Alcobaça	899 856	-	899 856	899 856	0,79%
Alenquer	384 003	-	384 003	384 003	0,34%
Amadora	6 108 431	350 000	6 458 431	6 458 431	5,69%
Arruda dos Vinhos	55 542	-	55 542	55 542	0,05%
Azambuja	346 735	-	346 735	346 735	0,31%
Bombarral	107 998	-	107 998	107 998	0,10%
Cadaval	123 253	-	123 253	123 253	0,11%
Caldas da Rainha	614 244	-	614 244	614 244	0,54%
Lisboa	20 516 618	350 000	20 866 618	20 866 618	18,38%
Loures	8 284 708	-	8 284 708	8 284 708	7,30%
Lourinhã	302 165	-	302 165	302 165	0,27%
Nazaré	273 724	-	273 724	273 724	0,24%
Óbidos	131 237	-	131 237	131 237	0,12%
Odivelas	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
Oeiras	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Peniche	386 004	-	386 004	386 004	0,34%
Rio Maior	183 768	-	183 768	183 768	0,16%
Sintra	3 586 998	350 000	3 936 998	3 936 998	3,47%
Sobral de Monte Agraço	57 438	-	57 438	57 438	0,05%
Torres Vedras	711 623	-	711 623	711 623	0,63%
Vila Franca de Xira	2 881 638	-	2 881 638	2 881 638	2,54%
Ações próprias da sociedade	2 521 433	-	2 521 433	2 521 433	2,22%
	112 127 680	1 400 000	113 527 680	113 527 680	100%

A Empresa tem como objetivo a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, provenientes de cerca de 2,4 milhões de habitantes, abrangendo os municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

I.2. ATIVIDADE ECONÓMICA

A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição, ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao Contrato de Concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos e urbanos canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;

O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Oportunidades de expansão da atividade

A Empresa tem como objetivo de longo prazo, até ao final da concessão, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente, estimando abranger-se cerca de 2,4 milhões de habitantes.

O sistema pode ser alargado a outros municípios, por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Encontra-se também previsto no Contrato de Concessão da AdTA, o desenvolvimento de outras atividades de negócio:

- A sociedade pode ainda, ao abrigo do Decreto – Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, explorar e gerir sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, mediante a celebração de contratos de parceria entre o Estado e os municípios;
- A sociedade pode ainda, nos termos previstos na lei e designadamente nos n.º 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto – Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, exercer outras atividades para além das previstas, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, ficando desde já autorizada a exercer as anteriormente exercidas pelas sociedades extintas.

Atividade regulada

O modelo dos contratos de concessão criado para os sistemas multimunicipais possui as seguintes características: **(i)** as infraestruturas e equipamentos da concessão são construídos ou adquiridos pela Empresa concessionária; **(ii)** o financiamento destas aquisições/construções é efetuado parcialmente com recursos a subsídios comunitários a fundo perdido e a financiamentos de longo prazo efetuados maioritariamente pelo Banco Europeu de Investimentos; **(iii)** os preços de venda (tarifa) praticados são genericamente fixados e sufragados pela entidade reguladora (ERSAR) e incluem uma parcela de remuneração do capital investido, correspondente a um indexante (taxa das Obrigações do Tesouro), acrescida de três pontos percentuais a título de prémio de risco.

I.3. O EXERCÍCIO DE 2019 DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO

A Águas do Tejo Atlântico, S.A. iniciou a sua atividade de forma independente no dia 1 de julho de 2017. Até essa data, e desde a sua constituição (pelo Decreto-Lei n.º 34/2017), no dia 24 de março, a gestão da empresa foi assegurada pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., via Águas do Vale do Tejo, S.A..

A Empresa continuou em 2019 o esforço na otimização dos processos no sentido da redução dos consumos de energia, de reagentes, combustíveis e na melhoria do processo de produção de lamas, metas nem sempre fáceis de alcançar quando convertidas em gastos, por força das condições de mercado e de aumento de preços unitários.

A Tejo Atlântico tem vindo a deparar-se com sérios constrangimentos na aquisição de matérias subsidiárias e de serviços, em que os concursos ficam desertos por insuficiência do Preço Base lançado a concurso, que é determinado com base em procedimentos anteriores e com o objetivo de cumprir a Lei de Orçamento do Estado e o Decreto-Lei de Execução Orçamental, tendo em conta as limitações impostas.

Inúmeros constrangimentos de procedimentos de contratação pública ocorreram no exercício económico em análise e que se refletiram em termos económicos.

A Tejo Atlântico tem vindo a apostar fortemente na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva, suprimindo insuficiências de manutenção de anos anteriores.

A recuperação dos défices de manutenção tem sido muito difícil e lenta, devido à necessidade dos prestadores de serviço demonstrarem com evidência a dificuldade em contratar no mercado técnicos especializados com capacidades adequadas ao nível de eletricitistas, mecânicos e instrumentistas, sendo necessária a aposta na formação interna de jovens, nestas especialidades.

I.4 ESTRATÉGIA

A Águas do Tejo Atlântico deverá assegurar que, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

A Águas do Tejo Atlântico deverá ainda assegurar que, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- a) Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - Promoção de parcerias integrando, quando adequado, sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências Empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;

-
- Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- b) Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza Empresarial, designadamente:
- Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- c) Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza Empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
- Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
- d) Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
- e) Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
- Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
 - Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
 - Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- f) Assegurar um efetivo envolvimento da sociedade na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais.
- g) Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

1.5 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2020.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade das operações e do custo histórico, com exceção da

aplicação do custo amortizado às rubricas referidas na nota 5.1. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

2.1.1.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentada nos comparativos.

2.1.1.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2019

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nas respetivas demonstrações da posição financeira de acordo com um modelo único.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilização pelo locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que se aplica aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A Águas do Tejo Atlântico adotou a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação foi contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não foram reexpressos. A Empresa aplicou a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a Tejo Atlântico não aplicou a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A Águas do Tejo Atlântico decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A Empresa tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que considera terem pouco valor.

O impacto da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 foi o seguinte:

	nota	
Aumento do ativo – Ativos sob direito de uso	8	1.478.522 €
Aumento do passivo - Passivo por locação		1.478.522 €

Na determinação do impacto com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os *cash flows* implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos *cash flows* associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactes relevantes para as demonstrações financeiras da Tejo Atlântico.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017 (efetivas em 1/1/2019)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactes relevantes para as demonstrações financeiras da Tejo Atlântico.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactes relevantes para as demonstrações financeiras da Tejo Atlântico.

2.1.1.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2020 e que a Tejo Atlântico não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de “material” entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que “uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta”.

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade (“*threshold*”)

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade “puder influenciar”, o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por “razoavelmente se espera que influencie” contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere “utilizadores” mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo “utilizadores” possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos; e
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 – Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

• Ainda não endossadas pela UE

Reforma das taxas de juro de referência – Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto '*IBOR reform*' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: **i)** componentes de risco; **ii)** requisito 'altamente provável'; **iii)** avaliação prospetiva; **iv)** teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e **v)** reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

Definição de atividade Empresarial – alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade Empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar

se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade Empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade Empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades Empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a Empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: **(i)** as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, **(ii)** as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e **(iii)** as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Tejo Atlântico após 1 de janeiro de 2020.

2.2 ATIVIDADE REGULADA

2.3.1 INTRODUÇÃO

A Aguas do Tejo Atlântico desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da Empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Ainda assim, o Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que criou a Águas do Tejo Atlântico, estabeleceu os rendimentos tarifários a aplicar aos utilizadores no primeiro tarifário – período de convergência tarifária (2017 a 2026).

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a AdTA pode registar nas suas contas anuais. Este facto confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

As Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.3.2 ENQUADRAMENTO – ATIVIDADE CONCESSIONADA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdTA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a Empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. Se a Empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A Empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IFRS 15. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atividade	Prazo	Período	Remuneração acionista (taxa)	Incidência
Saneamento (concessão)	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	Capital Social+ Res. Legal
			OT 10 anos	Remuneração em dívida

2.3.3 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão da AdTA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da Empresa é o do intangível. Deste modo, a AdTA como concessionária classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao imobilizado em curso (ativos intangíveis em curso) através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e

amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.3.4 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas Empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Atividade	Prazo	Investimento total do contrato concessão	Taxa média de amortização
Saneamento	30 anos	1.103.332.000 Euros	3,52%

2.3.5 ACRÉSCIMOS DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da AdTA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.3.6 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: **(i)** à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e **(ii)** à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. O valor inicial do desvio de recuperação de gastos registado nas contas da Águas do Tejo Atlântico, resulta do valor registado na sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., da vertente de saneamento de águas residuais desenvolvida no sistema multimunicipal explorado pela extinta Águas do Oeste, S. A., correspondente à diferença entre os resultados líquidos, acrescido dos efeitos das reservas dos auditores às contas, e o valor a que esta sociedade teria tido contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, desde a data da respetiva constituição e até 31 de dezembro de 2016, caso esta não tivesse sido extinta. A Águas do Tejo Atlântico regista ainda nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes

numa conta de imposto diferido, por contrapartida da demonstração da posição financeira, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio tarifário corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.3.7 VALOR RESIDUAL

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva). A Águas do Tejo Atlântico não apresenta a esta data investimentos com valor residual.

2.3.8 RÉDITO – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor incluído na demonstração da posição financeira.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento administrativo	4 - 10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdTA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

2.5.1 DIREITOS DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Ver nota 2.3.3.

2.5.2 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente pelo prazo de concessão.

2.6 LOCAÇÕES

2.6.1 POLÍTICA CONTABILÍSTICA APÓS 1 DE JANEIRO DE 2019

As locações nas quais a Tejo Atlântico é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdTA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdTA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A Tejo Atlântico apenas tem locações enquanto locatário.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Empresa contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AdTA (como locatária) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a Tejo Atlântico reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“*Right-of-use asset*”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, o Grupo AdP mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a) Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b) Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela Águas do Tejo Atlântico enquanto locatária

A Empresa utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Empresa é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

A) Vendas seguidas de locação ("*Sale and leaseback transactions*")

Se uma entidade (vendedor-locatário) transferir um ativo para outra entidade (comprador-locador) e locar esse ativo do comprador/locador, ambas as entidades devem registar a transferência do ativo da seguinte forma:

a) A transferência do ativo é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- i) O vendedor-locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso que resulta da locação ("*leaseback*") pela proporção do valor líquido contabilístico do ativo que corresponde ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Deste modo, o vendedor-locatário deve reconhecer apenas o montante de qualquer ganho ou perda que corresponde aos direitos transferidos para o comprador-locador;
- ii) O comprador-locador deve registar a compra do ativo de acordo com as Normas IFRS que sejam aplicáveis, e para a locação deverá aplicar a Norma IFRS 16 nos termos aplicáveis aos locadores.

Se o justo valor da venda do ativo não for igual ao justo valor do ativo, ou se os pagamentos da locação não forem a taxas de mercado, uma entidade deve efetuar os seguintes ajustamentos na mensuração do valor da venda ao justo valor:

- i) Quaisquer condições abaixo de mercado devem ser contabilizadas como um pagamento antecipado da locação; e
- ii) Quaisquer condições acima de mercado devem ser contabilizadas como um financiamento adicional concedido pelo comprador-locador ao vendedor-locatário.

b) A transferência do ativo não é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário não satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- i) O vendedor-locatário deve continuar a reconhecer o ativo transferido e deve reconhecer um passivo financeiro por valor equivalente ao montante recebido, nos termos do IFRS 9;
- ii) O comprador-locador não deve reconhecer um ativo transferido e deve reconhecer um ativo financeiro por valor equivalente ao montante pago, nos termos do IFRS 9.

A Águas do Tejo Atlântico não tem operações consideradas como "*Sale and leaseback transactions*".

2.6.2 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

As locações de ativos, relativamente aos quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre

o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação, exceto nas locações em que o Grupo tem a expectativa de adquirir o bem locado.

Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.7.1 ATIVOS FINANCEIROS

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - I. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - II. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
- I II. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da Tejo Atlântico, apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- I. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- II. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional do Grupo).

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a Tejo Atlântico não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Empresa valoriza os ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo. Face à atividade da Empresa, a Tejo Atlântico apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);

-
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido da demonstração da posição financeira, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Tejo Atlântico recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A Tejo Atlântico reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela Tejo Atlântico se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras, tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a Empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.7.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A Tejo Atlântico apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdTA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

2.7.3 POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido na demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência.
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos na demonstração da posição financeira e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.

- Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo na demonstração da posição financeira por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

2.8 INVENTÁRIOS

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até seis meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 IMPARIDADE

A AdTA analisa a cada data da demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo ou um grupo de ativos se encontra em imparidade.

2.10.1 DE CLIENTES, DEVEDORES E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Tejo Atlântico não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iii)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.10.2 DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos da AdTA são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para o *goodwill* e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data da demonstração da posição financeira, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector. Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdTA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

2.10.3 DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

Para os ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

2.10.4 REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.11 CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12 DIVIDENDOS A PAGAR

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.13 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Tejo Atlântico cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo apresentados a deduzir aos gastos relacionados.

2.14 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdTA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Tejo Atlântico procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Tejo Atlântico procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é possível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Águas do Tejo Atlântico encontra-se sujeita à tributação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetiva matéria coletável e taxas de imposto aplicáveis.

A Empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.16 RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos. A AdTA, apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pela ERSAR.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: **(1)** identificar o contrato com o cliente, **(2)** identificar as obrigações de desempenho do contrato, **(3)** determinar o preço de transação, **(4)** alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e **(5)** reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela Tejo Atlântico, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

O rédito é reconhecido como segue:

2.16.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atividade regulada - Saneamento e parcerias

O rédito é reconhecido com base em **(i)** rendimentos tarifários; ou **(ii)** consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

2.16.2 RÉDITO REGULATÓRIO E RELACIONADO COM ATIVIDADE CONCESSIONADA

Ver notas 2.3.6. desvios de recuperação de gastos e 2.3.8 rédito dos serviços de construção.

2.16.3 JUROS

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a AdTA reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os *cash-flows* futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.17 TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração da posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável, razão pela qual esta rubrica não é apresentada na demonstração dos resultados.

2.18 GASTOS E PERDAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 FATORES DE RISCO

As atividades da Águas do Tejo Atlântico estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 RISCO DE MERCADO

3.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdTA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo (não corrente) quer de curto prazo (corrente), quando aplicável. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdTA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdTA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração acionista prevista no contrato de concessão, e consequentemente o desvio de recuperação de gastos. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdTA, que evidencia o facto de a AdTA apenas ter contratualizado neste momento financiamentos (BEI) à taxa fixa.

	31.12.2019	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados – taxa fixa	6 379 566	n.a.	n.a.

3.2.2 RISCO DO PREÇO DA ENERGIA E COMBUSTÍVEIS

Os gastos anuais da AdTA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% do total de fornecimentos e serviços externos (8,3 milhões de euros para um total de 27,5 milhões de euros). A AdTA através da AdP Serviços (Empresa de serviços partilhados do Grupo AdP) negocia e contratualiza centralmente a aquisição destes produtos para todo o Grupo.

3.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdTA pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis contratualizadas pelo Grupo AdP ("contratos grupados"). A AdTA através do Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdTA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	10 117 197	54 368 229	157 698 261
Passivos por locação	396 099	709 540	-
Fornecedores e outros passivos	12 440 110	267 995	390 826

O objetivo da AdTA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdTA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdTA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos não correntes	19	212 066 489	222 086 899
Empréstimos correntes	19	10 117 197	9 150 287
Passivos por locação não correntes	20	709 540	-
Passivos por locação correntes	20	396 099	-
Disponibilidades	17	-81 614 386	-50 707 963
Apoio de tesouraria à SGPS	16	-14 000 000	-40 600 000
Dívida		127 674 940	139 929 223
Subsídios ao investimento e outros	23	130 369 310	134 947 970
Total do capital próprio		115 903 492	117 230 061
Capital		246 272 803	252 178 031
Dívida/total do capital		0,52	0,55

O modelo de financiamento da AdTA assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com exclusiva incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdTA. A Empresa está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios).

Apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, a Águas do Tejo Atlântico viu o seu montante de dívidas de clientes diminuir face a anos anteriores, respeitando os valores por liquidar mais antigos a situações pontuais de divergência entre as antigas Empresas, que deram origem à AdTA, e os municípios.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou Empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Conselho de Administração da AdTA avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), e o estabelecimento de acordos de pagamento, interposição de injunções/ ações judiciais, medidas que não foram necessárias aplicar em 2019.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdTA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade, para além das reconhecidas e em situações muito específicas.

Do acordo firmado em finais de 2018 entre a Tejo Atlântico e os SMAS de Torres Vedras relativamente a correção de faturação de serviços de saneamento prestados pela ex-Águas do Oeste no período de 2011 a 2014, de que resultou a anulação parcial da dívida vencida, no montante 1,3 milhões de euros, suportada por Imparidade do mesmo montante e cujo efeito em resultados foi nulo, veio a permitir o recebimento em 2019 de 3,8 milhões de euros, extinguindo-se assim a totalidade da dívida vencida e o processo de injunção que havia sido intentado antes da constituição da AdTA.

3.4.2 CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdTA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2019, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros bancários	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos à ordem	73 135 868	42 226 014
Depósitos a prazo	8 450 198	5 000
Investimentos Financeiros	6 543	8 447 407
	81 592 609	50 678 421

Rating	31.12.2019	31.12.2018
A2- (Moody's)	-	5 000
A3- (Moody's)	3 790	-
Ba1 (Moody's)	-	963 759
Baa1 - (Moody's)	586 979	-
Baa2- (Moody's)	-	1 207 008
Baa3- (Moody's)	80 675 888	47 993 712
Caa1 (Moody's)	319 409	-
Caa2 (Moody's)	-	506 734
N/A	6 543	2 209
	81 592 609	50 678 421

Nota: Notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2020.

3.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

3.5.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A AdTA está exposta a riscos de catástrofes e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

3.5.2 RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rendabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Tejo Atlântico. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa poderem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 PROVISÕES

A Águas do Tejo Atlântico analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdTA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 ATIVOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E ATIVOS SOB DIREITO DE USO

i) Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a Tejo Atlântico utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente à ERSAR, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

ii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Tejo Atlântico, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4.3 IMPARIDADE DE CONTAS A RECEBER

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Tejo Atlântico não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor da demonstração da posição financeira do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Empresa.

4.4 ESTIMATIVA DE IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

A Tejo Atlântico entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

4.5 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 34/2017 de 24 de março e do contrato de concessão que estipula, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da

sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração acionista	4 277 855	5 508 013
Remuneração acionista +1%	4 320 634	5 563 093
Remuneração acionista -1%	4 235 077	5 452 933

Nos termos do respetivo Contrato de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinado com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

A Empresa recebeu a 28 de fevereiro de 2020 por parte da ERSAR o Projeto de Decisão sobre o Desvio de Recuperação de Gastos de 2019, tendo aquela entidade não aceite o valor de 536 329 euros referente à rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, por incumprimento da métrica definida para 2019 do custo unitário com reagentes de 0,0139 euros/m³, valor não atingido pela Tejo Atlântico.

O custo unitário com reagentes no exercício de 2019 foi de 0,0167 euros/m³, valor superior ao da métrica e justificado quer pelo aumento dos custos unitários com reagentes, quer pelo aumento do próprio consumo por maiores exigências legais na qualidade do efluente tratado.

À data de apresentação das contas a Tejo Atlântico exerceu já o seu direito de contraditório sobre o Projeto de Decisão, esperando-se a reversão do ajustamento determinado pela ERSAR, e por conseguinte a não necessidade de alteração do desvio tarifário calculado pela Tejo Atlântico para 2019 e das presentes Demonstrações Financeiras.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

5.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE ACORDO COM O IFRS 9

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2019
Ativos intangíveis	-	-	-	447 216 089	447 216 089
Ativos tangíveis	-	-	-	204 994	204 994
Ativos sob direito de uso	1 091 347	-	1 091 347	-	1 091 347
Investimentos financeiros	6 543	-	6 543	-	6 543
Impostos diferidos ativos	-	-	-	53 225 548	53 225 548
Desvio tarifário ativo	-	-	-	13 794 402	13 794 402
Inventários	-	-	-	1 674 849	1 674 849
Clientes	13 215 548	-	13 215 548	-	13 215 548
Estado e outros entes públicos	-	-	-	1 393 462	1 393 462
Outros ativos correntes	1 619 400	-	1 619 400	-	1 619 400
Apoio de tesouraria à AdP SGPS	14 000 000	-	14 000 000	-	14 000 000
Caixa e seus equivalentes	81 614 386	-	81 614 386	-	81 614 386
Total do ativo	111 547 224	-	111 547 224	517 509 344	629 056 568
Empréstimos não correntes	-	212 066 489	212 066 489	-	212 066 489
Passivos por locação não correntes	-	709 540	709 540	-	709 540
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	658 821	-	-	658 821
Impostos diferidos passivos	-	-	-	20 685 014	20 685 014
Acréscimos gastos inv. contratual	-	-	-	122 001 505	122 001 505
Subsídios ao investimento	-	-	-	130 369 310	130 369 310
Empréstimos correntes	-	10 117 197	10 117 197	-	10 117 197
Passivos por locação correntes	-	396 099	396 099	-	396 099
Fornecedores	-	6 635 424	6 635 424	-	6 635 424
Outros passivos correntes	-	5 804 686	5 804 686	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	593 058	593 058
Estado e outros entes públicos	-	-	-	3 115 933	3 115 933
Total do passivo	-	236 388 257	236 388 257	276 764 819	513 153 076

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas de desenvolvimento	249 009	257 091
Propriedade industrial e outros direitos	26 365	26 318
Outros ativos intangíveis	2 861 784	2 966 146
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	431 325 803	440 916 622
Ativos em Curso	12 753 129	11 842 409
	447 216 089	456 008 585

A Águas do Tejo Atlântico não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

6.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

Valor Bruto	31.12.2018	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2019
Despesas de desenvolvimento	2 295 923	-	-	467	2 296 391
Propr. industrial e outros direitos	39 250	1 208	-	-	40 458
AI-Outros Imob Inc	5 198 405	-	-	-	5 198 405
DUI	844 125 719	345 394	(558 041)	13 426 644	857 339 715
Ativos Intangíveis em Curso	11 842 409	14 317 687	-	(13 406 967)	12 753 129
	863 501 706	14 664 288	(558 041)	20 144	877 628 097
Amortizações acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Abates	Transfer	31.12.2019
Despesas de desenvolvimento	(2 038 832)	(8 204)	-	(345)	(2 047 382)
Propr. industrial e outros direitos	(12 932)	(1 161)	-	-	(14 093)
AI-Outros Imob Inc	(2 232 259)	(104 363)	-	-	(2 336 621)
DUI	(403 209 097)	(15 695 299)	199 629	(7 309 145)	(426 013 912)
	(407 493 120)	(15 809 027)	199 629	(7 309 490)	(430 412 008)
Valor líquido	456 008 585	(1 144 738)	(358 412)	(7 289 346)	447 216 089

Do valor de aumento de investimento em 2019, 1 000 569 euros, respeitam a capitalização de gastos com o pessoal das direções diretamente afetadas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil (nota 31) e 70 735 euros a capitalização de gastos com fornecimentos e serviços externos (nota 30).

Para os Investimentos realizados em 2019, no montante global de 14 664 288 euros (nota 28), contribuíram principalmente as seguintes empreitadas:

- Conceção/Construção para a Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I – 2 781 063 euros;
- Remodelação dos Intercetores de Camarate, Apelação e Unho - 610 165 euros;
- Reabilitação do Emissário de Caparide, na Zona de Sintra - 904 805 euros;
- Emissários Gravíticos e Sistemas Elevatórios do Subsistema da Ericeira-Fase II - 708.224 euros;
- Construção dos Emissários Gravíticos do Subsistema do Carvalhal – 885 951 euros;
- Remodelação ETAR de Maceira - 194 784 euros;
- Construção da Estação Elevatória da Carvoeira-Fase II – 155 256 euros;
- Fornecimento e Montagem de Tamisadores para os Subsistemas de Alcântara, Chelas e Beirolas – 1 009 989 euros;
- Reabilitação do Filtro de Areia n.º 2 ETAR Chelas - 181 291 euros;
- Reparações de Construção Civil em Infraestruturas existentes - 1 045 642 euros;
- Execução do Intercetor de Casais de Boiças – 268 921 euros;
- Construção da Estação Elevatória do Bairro Atral-Cipan – 181 792 euros;
- Reparações Gerais no Subsistema de Alcântara – 339 301 euros;
- Pavimentações na Área de Concessão da Águas do Tejo Atlântico – 164 898 euros;
- Melhoria de Condições de Segurança nas Infraestruturas da Área de Concessão – 320 492 euros;
- Construção dos Sistemas Elevatórios de Moledo, Feteira, Reguengo Pequeno e Pena Seca – 668 831 euros;
- Construção de Espaços de Armazenamento, Arquivo e Parque Exterior da ETAR de Alcântara – 233 706 euros;
- Beneficiação do Sistema de Desinfeção por UV da Fábrica de Água de Alcântara - 408.469 euros;
- Reparações de Construção Civil nos Multiflo da ETAR de Alcântara – 104 842 euros;
- Conceção-construção da Remodelação do Sistema de Extração de Lamas das Pontes dos Decantadores Secundários na Fábrica da Água de Frielas - P1 a P4 – PEPE – 112 581 euros;
- Melhorias das Condições de Segurança e Reparações em Infraestruturas Existentes – 271 627 euros;
- Foram ainda realizados investimentos relativos a estudos/projetos, assessorias e fiscalizações associadas.

Na coluna referente a transferências de amortizações acumuladas, o valor de 7 307 762 euros respeita à transferência de acréscimo de gastos de investimento contratual, tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de imobilizado em curso para firme (Nota 6.1), para amortizações acumuladas. O valor remanescente refere-se a transferências por reclassificações de classe de imobilizado (notas 6.1 e 7.1).

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Valor Bruto	31.12.2018	Aumentos	Transfer	31.12.2019
Equipamento administrativo	280 440	106 055	(20 144)	366 351
Depreciações acumuladas	31.12.2018	Aumentos	Transfer	31.12.2019
Equipamento administrativo	(75 474)	(87 611)	1 729	(161 356)
Valor líquido	204 965	18 444	(18 416)	204 994

8. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

8.1 MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Valor Bruto	01.01.2019	Aumentos	31.12.2019
Equipamento de transporte	1 022 467	456 055	1 478 522
Amortizações acumuladas	01.01.2019	Aumentos	31.12.2019
Equipamento de transporte	-	(387 175)	(387 175)
Valor líquido	1 022 467	68 880	1 091 347

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2019	31.12.2018
Outros fundos de investimento	0	8 445 198
Fundo de compensação do trabalho	6 543	2 209
	6 543	8 447 407

A AdTA tem aplicado junto do IGCP o valor de 8.445.198 euros referentes aos fundos de reconstituição do capital social das ex-Empresas, Sanest e Águas do Oeste (vertente saneamento). À data da constituição das Empresas concessionárias multimunicipais, estas eram obrigadas, de acordo com os contratos de concessão, a efetuar um Fundo de Reconstituição de Capital numa instituição autorizada pelo Banco de Portugal, no montante correspondente à anuidade de amortização do capital, e que era gerido pela concessionária e a que esta teria direito no termo do contrato. O Decreto-Lei que constituiu a Águas do Tejo Atlântico, dispensou a constituição do Fundo de Reconstituição, podendo esta sociedade dispor destes montantes para a redução do endividamento.

O valor aplicado vence-se em junho de 2020, pelo que no exercício de 2019 foi reclassificado para o ativo corrente para a rubrica "Caixa e seus equivalentes" (nota 17).

10. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Taxa	31.12.2018	Ajustamentos	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2019
Reversão dos custos plurianuais		-	-	-	-	-	-
Investimento contratual		192 281 022	-	-	4 060 946	(2 386 782)	193 955 186
Diferença amortizações		12 957 422	-	-	-	(532 338)	12 425 084
Passivo da locação contabilizado		-	1 478 522	-	-	(372 883)	1 105 639
Outros		356 597	-	-	-	(356 597)	-
		205 595 040	1 478 522	-	4 060 946	(3 648 599)	207 485 909
Imposto diferido ativo	25,71%/25,65%	52 856 750	380 115	(117 095)	1 041 739	(935 961)	53 225 548

	Taxa	31.12.2018	Ajustamentos	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2019
Investimento contratual		64 416 039	-	-	-	(3 083 292)	61 332 747
Diferença subsídios		4 416 632	-	-	-	-	4 416 632
Ativo sob direito de uso contabilizado		-	1 478 522	-	-	(387 174)	1 091 347
		68 832 671	1 478 522	-	-	(3 470 466)	66 840 726
Imposto diferido passivo	25,71%/25,65%	17 696 299	380 115	(39 759)	-	(890 265)	17 146 390

	Taxa	31.12.2018	Ajustamentos	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2019
Desvio de recuperação de gastos		26 877 539	-	-	-	(13 083 138)	13 794 402
Imposto diferido passivo - DRG	25,71%/25,65%	6 909 989	-	(15 199)	-	(3 356 166)	3 538 624

Imposto diferido ativo	31.12.2018	01.01.2019	efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2019
IFRIC 12 - investimento futuro	189 555 627			4 060 946	(2 289 446)		191 327 127
IFRIC 12 - subsídio futuro	2 725 395				(97 336)		2 628 059
IFRIC 12 - amortiz contab vs fiscal	12 957 422				(532 338)		12 425 084
Passivo da locação contabilizado	-	1 478 522			(372 883)		1 105 639
Outros	356 597				(356 597)		-
	205 595 040	1 478 522	-	4 060 946	(3 648 599)	-	207 842 506
Taxa IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama municipal	0,56%	0,56%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Derrama estadual	4,15%	4,15%	4,16%	4,16%	4,16%	4,16%	4,16%
	25,71%	25,71%	25,65%	25,65%	25,65%	25,65%	25,65%
Imposto diferido ativo	52 856 750	380 115	(117 095)	1 041 739	(935 961)	-	53 317 024

Imposto diferido passivo	31.12.2018	01.01.2019	efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2019
IFRIC 12 - investimento futuro	62 789 277				(2 242 474)		60 546 803
IFRIC 12 - subsídio futuro	1 626 762				(840 818)		785 944
IFRIC 12 - subsídio contab vs fiscal	4 416 632						4 416 632
Desvio tarifário	26 877 539				(13 083 138)		13 794 402
Ativo sob direito de uso contabilizado		1 478 522			(387 174)		1 091 347
	95 710 210	1 478 522	-	-	(16 553 604)	-	80 635 128
Taxa IRC	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Derrama municipal	0,56%	0,56%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Derrama estadual	4,15%	4,15%	4,16%	4,16%	4,16%	4,16%	4,16%
	25,71%	25,71%	25,65%	25,65%	25,65%	25,65%	25,65%
Imposto diferido passivo	24 606 287	380 115	(54 958)	-	(4 246 431)	-	20 685 014

Efeito em resultados	31.12.2019
Efeito variação de taxa	(62 137)
Efeitos do período	4 352 209
	4 290 072

Sobre esta nota, deve ser tido também em atenção a nota 26.2.

11. DESVIO TARIFÁRIO

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo regulatório - desvio de recuperação de gastos (bruto)	13 794 402	26 877 539
	13 794 402	26 877 539

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido (sem DRG)	13 989 628	15 567 612
Remuneração acionista	4 277 855	5 508 013
DRG - líquido	9 711 773	10 059 599
Ajustamento da taxa de imposto	15 199	414 202
	9 726 972	10 473 801
Imposto (taxa 25,65%/25,71%)	3 356 166	3 624 573
DRG - bruto	13 083 138	14 098 374

12. CLIENTES E OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Clientes - não corrente		
Município de Nazaré	-	1 419 739
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO	771 226	-
Total não corrente	771 226	1 419 739
Clientes - corrente		
S. M. Água Saneamento Sintra	929 997	883 153
Camara Municipal Rio Maior	61 273	68 934
Município Bombarral	75 032	35 973
SIMAS de Oeiras e Amadora	2 562 181	2 043 455
Município de Óbidos	90 270	87 402
SMAS Vila Franca de Xira	391 362	383 250
Município de Loures	725 898	713 989
SMAS de Torres Vedras	500 381	4 259 537
Município de Sobral de Monte Agraço	104 893	84 518
Município da Lourinhã	244 936	159 651
Município do Cadaval	38 070	36 889
Município da Nazaré	0	969 188
Município de Mafra	0	362 895
Município de Azambuja	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcobaça	237 058	229 707
S.M. das Caldas da Rainha	61 117	43 201
Águas da Azambuja, S.A.	(980 727)	(983 713)
AdC - Águas de Cascais, S.A.	1 281 728	1 220 244
Águas de Alenquer, S.A.	225 005	208 721
Município de Lisboa	2 813 584	2 763 873
Município de Arruda dos Vinhos	128 389	207 149
Município de Odivelas	863 894	424 897
S. M. da Nazaré	114 096	277 303
SMAS de Peniche	50 363	48 352
SMAS de Mafra	185 881	-
	10 788 517	14 612 402
Clientes municipais - total	11 559 743	16 032 141
Outros	59 032	74 044
Clientes Cobrança Duvidosa	18 154	18 154
Cobranças Temporárias - Clientes ex-AdO	612 384	1 794 838
Saldos de natureza contrária - Passivos	984 389	989 849
Imparidade	(18 154)	(25 525)
Total corrente	12 444 322	17 463 761
Total corrente e não corrente	13 215 548	18 883 500

O valor classificado em “Cobranças Temporárias”, resulta de acordos de pagamento efetuados e geridos pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e que por englobarem em simultâneo dívidas resultantes da prestação de serviços de abastecimento e saneamento permanecem sob gestão da Águas do Vale do Tejo, que à data de 31 de dezembro de 2019 respeitavam a Águas de Alenquer e Município de Sobral de Monte Agraço.

Face ao ano anterior verifica-se uma diminuição do valor da dívida, essencialmente por diminuição do valor da dívida de Torres Vedras. Do acordo firmado em finais de 2018 entre a Tejo Atlântico e os SMAS de Torres Vedras relativamente a correção de faturação de serviços de saneamento prestados pela ex-Águas do Oeste no período de 2011 a 2014, resultou em 2019 na emissão de Nota de Crédito de 1,3 milhões de euros, que não teve impacto nos resultados de 2019 por no exercício de 2018 ter sido reconhecida essa responsabilidade, e no recebimento de 3,8 milhões de euros, extinguindo-se assim a totalidade da dívida vencida e o processo de injunção que havia sido intentado antes da constituição da Tejo Atlântico.

O Município da Nazaré liquidou em janeiro de 2019 a totalidade do valor em dívida, corrente e não corrente.

12.1 CLIENTES MUNICIPAIS POR DATA DE VENCIMENTO

Clientes municipais	vencido >1 ano	vencido até 1 ano	total vencido	não vencido	total 2019
S. M. Água Saneamento Sintra	-	-	-	929 997	929 997
Camara Municipal Rio Maior	-	-	-	61 273	61 273
Município Bombarral	-	-	-	75 032	75 032
SIMAS de Oeiras e Amadora	-	454 336	454 336	2 107 844	2 562 181
Município de Óbidos	-	-	-	90 270	90 270
SMAS Vila Franca de Xira	-	-	-	391 362	391 362
Município de Loures	-	-	-	725 898	725 898
SMAS de Torres Vedras	-	-	-	500 381	500 381
Município de Sobral de Monte Agraço	-	69 315	69 315	35 577	104 893
Município da Lourinhã	-	81 164	81 164	163 773	244 936
Município do Cadaval	-	-	-	38 070	38 070
Município de Azambuja	83 836	-	83 836	-	83 836
S.M.C. Municipal de Alcoçaba	-	-	-	237 058	237 058
S.M. das Caldas da Rainha	-	-	-	61 117	61 117
Águas da Azambuja, S.A.	-	-	-	(980 727)	(980 727)
AdC - Águas de Cascais, S.A.	-	-	-	1 281 728	1 281 728
Águas de Alenquer, S.A.	-	-	-	225 005	225 005
Município de Lisboa	296 763	-	296 763	2 516 821	2 813 584
Município de Arruda dos Vinhos	-	42 340	42 340	86 049	128 389
Município de Odivelas	-	-	-	863 894	863 894
S. M. da Nazaré	-	-	-	114 096	114 096
SMAS de Peniche	-	-	-	50 363	50 363
SMAS de Mafra	-	-	-	185 881	185 881
	380 599	647 155	1 027 754	9 760 763	10 788 517

Dos valores vencidos destaca-se o respeitante ao município de Lisboa, que decorre de situação de desacordo sobre os valores faturados de juros de mora pela ex-Simtejo.

Os restantes valores vencidos até n devem-se essencialmente a valores vencidos com menos de 60 dias, resultando de ligeiros atrasos na liquidação da faturação.

12.2 CLIENTES MUNICIPAIS POR NATUREZA DOS SALDOS

Clientes municipais	serviço	TRH	CTA	juros de mora	31.12.2019	31.12.2018
S. M. Água Saneamento Sintra	847 215	42 128	40 654	-	929 997	883 153
Camara Municipal Rio Maior	58 963	2 310	-	-	61 273	68 934
Município Bombarral	72 862	2 170	-	-	75 032	35 973
SIMAS de Oeiras e Amadora	2 370 328	92 436	99 417	-	2 562 181	2 043 455
Município de Óbidos	87 460	2 810	-	-	90 270	87 402
SMAS Vila Franca de Xira	362 863	15 966	12 534	-	391 362	383 250
Município de Loures	678 849	23 600	23 448	-	725 898	713 989
SMAS de Torres Vedras	483 278	17 103	-	-	500 381	4 259 537
Município de Sobral de Monte Agraço	101 855	3 037	-	-	104 893	84 518
Município da Lourinhã	237 262	7 674	-	-	244 936	159 651
Município do Cadaval	36 764	1 305	-	-	38 070	36 889
Município da Nazaré	-	-	-	-	-	2 388 927
Município de Mafra	-	-	-	-	-	362 895
Município de Azambuja	-	-	-	83 836	83 836	83 836
S.M.C. Municipal de Alcoçaba	228 362	8 696	-	-	237 058	229 707
S.M. das Caldas da Rainha	57 687	3 430	-	-	61 117	43 201
Águas da Azambuja, S.A.	(984 388)	3 660	-	-	(980 727)	(983 713)
AdC - Águas de Cascais, S.A.	1 162 764	62 639	56 326	-	1 281 728	1 220 244
Águas de Alenquer, S.A.	216 845	8 159	-	-	225 005	208 721
Município de Lisboa	2 342 351	93 562	80 908	296 763	2 813 584	2 763 873
Município de Arruda dos Vinhos	124 101	3 818	469	-	128 389	207 149
Município de Odivelas	805 772	30 289	27 833	-	863 894	424 897
S. M. da Nazaré	110 583	3 513	-	-	114 096	277 303
SMAS de Peniche	48 419	1 944	-	-	50 363	48 352
SMAS de Mafra	171 092	8 879	5 910	-	185 881	-
	9 621 290	439 129	347 498	380 599	10 788 517	16 032 141

A 31 de dezembro de 2019, a Tejo Atlântico não tinha celebrado qualquer acordo de transacional ou interposto qualquer processo de injunção.

12.3 PERDAS POR IMPARIDADE DE CLIENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	(25 525)	(3 534 408)
Aumento	-	(4 670)
Reversões	7 371	-
Utilização	-	3 513 553
Saldo final	(18 154)	(25 525)

O saldo de imparidade de clientes respeita na sua totalidade à dívida de cobrança duvidosa.

13. INVENTÁRIOS

	31.12.2019	31.12.2018
Mercadorias	1 444 946	-
Matérias-primas e subsidiárias	229 903	410 608
	1 674 849	410 608

Até 31 de dezembro de 2018 o montante das peças de manutenção por consumir no montante de 1 059 423 euros, estava classificado na rubrica "Outros ativos correntes – Gastos a reconhecer" (Notas 15 e 29). Em 31 de dezembro de 2019 as peças de manutenção por consumir passaram a ser classificados na rubrica "Inventários - Mercadorias".

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31.12.2019	31.12.2018
IVA a receber	231 519	716 553
IVA reembolsos pedidos	1 161 944	-
EOEP ativos	1 393 462	716 553
Retenções - IRS	113 090	125 462
Retenções - Segurança social	206 956	199 870
Retenções - Outros	2 749	1 891
Outras tributações - TRH	2 793 137	3 192 985
EOEP passivos	3 115 933	3 520 208
	(1 722 470)	(2 803 656)

O valor de pedido de reembolso de IVA respeita ao período de setembro a novembro de 2019, tendo sido recebido em janeiro de 2020 o montante de 961 267 euros.

O valor registado em "Outras tributações-TRH" será pago em março de 2020, aquando da emissão da faturação por parte da APA - Agência Portuguesa do Ambiente.

15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Conta corrente resultante da cisão	-	247 261
Adiantamentos a fornecedores	19 602	355 185
Outros devedores	939 844	676 031
Acréscimos de rendimentos	314 799	413 555
Gastos a reconhecer	345 155	1 450 019
	1 619 400	3 142 049

Do processo de cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo nas três novas Empresas, resultou um saldo a receber das outras duas entidades (Águas do Vale do Tejo e Simarsul) à Águas do Tejo Atlântico, entretanto já regularizado.

O valor de "Acréscimo de rendimentos" diz respeito na sua maioria aos juros a receber do montante aplicado no IGCP.

Em "Outros devedores" é de salientar o montante de 402 509 euros, já registado nas contas de 2018, referente a prestação de caução ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no âmbito da Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, (Proc. 700/12.2BELSB) (nota 42.2), o valor em causa respeita a faturação que a Ambilogos considera devida no âmbito de realização de empreitada adjudicada pela ex-empresa Simtejo. Este valor foi reconhecido em imobilizado em curso por contrapartida de fornecedores de imobilizado-faturas em receção e conferência em 2018.

Em 2018 a rubrica “Gastos a reconhecer” inclui materiais de manutenção por consumir no montante de 1 059 423 euros. Os materiais de manutenção por consumir no ano de 2019 passaram a ser classificados na rubrica “Inventários - Mercadorias” (Notas 13 e 29).

16. APOIO DE TESOURARIA À ADP, S.G.P.S., S.A.

A 5 de novembro de 2018, a Águas do Tejo Atlântico prestou à AdP SGPS um apoio de tesouraria, tendo sido assinado o contrato com o limite de 90 milhões de euros, com vista a suprimir necessidades temporárias de tesouraria da AdP. Este apoio havia sido concedido com uma taxa de remuneração de 0,7%, pelo prazo de um mês, renovável por iguais períodos, não podendo ultrapassar um ano.

A 18 de novembro de 2019, pelos mesmos motivos, foi assinado novo contrato de apoio de tesouraria nas mesmas condições do anterior, montante, prazo e taxa de remuneração.

À data de 31 de dezembro de 2019 o valor do apoio de tesouraria prestado era de 14 milhões de euros.

17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	28 320	29 542
Depósitos à ordem	73 135 868	42 226 014
Depósitos a prazo	8 450 198	5 000
	81 614 386	42 260 556

O acréscimo do montante classificado na rubrica “Depósitos a prazo”, deve-se à reclassificação de aplicação constituída no IGCP, a qual no exercício de 2018, estava contabilizada no ativo não corrente na rubrica “Investimentos financeiros” e cujo prazo de vencimento termina em junho de 2020 (nota 9).

18. CAPITAL PRÓPRIO

18.1 MOVIMENTOS DO ANO

	Capital social	Ações Próprias	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	113 527 680	(2 521 433)	343 989	371 812	5 508 013	117 230 061
Aplicação do resultado líquido do exercício 2018			275 401		(275 401)	-
Dividendos atribuídos				(371 812)	(5 232 613)	(5 604 425)
Resultado líquido do exercício 2019					4 277 855	4 277 855
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	113 527 680	(2 521 433)	619 390	-	4 277 855	115 903 492

A aplicação de resultados de 2018 foi aprovada conforme ata nº 8 da Assembleia Geral de 5 de abril de 2019.

Do valor de dividendos atribuído em 2019 de 5 604 425 euros, foi pago o montante de 5 257 923 euros, respeitando o diferencial a retenções na fonte de IRC.

18.2 ACIONISTAS

	% 31.12.2019	Capital subscrito 31.12.2019	Capital realizado 31.12.2019	Capital subscrito 31.12.2019	Capital realizado 31.12.2019
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,68%	57 538 912	57 538 912	57 538 912	57 538 912
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,00%	2 921	2 921	2 921	2 921
Alcobaça	0,79%	899 856	899 856	899 856	899 856
Alenquer	0,34%	384 003	384 003	384 003	384 003
Amadora	5,69%	6 458 431	6 458 431	6 458 431	6 458 431
Arruda dos Vinhos	0,05%	55 542	55 542	55 542	55 542
Azambuja	0,31%	346 735	346 735	346 735	346 735
Bombarral	0,10%	107 998	107 998	107 998	107 998
Cadaval	0,11%	123 253	123 253	123 253	123 253
Caldas da Rainha	0,54%	614 244	614 244	614 244	614 244
Lisboa	18,38%	20 866 618	20 866 618	20 866 618	20 866 618
Loures	7,30%	8 284 708	8 284 708	8 284 708	8 284 708
Lourinhã	0,27%	302 165	302 165	302 165	302 165
Nazaré	0,24%	273 724	273 724	273 724	273 724
Óbidos	0,12%	131 237	131 237	131 237	131 237
Odivelas	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
Oeiras	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Peniche	0,34%	386 004	386 004	386 004	386 004
Rio Maior	0,16%	183 768	183 768	183 768	183 768
Sintra	3,47%	3 936 998	3 936 998	3 936 998	3 936 998
Sobral de Monte Agraço	0,05%	57 438	57 438	57 438	57 438
Torres Vedras	0,63%	711 623	711 623	711 623	711 623
Vila Franca de Xira	2,54%	2 881 638	2 881 638	2 881 638	2 881 638
Ações próprias da sociedade	2,22%	2 521 433	2 521 433	2 521 433	2 521 433
	100%	113 527 680	113 527 680	113 527 680	113 527 680

O capital no montante de 113 527 680 euros é constituído por 113 527 680 ações de 1,00 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

Em março de 2020 a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, declarou formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e após a necessária autorização da Tutela, sendo que, na mesma declaração, expressa, tendo por base o seu enquadramento legal, que a AdTA se encontra excepcionada de apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais.

18.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido	4 277 855	5 508 013
Número médio de ações	113 527 680	113 527 680
Resultado por ação básico e diluído	0,04	0,05

O número médio de ações inclui o número de ações próprias da Empresa (2 521 433).

19. EMPRÉSTIMOS

	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos bancários BEI	212 066 489	222 086 899
Não correntes	212 066 489	222 086 899
Empréstimos bancários BEI	10 117 197	9 150 287
Correntes	10 117 197	9 150 287
Total de empréstimos	222 183 687	231 237 185

Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as Empresas do Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda as seguintes obrigações que garantem as atuais condições contratuais dos financiamentos:

- Alterações na estrutura acionista das Empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de Empresas;
- Alterações no património das Empresas;
- Alteração/ cessação da atividade das Empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/ garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das Empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constituiu-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

19.1 EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

	31.12.2019	31.12.2018
Até 1 ano	10 117 197	9 150 287
De 1 a 2 anos	11 621 156	10 117 197
De 2 a 3 anos	12 978 343	11 621 156
De 3 a 4 anos	14 490 718	12 978 343
De 4 a 5 anos	15 278 012	14 490 718
Superior a 5 anos	157 698 261	172 879 485
	222 183 687	231 237 185

19.2 EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA E MATURIDADE

A Águas do Tejo Atlântico apenas tem empréstimos à taxa fixa.

Taxa de juro fixa	31.12.2019	31.12.2018
Até 1 anos	10 117 197	9 150 287
De 1 a 2 anos	11 621 156	10 117 197
De 2 a 3 anos	12 978 343	11 621 156
Superior a 3 anos	187 466 990	200 348 545
	222 183 687	231 237 185

20. PASSIVOS POR LOCAÇÃO

Da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, resultou o reconhecimento como passivos por locação o valor de 1 105 639 euros, cuja maturidade se apresenta no seguinte quadro:

	31.12.2019
Passivos por locação	
Equipamento de transporte	709 540
Não correntes	709 540
Passivos por locação	
Equipamento de transporte	396 099
Correntes	396 099
Total de passivos por locação	1 105 639

21. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Integração de infraestruturas municipais	658 821	-
Município de Torres Vedras	658 821	-
	658 821	-

22. ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Conforme expresso na nota 2.3.5, a Águas do Tejo Atlântico, com base no disposto no contrato de concessão, bem como de acordo com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, reconhece a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados ou em investimentos de expansão e modernização aprovados ou impostos pelo Concedente.

22.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

	31.12.2019
Saldo inicial	125 248 320
Dotação do exercício	4 060 946
Transferência para direito de utilização de infraestruturas	(7 307 762)
Saldo final	122 001 505

Tendo por base as aquisições do exercício e a passagem de investimento curso, para firme, foi transferido da rubrica "Acréscimos de gastos de investimento contratual" o montante de 7 307 762 euros, o qual representa as amortizações acumuladas do investimento efetivamente executado no ano de 2019 (Nota 6.1).

23. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

	31.12.2019	31.12.2018
Fundo de coesão	129 803 413	134 538 335
FEDER	21 548	22 419
POSEUR	482 063	387 216
Fundo Ambiental	48 241	-
Outros subsídios	14 046	-
	130 369 310	134 947 970

23.1 MOVIMENTOS DO PERÍODO

	31.12.2018	Resultados	Aumentos	31.12.2019
Fundo de coesão	134 538 335	(4 734 922)	-	129 803 413
FEDER	22 419	(871)	-	21 548
POSEUR	387 216	(6 654)	101 501	482 063
Fundo Ambiental	-	(1 759)	50 000	48 241
Outros subsídios	-	(424)	14 470	14 046
	134 947 970	(4 744 630)	165 971	130 369 310

No exercício de 2019 foram recebidos os seguintes montantes referentes a subsídios ao investimento: POSEUR no valor de 138 732 euros; Fundo Ambiental no valor de 50 000 euros e Fundo de Eficiência energética no valor de 14 470 euros.

A Empresa reconhece o direito ao subsídio, tendo por base o valor das candidaturas, de acordo com o valor de investimento realizado.

24. FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de investimentos	2 353 845	2 278 900
Integração de infraestruturas municipais	55 906	841 021
Município de Torres Vedras	55 906	841 021
Fornecedores gerais	3 422 633	3 615 226
Fornecedores Empresas do Grupo	308 570	185 080
Fornecedores faturas em receção e conferência	494 471	-
	6 635 424	6 920 227

Em fornecedores de investimento constam os valores de 570 809 euros referentes a cauções/retenções por garantia de obra (transferidos em 2019 da rubrica "Outros passivos correntes" – nota 25), e 563 102 euros referentes a valores por pagar que respeitam a situações de litígio, ou que os fornecedores estão em processo de insolvência.

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Acréscimos com férias e subsídio de férias	1 358 940	1 285 512
Outros acréscimos e diferimentos	2 174 232	1 054 113
Componente tarifária acrescida	1 172 276	809 292
Cauções a fornecedores e outras	32 036	824 583
Outros credores	1 067 202	1 902 791
	5 804 686	5 876 290

A rubrica "Acréscimos com férias e subsídio de férias" representa a obrigação da Empresa para com os trabalhadores referente a remunerações com subsídio de férias e férias (Incluindo encargos) do ano de 2019, os quais serão pagos a partir de 1 de janeiro de 2020.

A rubrica "Outros acréscimos e diferimentos" inclui a aplicação da periodização económica dos gastos suportados com, (i) juros do BEI no montante de 462 679 euros (2018: 532 853 euros), (ii) eletricidade no montante de 700 000 euros (2018: 709 666 euros), (iii) tratamento de lamas no montante de 552 423 euros (2018: 0 euros) e (iv) trabalhos especializados no montante de 121 075 euros (2018: 219 986 euros).

A rubrica "Componente tarifária acrescida" corresponde ao valor cobrado aos clientes da Tejo Atlântico (ex-Simtejo e ex-Sanest), e que é entregue à Águas do Vale do Tejo trimestralmente, apenas na parte efetivamente recebida dos clientes, não constituído por

isso um rendimento da Empresa. O valor correspondente ao último trimestre de 2019, foi faturado em janeiro de 2020 e pago no decorrer de março de 2020.

A variação ocorrida na rubrica "Cauções a fornecedores e outras", resulta da reclassificação de valores dessa natureza para fornecedores de investimento (Nota 24).

Em "Outros credores" o valor respeita na sua maioria ao cliente Águas de Azambuja, 984 388 euros, que por ser credor foi reclassificado para o passivo (nota 12), este montante resulta de Notas de Crédito emitidas pela ex-empresa Águas do Oeste.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

26.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A PAGAR

	31.12.2019	31.12.2018
Estimativa de imposto a pagar	593 058	1 073 327
	593 058	1 073 327

O saldo corresponde ao valor da estimativa de IRC do período. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

26.2 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto corrente	(5 972 099)	(5 911 903)
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	169 584	269 102
Total do imposto do exercício	(5 802 514)	(5 642 801)
Imposto diferido	918 707	(173 823)
Imposto diferido s/ Desvio tarifário	3 371 365	4 038 776
Total do imposto diferido (nota 10)	4 290 072	3 864 952
Total global	(1 512 443)	(1 777 849)

26.3 RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

		31.12.2019	31.12.2018
Resultados antes de impostos (RAI)		5 790 298	7 285 862
Variações patrimoniais positivas		-	2 242 474
Variações patrimoniais negativas		-	(97 336)
Diferenças temporárias		17 303 383	13 538 279
Benefícios fiscais		-	(131 343)
Matéria Coletável (Lucro Tributável)		23 093 681	22 837 936
Taxa imposto normal	21,00%	4 849 673	4 795 967
Derrama municipal	0,50%	114 775	128 195
Derrama estadual	4,16%	959 684	953 464
	25,65%	5 924 131	5 877 626
Tributação autónoma		47 967	34 277
Imposto do exercício (1)		5 972 099	5 911 903
Impostos diferidos (2)		(4 290 072)	(3 864 952)
Total de Impostos (3) = (1)+(2)		1 682 027	2 046 951
Taxa efetiva de Imposto sobre o rendimento do exercício = (3)/RAI		29%	28%

As diferenças temporárias de 2019, respeitam em 13 083 138 euros ao desvio de recuperação de gastos do exercício, e o remanescente, respeita na maioria à diferença resultante do critério adotado contabilisticamente de depreciação e de reconhecimento de subsídios ao investimento face aos critérios fiscais.

27. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31.12.2019	31.12.2018
Vendas	29 831	32 278
Prestações de Serviços	83 185 652	82 231 539
	83 215 483	82 263 817

27.1 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR CLIENTE E NATUREZA

	31.12.2019	31.12.2018
Alcobaça	1 292 617	1 263 350
Amadora	5 948 677	5 915 334
Arruda dos Vinhos	468 201	458 677
Bombarral	412 425	403 087
Cadaval	416 200	406 777
Lisboa	26 462 229	26 419 067
Loures	7 669 155	7 656 647
Lourinhã	895 330	875 057
Nazaré	625 941	611 768
Óbidos	495 059	483 850
Odivelas	4 551 520	4 544 096
Oeiras	5 060 167	4 933 748
Peniche	548 143	535 732
Rio Maior	667 503	652 389
Sintra	9 563 500	9 271 695
Sobral de Monte Agraço	192 180	187 829
Torres Vedras	2 735 538	2 673 600
Vila Franca de Xira	4 099 370	4 092 684
Caldas da Rainha (transporte)	593 062	568 899
Total de vendas a partes relacionadas	72 696 817	71 954 285
Alenquer	1 227 427	1 199 635
Azambuja	542 329	530 050
Mafra	1 932 878	1 929 726
Cascais	6 562 552	6 355 876
Outros clientes não municipais	223 649	261 966
IKEA - água residual tratada	29 831	32 278
Total de vendas a outros clientes	10 518 666	10 309 532
	83 215 483	82 263 817

A faturação da Tejo Atlântico decorreu nos moldes previstos da cláusula 16ª do contrato de concessão, com base nos rendimentos tarifários previstos no seu Anexo III. De acordo com o disposto nos termos do nº 3 do artigo 11º do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, e dos números 1 e 2 da cláusula 18ª do contrato de concessão a Empresa remeteu à ERSAR a proposta de atualização tarifária para 2019 a qual foi aprovada em 6 de setembro de 2018.

A variação dos valores de faturação aos clientes municipais, na atividade de tratamento, resulta apenas da atualização dos rendimentos tarifários.

28. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO – IFRIC 12 (RÉDITO E GASTO)

Tal como referido na nota 2.3.8 a Água do Tejo Atlântico não tem margem na construção uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói). Deste modo o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante, e correspondem ao investimento realizado no ano (Nota 6).

29. CUSTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	31.12.2019	31.12.2018
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	3 132 270	2 822 534
	3 132 270	2 822 534
	31.12.2019	31.12.2018
Existência iniciais	410 608	516 327
Consumo - Conservação e reparação (notas 13 e 15)	1 059 423	-
Compras	3 337 087	2 716 816
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-3 132 270	-2 822 534
Existências finais	1 674 849	410 608

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	31.12.2019	31.12.2018
Assistência técnica	828 518	923 236
Análises/ Monitorização	194 269	220 809
Tratamento de resíduos	450 889	376 831
Tratamento de lamas	6 238 077	4 656 354
Fee's gestão serviços	1 248 232	1 233 957
Vigilância segurança	336 246	301 148
Conservação e reparação	5 748 352	5 124 701
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	118 205	104 841
Rendas e alugueres	292 116	867 300
Eletricidade	8 067 576	8 412 991
Combustíveis	271 314	244 001
Fornecimento de água	718 091	627 397
Comunicação	177 361	263 430
Seguros	474 799	501 356
Limpeza higiene e conforto	219 264	296 488
Trabalho temporário	298 436	95 645
Jardinagem	292 379	238 911
Outros fornecimentos e serviços	1 599 108	1 142 313
	27 573 235	25 631 712
FSE's capitalizados (nota 6)	(70 735)	(58 536)
	27 502 500	25 573 175

Comparativamente com o ano anterior, os gastos com fornecimentos e serviços externos foram superiores. Verificam-se aumentos de gastos no tratamento de lamas, devido essencialmente ao aumento dos preços do mercado, com conservação e reparação e com

trabalho temporário. Por outro lado, os gastos com eletricidade e rendas e alugueres diminuiu, este último pela adoção da IFRS 16 cujo impacto em FSE's foi de menos gastos de 410 451 euros.

31. GASTOS COM PESSOAL

	31.12.2019	31.12.2018
Remunerações	8 824 804	8 299 072
Encargos sociais sobre remunerações	1 953 758	1 822 387
Outros custos com pessoal	1 064 330	828 940
	11 842 891	10 950 399
Gastos com pessoal capitalizados (nota 6)	(1 000 570)	(860 575)
	10 842 322	10 089 825

O montante de gastos com pessoal capitalizado corresponde aos gastos com as Direções diretamente afetas aos projetos de investimento – engenharia, gestão de ativos e manutenção na componente de construção civil.

31.1 NÚMERO DE COLABORADORES

Número médio de colaboradores durante o exercício	31.12.2019	31.12.2018
Órgãos sociais	6	6
Trabalhadores efetivos e outros	363	355
	369	361

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2019	31.12.2018
Órgãos sociais	6	6
Trabalhadores efetivos e outros	369	363
	375	369

A Águas do Tejo Atlântico encerrou o ano com 369 colaboradores, tendo o número médio durante o exercício de 2019 sido de 363.

No decurso de 2019 entraram 20 colaboradores e saíram 14. Das 20 entradas ocorridas em 2019, 3 dizem respeito a regresso à Empresa de trabalhadores cedidos ou em exercício de funções públicas; 7 admissões ao abrigo de 10 contratações aprovadas no PAO de 2018, pelo Despacho n.º 61/SEAMB/2019, e as restantes 10 contratações para suprir parte das saídas ocorridas, por iniciativa do trabalhador ou por situações de reforma.

Em 2020 a Águas do Tejo Atlântico prevê recrutar as 3 contratações em falta das já aprovadas, assim como proceder às 4 contratações das saídas ocorridas em 2019 cuja substituição ainda não foi efetivada.

32. AMORTIZAÇÕES, DEPRECIAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2019	31.12.2018
Depreciação de ativos fixos tangíveis (nota 7)	87 611	67 765
Amortizações de outros ativos intangíveis (nota 6)	113 728	114 701
Amortizações de ativos intangíveis – DUI (nota 6)	15 695 299	15 531 744
Acréscimos de gastos de investimento contratual (nota 22)	4 060 946	4 223 876
Depreciações de ativos sob direito de uso - equip. transporte (nota 8)	387 175	-
	20 344 758	19 938 085

33. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2019	31.12.2018
Reversões de provisões para processos judiciais	-	(16 218)
Totais	-	(16 218)

A Tejo Atlântico reverteu no exercício de 2018 a totalidade de provisões existentes relativamente a processos judiciais.

34. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2019	31.12.2018
Perdas por imparidade de clientes	-	(4 670)
Reversões de perdas por imparidade	7 371	-
Totais	7 371	(4 670)

35. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração resultam de candidaturas apresentadas alusivas a projetos de investigação e desenvolvimento, área que tem sido forte aposta da AdTA. Estes subsídios, reembolsam as despesas efetuadas pela Empresa, segundo as comparticipações contratualizadas, no âmbito de gastos ilegíveis suportados com "FSE" e "Gastos com pessoal".

36. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	31.12.2019	31.12.2018
Impostos e taxas	599 397	599 397
Dívidas incobráveis	921	-
Donativos	40 750	6 000
Quotizações	21 039	16 209
Indeminizações	499	-
Garantias operacionais	73 673	35 634
Outros gastos operacionais	43 230	11 745
	779 509	668 986

36.1 IMPOSTOS E TAXAS

	31.12.2019	31.12.2018
Taxas ERSAR	589 347	582 176
Imposto de selo	3 771	2 324
Outros	6 280	14 897
	599 397	599 397

No que respeita à nota de impostos e taxas é de referir que os gastos incorridos decorrem da atividade normal da Empresa.

37. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

	31.12.2019	31.12.2018
Rendimentos suplementares	79 588	126 501
Ganhos em ativos fixos tangíveis	202 590	237 377
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31 938	117 638
	314 116	481 516

A rubrica rendimentos suplementares inclui a venda de energia no montante de 66 036 euros.

38. GASTOS FINANCEIROS

	31.12.2019	31.12.2018
Juros suportados	6 426 490	6 654 044
Comissões grupo	1 472 103	1 523 994
	7 898 592	8 178 038

À semelhança do ano anterior, os juros suportados decorrem na sua maioria do empréstimo BEI e as comissões do Grupo referem-se aos gastos necessários incorrer para a obtenção deste empréstimo, concretamente o diferimento de comissões de montagem e comissões de aval, conforme descrito na nota 19.

No exercício de 2019 foi reconhecido em juros suportados o valor de 37 568 euros referente a locações.

39. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2019	31.12.2018
Juros obtidos - Inv. financeiros	580 311	689 182
Juros obtidos - Empresas do grupo	247 186	353 368
Juros de mora e de acordos de pagamento	-	44 709
Outros rendimentos financeiros	79 195	-
	906 692	1 087 259

Os juros obtidos em Empresas do Grupo decorrem do apoio de tesouraria prestado à AdP-SGPS, tal como supra referido na nota 16.

40. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

2019	Empresa-mãe	Municípios	Outras empresas do grupo	Comissão executiva
Ativo				
Apoio de Tesouraria (nota 16)	14 000 000	-	-	-
Clientes	-	10 269 801	-	-
Outros saldos a receber	54 728	-	407 518	-
Águas do Vale do Tejo	-	-	373 578	-
EPAL	-	-	33 940	-
Passivo				
Outros saldos a pagar	254 439	720 432	95 580	379
AdP - Energias	-	-	41 131	-
EPAL	-	-	54 449	-
Rendimentos				
Vendas e prestação de serviços a municípios (nota 27.1)	-	72 696 817	-	-
Outros rendimentos	-	-	11 876	-
Simarsul	-	-	6 031	-
EPAL	-	-	5 220	-
Rendimentos financeiros (nota 39)	247 186	-	-	-
AdP SGPS	247 186	-	-	-
Gastos				
Gastos – Remunerações	-	-	-	232 514
Fees de gestão (nota 30)	1 248 232	-	-	-
Outros gastos	40 052	58 487	1 313 657	34 204
AdP Serviços	-	-	1 087 561	-
Simarsul	-	-	36	-
AdP - Energias	-	-	5 008	-
EPAL	-	-	221 053	-
Gastos financeiros (nota 38)	1 472 103	-	-	-

A Empresa realiza transações com entidades relacionadas, pelo que nas operações efetuadas entre a Empresa e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratadas, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

41. REMUNERAÇÃO ACIONISTA

No exercício de 2019 a Tejo Atlântico procedeu à distribuição dos dividendos, conforme aprovado na Assembleia Geral que aprovou as contas e a aplicação de resultados de 2018.

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2018	Dividendos do exercício de 2019	Distribuição dividendos durante o exercício de 2019	Situação em 31 de dezembro de 2019
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	2 652 030	2 059 727	(2 912 030)	1 799 727
Comunidade Intermunicipal do Oeste	135	105	(138)	102
Alcobaça	41 475	32 212	(45 531)	28 156
Alenquer	17 699	13 746	(19 441)	12 004
Amadora	297 676	231 193	(326 865)	202 004
Arruda dos Vinhos	2 560	1 988	(2 815)	1 733
Azambuja	15 981	12 412	(17 566)	10 827
Bombarral	4 978	3 866	(5 485)	3 359
Cadaval	5 681	4 412	(6 243)	3 849
Caldas da Rainha	28 311	21 988	(31 083)	19 217
Lisboa	961 765	746 965	(1 042 380)	666 349
Loures	381 851	296 569	(419 298)	259 121
Lourinhã	13 927	10 817	(15 308)	9 436
Nazaré	12 616	9 799	(13 849)	8 566
Óbidos	6 049	4 698	(6 659)	4 088
Odivelas	116 216	90 260	(127 606)	78 870
Oeiras	181 460	140 933	(199 260)	123 134
Peniche	17 791	13 818	(19 536)	12 074
Rio Maior	8 470	6 578	(9 293)	5 755
Sintra	181 460	140 933	(199 260)	123 134
Sobral de Monte Agraço	2 647	2 056	(2 905)	1 799
Torres Vedras	32 799	25 474	(36 028)	22 246
Vila Franca de Xira	132 818	103 154	(145 846)	90 126
Própria Empresa	488 027	90 260	-	578 287
Total	5 604 425	4 063 963	(5 604 425)	4 063 963

O montante da “Situação em 31 de dezembro de 2018” e da “Distribuição de dividendos durante o exercício de 2019” corresponde ao montante bruto dos dividendos atribuídos, conforme apresentado na “Demonstração das variações do capital próprio” de 2019 (do resultado líquido de 2018: 5 232 613 euros e de resultados transitados de 2018: 371 812 euros). O montante pago destes dividendos, depois de efetuadas as retenções na fonte em 2019, foi de 5 257 923 euros, conforme apresentado na “Demonstração dos fluxos de caixa”.

O montante dos “Dividendos do exercício de 2019” e da “Situação em 31 de dezembro de 2019” corresponde ao montante dos resultados líquidos obtidos pela Empresa em 2019, deduzidos da aplicação de 5% para a reserva legal (este montante não considera as retenções na fonte a pagar em 2020).

Ocorreu uma quebra acentuada na taxa das obrigações do tesouro (OT) a 10 anos, como se verifica no quadro seguinte:

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2018	1,84%	3,00%	4,84%
2019	0,75%	3,00%	3,75%

Esta redução afetou de forma negativa o resultado líquido da Empresa em 2019 face a 2018.

A remuneração acionista de 2019 por acionista é a seguinte:

Acionistas	Capital Social	2019
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	57 538 912	2 157 709
Comunidade Intermunicipal do Oeste	2 921	110
Alcobaça	899 856	33 745
Alenquer	384 003	14 400
Amadora	6 458 431	242 191
Arruda dos Vinhos	55 542	2 083
Azambuja	346 735	13 003
Bombarral	107 998	4 050
Cadaval	123 253	4 622
Caldas da Rainha	614 244	23 034
Lisboa	20 866 618	782 498
Loures	8 284 708	310 677
Lourinhã	302 165	11 331
Nazaré	273 724	10 265
Óbidos	131 237	4 921
Odivelas	2 521 433	94 554
Oeiras	3 936 998	147 637
Peniche	386 004	14 475
Rio Maior	183 768	6 891
Sintra	3 936 998	147 637
Sobral de Monte Agraço	57 438	2 154
Torres Vedras	711 623	26 686
Vila Franca de Xira	2 881 638	108 061
Própria Empresa	2 521 433	94 554
Total	113 527 680	4 257 288
Reserva Legal		
	619 390	20 567
Remuneração Acionista		4 277 855

42. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

42.1 CONTRATO DE CONCESSÃO

Os investimentos incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 1,1 mil milhões de euros, dos quais cerca de 878 milhões de euros já se encontram realizados.

Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão	1 103 332 840
Investimento total	1 103 332 840
Investimento já realizado (nota 6)	864 874 968
Investimento em curso (nota 6)	12 753 129
Investimento contratual (regulado) a realizar	225 704 743

42.2 PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Proc. 1440/11.5BELSB

Ação intentada por Humberto Clarence de Vasconcelos Cruz, contra a Câmara Municipal de Lisboa, que deduziu incidente de intervenção acessória da (então) Simtejo, que por sua vez deduziu incidente de intervenção acessória da Seguradora AIG – Europe, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 2 - Proc. 1440/11.5BELSB), para pagamento de indemnização de 1 007 500 euros e juros de mora; Julgamento em curso;

Proc. 700/12.2BELSB

Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Proc. 700/12.2BELSB), para pagamento de 402 509,60 euros, valor igualmente reclamado em sede de inquérito administrativo da empreitada; Concluída a fase de articulados (nota 15);

Proc. 371/15.4BELSB

Ação intentada por Somague Engenharia, S.A., Evolution, Engenharia, S.A. e Somague-Edifer ACE, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 1 - Proc. 371/15.4BELSB), para pagamento 665 679,21 euros, com pedido reconvenional de 1 966 696,97 euros; Concluída a fase de articulados;

Proc. 862/13.1TBMMS

Reclamação de créditos no processo de insolvência de Asibel – Construções, S.A., no Tribunal de Alcobaça da Comarca de Leiria (Secção de Comércio – J2 – Proc. 862/13.1TBMMS), para pagamento 89.873,62 euros;

Proc. 1211/12.1BELRA

Ação intentada por Asibel – Construções, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1), para pagamento 1 838 439,20 euros e juros de mora; Em fase de prova pericial.

Processo 1073/13.1BELSB

Ação intentada por Carlos Neta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Unidade Orgânica 3 – Processo 1073/13.1BELSB) para restituição de terreno e indemnização de 38 102,32 euros; Proferida sentença que absolveu a Águas do Tejo Atlântico. Em fase de recurso.

Processo 982/17.3BELRA

Ação intentada pela Euro Insurances Limited no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (Unidade Orgânica 1) contra a Câmara Municipal de Maior, que deduziu incidente de intervenção acessória da AdTA, que por sua vez deduziu incidente de intervenção acessória da Corretora MDS, para pagamento de 17 609,00 euros. Em fase de articulados.

Processo 12161/18.8T8LRS

Ação intentada por M. Santos Silva, Lda. no Tribunal Central Cível de Loures – Juiz 1, para pagamento de 92 607,61 euros e juros de mora, por alegados serviços prestados à Águas do Oeste e não pagos. Concluída a fase de articulados.

Processo 997/19.7BELSB

Ação intentada por Massa Insolvente de Casa Violetambar, Sociedade de Construções, Lda., no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (Unidade Orgânica 3), para pagamento de 8 859,48 euros e juros de mora, por alegada retenção de caução contratual. Concluída a fase de articulados.

Os processos acima elencados, por serem de desfecho incerto, afiguram-se como passivos contingentes, e não relevam para o reconhecimento de provisões.

42.3 GARANTIAS

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Beneficiários		31.12.2019
Administração do Porto de Lisboa	Utilização de parcelas da APL	24 821
EDP	Relações comerciais com a ERSE	3 959
Infraestruturas de Portugal	Boa execução de trabalhos	1 256 150
Tribunais	Diversos (expropriações, indemnizações, etc.)	4 479 614
		5 764 544

43. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da Águas do Tejo Atlântico à data de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	R.O.C.	Auditoria	Outros Serviços	Total
PWC, SROC	11 205	-	-	11 205
	11 205	-	-	11 205

44. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Art.º 397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 210º da Lei n.º 110/2009 de 16 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

45. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2019 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa. A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de caráter ambiental.

46. EVENTOS SUBSEQUENTES

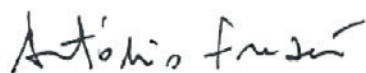
Para além do referido na nota 18.2 acima e do a seguir exposto, não existem eventos subsequentes que justifiquem alterações ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras, para além das que já estão divulgadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do Desvio de Recuperação de Gastos inscrito nas presentes demonstrações financeiras.

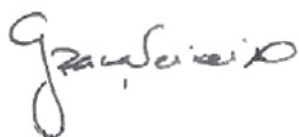
Em 28 de fevereiro de 2020 a Empresa recebeu da Entidade Reguladora o projeto de decisão sobre o desvio de recuperação de gastos para o exercício de 2019, que refere uma proposta de ajustamento, no sentido deficitário, no montante de 536 329 euros. O referido projeto de decisão da Entidade Reguladora foi objeto de contraditório por parte da AdTA, sendo que até à data da aprovação das demonstrações financeiras ainda não foi tomada uma decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos.

Lisboa, 16 de março de 2020

O Conselho de Administração



António Alberto Corte-Real Frazão
(Presidente)



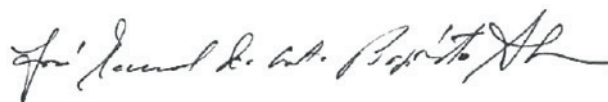
Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira
(Vogal Executivo)



Hugo Filipe Xambre Bento Pereira
(Vogal Executivo)



Armando Jorge Paulino Domingos
(Vogal não Executivo)



José Manuel da Costa Baptista Alves
(Vogal não executivo)



Nuno Rafael da Conceição Broco
(Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado



Maria Leonor de Oliveira Pinto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 629.056.568 euros e um total de capital próprio de 115.903.492 euros, incluindo um resultado líquido de 4.277.855 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Reconhecimento e mensuração do investimento contratual associado à concessão

Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração do investimento contratual associado à concessão apresentadas nas notas 2.3.4, 2.3.5, 4.2, 6, 22, 32 e 41

O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, os quais são aprovados pela Entidade Reguladora (ERSAR).

As amortizações associadas ao investimento contratual são calculadas tendo como base os caudais (efluentes) faturados e os caudais que se estima faturar até ao final da concessão, os quais se encontram previstos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) anexo ao Contrato de Concessão.

Adicionalmente, em cumprimento do estipulado no Contrato de Concessão e demais regras regulatórias, é registada nos gastos do exercício uma quantia estimada para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais futuros. Este acréscimo é calculado com base no referido EVEF, documento onde consta a estimativa dos investimentos a realizar.

Conforme referido na nota 22, em 31 de dezembro de 2019 o Acréscimo de gastos de investimento contratual ascende a 122 milhões de euros (31 de dezembro de 2018: 125 milhões de euros).

O EVEF inclui diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da concessão e dos investimentos a realizar, constituindo desta forma uma área de julgamento elevado.

A abordagem a esta matéria relevante de auditoria consistiu em:

- verificação do EVEF da Entidade, nomeadamente a informação utilizada para o cálculo das amortizações e a adequabilidade dos caudais estimados para os anos subsequentes face ao conhecimento da realidade do sistema;
- análise da coerência do montante do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o montante de investimento que consta do EVEF aprovado pelo Concedente;
- comparação dos caudais utilizados no cálculo das amortizações com a informação produzida pelo departamento comercial, efetuando os testes para garantir a fiabilidade desta informação;
- cálculo das referidas amortizações de acordo com os critérios estabelecidos;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita ao nível de atividade e investimento a realizar ao abrigo do Contrato de Concessão.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Reconhecimento e mensuração do Desvio de Recuperação de Gastos

Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração do Desvio de Recuperação de Gastos apresentadas nas notas 2.3.6, 4.5 e 11

O Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas, tendo em consideração os gastos permitidos em cenário de eficiência com base nos indicadores aprovados previamente pela Entidade Reguladora (ERSAR).

A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, devendo a Entidade, nos termos do respetivo Contrato de Concessão, enviar à ERSAR o cálculo do DRG para que esta o aprove. A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente à apreciação da estimativa do DRG, assim como ao nível da imprevisibilidade associada à respetiva aprovação.

Conforme referido na nota 11, em 31 de dezembro de 2019 o montante reconhecido na Demonstração dos resultados na rubrica de "Défice / Superavit tarifário de recuperação de gastos (DRG)" apresenta um superavit de 13 milhões de euros (31 de dezembro de 2018: superavit de 14 milhões de euros).

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- análise da razoabilidade das métricas calculadas pela Entidade e avaliação do cumprimento das mesmas;
- realização do recálculo da Remuneração Garantida e do correspondente DRG de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Concessão;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita aos gastos permitidos em cenário de eficiência e a apreciação do DRG por parte da ERSAR.

Foi igualmente revista a adequabilidade das divulgações associadas, tendo por base o enunciado no normativo contabilístico aplicável e os fatores considerados relevantes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 5 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 16 de março de 2020.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

16 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 DA ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A.

M
L.
4
Am

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Tejo e Atlântico, S.A. (AdTA) relativos ao ano de 2019, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2020, ainda que, em face do período de emergência de saúde pública do Estado Português, o documento que chegou ao nosso conhecimento ainda não evidenciava todas as assinaturas do Conselho de Administração, cuja a sua recolha se encontrava em curso.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdTA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença da Comissão Executiva com os membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, em finais de julho de 2019, emitiram os seus pareceres sobre a segunda versão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2019, aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2019, o qual à data deste parecer encontra-se aprovado pela Tutela.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, ainda não deu total cumprimento à aliena i) do nº1 do artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, relativo à emissão dos seus Pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (RTEO), pois encontram-se ainda por emitir o terceiro e quarto trimestres de 2019, por motivos de falta da totalidade da informação que nos permita pronunciar sobre os mesmos.

6. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente quanto ao cumprimento das orientações legais vigentes em 2019. Em resultado desta observância temos a referir o seguinte:

Tendo a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A (acionista maioritário), manifestado formalmente, junto do Conselho de Administração da AdTA, o qual deu conhecimento a este Conselho, o seu compromisso de aquisição de todas as 2.521.433 ações próprias constantes do capital social inicial da AdTA, sem prejuízo do direito de preferência dos demais acionistas e com a necessária autorização da Tutela, é entendimento do acionista maioritário, em resultado da sua interpretação legislativa, que a AdTA não deverá apresentar nos seus capitais próprios uma reserva indisponível do montante daquelas ações próprias, tal como menciona a alínea b) do nº 1 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, facto que a ocorrer, limitaria a atribuição de dividendos tal como resulta da proposta de aplicação de resultados de 2019, apresentada pelo Conselho de Administração da AdTA.

7. Em 4 de agosto de 2017 foram aprovados em Assembleia Geral os objetivos/indicadores de gestão, os quais vigoram para o triénio 2017/2019, e igualmente assinado um contrato de gestão entre cada um dos membros da administração da AdTA e a tutela. Os indicadores de avaliação envolvem informação financeira e não financeira, sendo que a análise do Conselho Fiscal incidiu, essencialmente, para a conformidade da informação de âmbito financeiro. A análise destes indicadores é divulgada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário, sendo no que respeita aos objetivos fixados, estes foram superados, tendo o grau de cumprimento dos objetivos para 2019 sido semelhante ao obtido em 2018, isto é 2,5. Nesta data, ainda não obtivemos o relatório do Departamento de Auditoria Interna e Controlo de Risco das Águas de Portugal sobre este grau de cumprimento.
8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida em 16 de março de 2020 nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), sem reservas e sem ênfases, e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

A

9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da posição financeira, Demonstração do rendimento integral, Demonstração das variações no capital Próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Notas às demonstrações financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da AdTA no fim do exercício de 2019, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
10. Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva submeteu à ERSAR no dia 31 de janeiro, para aprovação, o valor do Desvio de Recuperação de Gastos inscrito nas presentes demonstrações financeiras. Em 28 de fevereiro de 2020 a AdTA recebeu da Entidade Reguladora o projeto de decisão sobre o desvio de recuperação de gastos para o exercício de 2019, que refere uma proposta de ajustamento, no sentido deficitário, no montante de 536 329 euros. O referido projeto de decisão da Entidade Reguladora foi objeto de contraditório por parte da AdTA, sendo que até à data da aprovação das demonstrações financeiras ainda não foi tomada uma decisão definitiva sobre o valor do Desvio de Recuperação de Gastos. Este montante foi considerado pelo ROC como um ajustamento imaterial tendo sido incluído na Carta de Representação apresentada pelo Órgão de Gestão da AdTA
11. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da AdTA.

4
fms

PARECER

O Conselho Fiscal é de parecer que estão integralmente reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da AdTA aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração relativo às Contas do Exercício de 2019.
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho no seu Relatório.

Lisboa, 16 de março de 2020



Armando José de Sousa Resende
(Presidente)



Catarina Alexandra Carvalho Fins
(Vogal)



Carlos Manuel Antunes Bernardes
(Vogal)

